

AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV
FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS | VOL 28 | Nº 03 | MARÇO 2008 | R\$ 13,00



EUA

PROJEÇÕES DA AGRICULTURA PARA 2015



Safr 2007/08 Rentabilidade para grãos

Fórum Abag Barreiras técnicas e comércio

Carne Reestruturação no setor frigorífico

O agronegócio é o seguinte

O mundo das barreiras técnicas de comércio

O AUSTRIACO Peter Drucker, naturalizado norte-americano, foi considerado o maior guru da administração do século 20. Deixou muitos ensinamentos e desenvolveu pensamentos luminosos sobre a vida das companhias. Costumava afirmar que “os resultados e recursos existem fora da empresa, não dentro dela”. A idéia era fazer uma alusão sobre a existência de clientes, fornecedores, mercado, concorrentes, governo, e a comunidade em geral.

Enfim, um mundo amplo e complexo, para ser avaliado e acompanhado dia a dia, muito embora na agricultura as pessoas, muitas vezes, julguem-se como o centro do Universo. Orientado somente pela produção agropecuária, o produtor pouco sabe do seu papel na cadeia produtiva. Com isso, ele desconhece seus pontos fracos e fortes e não pondera as oportunidades e ameaças de seus negócios. O resultado é uma completa ausência de planos de produção, equipes de *marketing* e vendas, financeiro, dentre outros. Não traçam nem desenvolvem estratégias mais complexas.

O recente episódio experimentado pela cadeia da pecuária de corte no embate com a União Européia é um exemplo emblemático da falta de sintonia entre o ambiente produtivo e de comércio. Apesar de ser líder mundial, a postura estratégica do setor está concentrada no crescimento quantitativo da produção. É baixa a preocupação com a qualidade sanitária, ambiental e social. Nos dias correntes, na ótica da sustentabilidade, isso significa perda de competitividade a médio e longo prazos. A sociedade e os consumidores priorizam cada vez mais essas questões em suas agendas.

A tendência da demanda é manter-se firme entre alimento, fibra e biomassa. A renda melhora nos países emergentes e a população não pára de crescer. É um cenário favorável para o Brasil, mas credibilidade e imagem são duas peças vitais no jogo comercial. O espaço a ser ocupado pelo País é enorme, mas é preciso organizar a divisão de trabalho e função entre o governo e a iniciativa privada.

Os regulamentos técnicos, obrigatórios, emanados pelas autoridades públicas, não são mais suficientes. As nor-

mas, voluntárias passam a ser a grande arma nas negociações. Isso envolve a participação do Instituto Nacional de Metrologia (Inmetro), a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), os atores das cadeias produtivas e o governo. É nesse caminho que o Brasil poderá estabelecer com firmeza a sua inserção mais forte no mercado global. Uma tarefa coletiva para superar a resistência imposta por alguns países importadores.

Diante das barreiras técnicas de comércio e a diferença de cultura existente entre países não parece ser tão simples abrir painéis de apelação no Órgão de Solução e Controvérsia da Organização Mundial do Comércio. Se um país se compromete a realizar as boas práticas de produção, seja no campo, seja na indústria, haverá todo um rastreamento para verificar a sua execução. É o caso do Sistema Brasileiro de Identificação e Certificação de Origem Bovina e Bubalina (Sisbov).

Agroanalysis traz uma matéria especial sobre o Fórum Abag, realizado neste mês, que tratou do tema da Barreira Técnica de Comércio e Sustentabilidade. Um assunto importante para todas as cadeias produtivas do agronegócio nacional. O evento faz parte das atividades desenvolvidas pelo Projeto Qualiagro divulgadas rotineiramente nas páginas da revista.

Ainda nesta edição, uma análise sobre o problema da competitividade do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel. A safra 2007/08 é avaliada em termos de rentabilidade, com boas projeções para a área de grão e um quadro incerto na pecuária. O grande foco de preocupação está concentrado no mercado de fertilizantes ante a persistente escalada de seus preços. No cenário de 2015, veja as perspectivas da agricultura dos Estados Unidos, principalmente quanto ao impacto advindo da produção de biocombustíveis. Na parte sucroalcooleira, o desenvolvimento do índice de mecanização na agricultura paulista, uma abordagem do desempenho de mercado, as medidas para fortalecimento do etanol e os novos incentivos para a produção de biocombustíveis nos Estados Unidos. ■

AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

Publicação mensal de agronegócio e economia agrícola do
Centro de Agronegócio da Fundação Getúlio Vargas.

Conselho editorial: Antonio Carlos Pôrto Gonçalves,
Carlo Filippo M. Lovatelli, Francisco S. Mazzucca, Ivan Wedekin,
Luís Carlos Guedes Pinto, Luiz Guilherme Schymura
de Oliveira, Roberto Rodrigues e Yoshiaki Nakano

Editor chefe: Antônio Carlos Kfourir Aidar

Editor executivo: Luiz Antonio Pinazza

Fundadores: Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro

Redação

Redator: Bruno Blecher

Arte: André C. Michelin e Renata Owa

Revisão: Cacalo Kfourir

Fotos: Getty Images

Secretaria e apoio administrativo: Debora
Durazzo e Evandro Jacóia Faulin.

Publicidade: Representante comercial: Valor Rural Consultoria e
Comunicação, Tel.: (11) 5973-5721, e-mail: jcotrim@terra.com.br.
Contato comercial: José Luis Ballalai Cotrim.

Circulação/assinaturas: Debora Durazzo e Evandro Jacóia Faulin.
Outros estados: 0800.770.8881. Ligações de São Paulo: Tel.: 3281-
3220, Fax: 11 3262-3708, e-mail: contato@agroanalysis.com.br

Ponto de venda: São Paulo: Av. Paulista, 548,
8º andar, Tel.: (11) 3281-3220, Fax: 3281-7891
www.agroanalysis.com.br



FUNDAÇÃO
GETÚLIO VARGAS

*Instituição de caráter técnico-científico, educativo e
filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como
pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar
no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia
e Administração, bem como contribuir para a proteção
ambiental e o desenvolvimento sustentável.*

Sede: Praia de Botafogo 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou
Caixa Postal 62.591 - CEP 22257-970, Tel.: (21) 2559 6000, www.fgv.br

Primeiro Presidente e Fundador: Luiz Simões Lopes

Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal

Vice-Presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra
Cavalcanti de Albuquerque e Sérgio Franklin Quintella

Conselho Diretor:

Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal

Vice-Presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti
de Albuquerque e Sérgio Franklin Quintella

Vogais: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque,
Ernane Galvéas, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Manoel Pio
Corrêa Jr., Marcílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade

Suplentes: Alfredo Américo de Souza Rangel, Antonio Monteiro de Castro Filho,
Cristiano Buarque Franco Neto, Eduardo Baptista Vianna, Jacob Palis Júnior, José
Ermiro de Moraes Neto, José Júlio de Almeida Senna, Nestor Jost

Conselho Curador:

Presidente: Carlos Alberto Lenz César Protásio

Vice-Presidente: Pedro José da Matta Machado (Klabin Irmãos & Cia)

Vogais: Alexandre Koch Torres de Assis, Andrew Gray (Souza Cruz S/A), Carlos
Alberto Vieira (Federação Brasileira de Bancos), Carlos Moacyr Gomes de Almeida,
Domingos Bulus (White Martins Gases Industriais Ltda), Edmundo Penna Barbosa
da Silva, Heitor Chagas de Oliveira, Hélio Ribeiro Duarte (HSBC Investment Bank
Brasil S.A. – Banco de Investimento), Jacques Wagner (Estado da Bahia), Jorge
Gerdau Johannpeter (Gerdau S.A.), Lázaro de Mello Brandão (Banco Bradesco S.A.),
Luiz Chor (Chozil Engenharia Ltda), Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade
Fortes, Orlando dos Santos Marques (Publicis Brasil Comunicação Ltda), Raul
Calfat (Votorantim Participações S.A.), Ronaldo Vilela (Sindicato das Empresas de
Seguros Privados, de Capitalização e de Resseguros no Estado do Rio de Janeiro),
Sérgio Ribeiro da Costa Werlang, Sérgio Santiago (IRB-Brasil Resseguros S.A.)

Suplentes: Gilberto Duarte Prado, Elizabeth Surreaux Ribeiro Tellechea (Refinaria
de Petróleo Ipiranga S.A.), Luiz Roberto Nascimento Silva, Marcelo José Basílio de
Souza Marinho (Brascan Brasil Ltda), Ney Coe de Oliveira, Nilson Teixeira (Banco
de Investimentos Crédit Suisse S.A.), Olavo Monteiro de Carvalho (Monteiro
Aranha Participações S.A.), Patrick de Larragoti Lucas (Sul América Companhia
Nacional de Seguros), Pedro Freitas (Cia. Vale do Rio Doce), Pedro Henrique
Mariani Bittencourt (Banco BBM S.A.), Rui Barreto (Café Solúvel Brasília S.A.)

Diretor da FGV-EESP: Yoshiaki Nakano

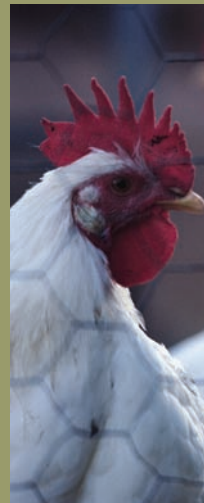
Diretor da FGV-IBRE: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira

Diretor da FGV-EAESP / FGV-SP: Francisco S. Mazzucca

AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

ACESSE O SITE
www.agroanalysis.com.br
ou ligue
0800 770 88 81
e assine
a publicação que
melhor acompanha
o agronegócio



Abre Aspas

- 6 Horácio Lafer Piva
- 9 Macroeconomia
- 10 Agrodrops

Mercado & Negócios

- 12 Safra 2007/08
- 15 Alimentos tradicionais
- 16 Cana-de-açúcar
- 18 Financiamento *Flex*
- 20 Carne bovina I
- 22 Carne bovina II
- 25 Suínos
- 27 Fertilizantes
- 29 Estados Unidos I
- 30 Estados Unidos II

Agroenergia

- 31 Etanol I
- 33 Etanol II
- 34 Etanol III
- 35 Biodiesel

Gestão

- 37 Defensivos vegetais
- 38 Ripa
- 39 SRB

Especial Abag

- 40 Barreiras técnicas de comércio e sustentabilidade

Sustentabilidade

- 48 Cooperativas
- 49 Diário de bordo
- 49 Produzir
- 50 Opinião

EUA



Projeções da agricultura

Fertilizantes



Impacto nos custos

Especial



10º Fórum Abag

Carne bovina



Ban Brazilian Beef

Horácio Lafer Piva
Presidente da Bracelpa

“O Brasil está patinando”

por Bruno Blecher

O EMPRESÁRIO que comandou por seis anos as poderosas instituições Federação e Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp-Ciesp) na Avenida Paulista hoje cuida de florestas. Industrial com formação em economia e administração de empresas, Horácio Lafer Piva divide hoje o seu tempo entre a Klabin e a Bracelpa (Associação Brasileira de Celulose e Papel), entidade que congrega 220 empresas em 17 estados do País e representa 4,5 milhões de hectares entre florestas plantadas e preservadas.

Em entrevista à *Agroanalysis*, Horácio confessou que é um sujeito urbano, mas revelou que tem um pézinho na roça, ao recordar as férias que passava na fazenda da família em Brotas (SP).

AGROANALYSIS O Brasil sempre deu as costas para o interior, privilegiando a sociedade urbana. Por que a agricultura brasileira ainda é vista como atrasada e retrógrada?

HORÁCIO LAFER PIVA Eu sou um sujeito urbano, mas com origem rural, porque eu passava as minhas férias em Brotas, no interior de São Paulo, onde a minha família tem uma fazenda de café. Mas, embora eu tenha experimentado na minha infância um pouco da vida da roça, eu sempre tive um olhar mais urbano. A agricultura, que tem uma grande capacidade de reivindicação, por várias vezes precisou da compreensão dos governos para a renegociação de suas dívidas, enquanto a indústria enfrentou condições mais adver-

sas para manter a sua atividade. Então, começou a se espalhar esse chavão de que a agricultura brasileira era atrasada, não se modernizava, porque de alguma forma contava com alguns benefícios. Eu acho isso mais preconceito que verdade. O agronegócio, na verdade, está se modernizando, ganhou uma gestão mais eficiente e já não precisa mais da ajuda do governo. Mas esse tipo de memória fica e leva um tempo para mudar.

AGROANALYSIS Não existe também um problema de falta de liderança? Há pouca renovação nas entidades que representam a agricultura e a pecuária.

PIVA Talvez sim, mas têm alguns segmentos da agricultura que são interes-

Foto: Miguel Angelo/CNI Reunião do Fórum Nacional da Indústria



“ Os produtores rurais precisam parar 10 minutos de cuidar do seu boi, da sua soja, para pensar na organização das suas entidades”

santes. Por exemplo, nós tivemos alguns presidentes da Sociedade Rural Brasileira muito criativos e organizados. O Luiz Hafers, o Roberto Rodrigues, entre outros. O Hafers, por exemplo, tem uma visão internacional e fala um inglês impecável. Eu não concordo com essa tese de que o agricultor brasileiro é um sujeito atrasado e mal preparado. É verdade que nas entidades ligadas a sindicatos existe uma dificuldade maior para a renovação.

AGROANALYSIS Como toda esta força do agronegócio, não era o caso do setor contar com um prédio do porte do da Fiesp na Avenida Paulista?

PIVA O que acontece é que talvez a indústria seja um pouco mais organizada do que a agricultura. O agronegócio ainda é muito fragmentado. Veja que existem segmentos da agroindústria que hoje estão mais ligados à Fiesp que à entidades do agronegócio. Mas a organização depende mais da base que da liderança. Eu sempre digo que as respostas para o Brasil dependem da mobilização da sociedade. O Brasil é um país ainda muito preso, a recorrência da vida brasileira tem sido uma dinâmica do curto prazo, a gente tem grande dificuldade de olhar para a frente. Nós somos uma sociedade muito complacente, uma sociedade mais comprometida com o evento que com o resultado, e o que acontece é que o Brasil fica patinando. Nós, inclusive, por sermos excessivamente complacentes, temos muita dificuldade de adquirir o equilíbrio para que as coisas avancem. Nós não submetemos o Estado à sociedade. Ao contrário, nós como sociedade estamos submetidos ao Estado. O País ainda está em busca de um projeto e, na minha opinião, boa parte disso passa pela mobilização da sociedade. Ou seja, os produtores rurais precisam parar 10 minutos de cuidar do seu boi, da sua soja, e pensar na organização das suas representações. Numa sociedade como a nossa, a organização faz muita diferença.



“Nós brasileiros não submetemos o Estado à sociedade. Ao contrário, como sociedade, estamos submetidos ao Estado”

AGROANALYSIS Uma das questões que mais prejudicam hoje a imagem do agricultor brasileiro, tanto aqui quanto no exterior, é o desmatamento da Amazônia.

PIVA Isso prejudica de todas as maneiras. Minha filha, Maria, que tem nove anos, fala de lixo reciclável com capacidade e naturalidade extraordinárias. Então, hoje você tem gente mais vigilante em relação às coisas que estão acontecendo. Essa questão do desmatamento pega muito mal para nós. É a destruição do nosso patrimônio. Como o Brasil está procurando se abrir para o resto do mundo, não só do ponto de vista comercial, mas também de organização da engenharia financeira, esse tipo de coisa nos remete a uma era medieval. Ninguém vai querer aportar recursos aqui, na medida em que nós não estamos conseguindo cuidar do básico.

AGROANALYSIS É preciso desmatar a Amazônia?

PIVA Acho que não. Podemos desenvolver projetos inteligentes de abertura de áreas, conciliando desenvolvimento com justiça social. O que falta, certamente, é consciência e fiscalização. Há muitos atrativos. Por exemplo, o preço da madeira. Há uma cadeia de interesses nessa exportação, mas, enfim, nós estamos tão acostumados com aquele monte de árvores que resolvemos tirar um pouquinho daqui e dali. E isso vai criando buracos. A discussão sobre desmatamento deve fazer parte da agenda de preocupação de todos os brasileiros.

AGROANALYSIS Quando a informática começou a ganhar terreno, muita gente dizia que o papel praticamente desaparecia, que os jornais impressos deixaram de existir. Mas até agora isso não aconteceu.

PIVA Não aconteceu mesmo. É capaz de acontecer para a geração da minha filha, um pouco na medida em que ela tem mais facilidade de ler na tela do computador que a minha geração. Provavelmente, no futuro, você vai desenvolver papéis que não serão exatamente papéis, mas serão conduzidos eletronicamente e vão gerar imagens. Hoje, ao lado de todo o computador você tem uma im-

pressora. Agora, o que acontece, provavelmente, é que esse papel vai passar por uma mudança de uso. Costumo dizer ao pessoal que, se tudo der errado, as indústrias brasileiras de papel e celulose podem se tornar grandes fornecedoras de energia. Nós estamos tentando quebrar a molécula da celulose, e vamos produzir, no futuro, energia com celulose. Mas, de qualquer maneira, está crescendo ainda o consumo de guardanapos de papel e de absorventes higiênicos, na medida em que você tem a entrada de camadas antes não favorecidas no mercado de consumo. Esse processo de distribuição de renda, que tem acontecido nos países em desenvolvimento, traz uma enorme massa de consumidores, que não passavam nem perto de alguns produtos que nós normalmente consumimos.

AGROANALYSIS O presidente Lula diz que a economia brasileira vai bem, obrigado, e que o cenário é perfeito. O senhor concorda?

PIVA Nunca é perfeito. Isso faz parte do teatro corporativo e institucional, que é uma prática da política brasileira. A conta está sendo cobrada, principalmente nos EUA. Eu fico preocupado com o excesso de otimismo do Brasil, de achar que nada vai afetar a sua economia. Claro que afeta. Talvez nem tanto quanto em outros países, inclusive porque o Brasil, em alguns sentidos, está muito melhor estruturalmente que esteve em outros anos. Além disso, o Brasil tem algumas coisas excepcionais, como as *commodities*. Agora, a economia brasileira é uma economia que saiu de um longo tempo de hospital, e precisamos tomar muito cuidado com isso. Nós temos a taxa de juros muito alta, uma demanda por consumo muito grande e uma coisa que nos come pelas pernas, que se chama câmbio. Câmbio e juros atrapalham, e muito, a nossa vida.

AGROANALYSIS Como andam as coisas para o setor de papel e celulose?

PIVA É um setor de investimento de longo prazo. Nós acabamos de fazer quase US\$ 2 milhões em investimento em um ano e meio. Estamos reavaliando qual é a rentabilidade sobre os investimentos que já fizemos e, obviamente, isso afeta a nossa decisão para daqui a dois a três anos. Encerramos 2007 com a produção de 11,9



“Esse tipo de coisa [desmatamento da Amazônia] nos remete a uma era medieval. Ninguém vai querer aportar recursos aqui”

milhões de toneladas de celulose. Um crescimento de 6,6% em relação a 2006. A produção de papel teve aumento de 2,8% em relação ao ano anterior. De acordo com os dados da Associação Brasileira de Celulose e Papel, com a entrada em operação de novas máquinas e a maturação de vários projetos de expansão, as perspectivas para este ano são positivas. Devemos produzir 12,8 milhões de toneladas de celulose, com crescimento de 7,4% no período. Os fabricantes de papel produzirão 9,2 milhões de toneladas, volume 3,2% maior que o alcançado em 2007. As exportações totais do setor, que incluem celulose e papel, fecharam dezembro de 2007 com US\$ 4,7 bilhões (FOB), superando em 18% o total obtido em 2006. O mercado internacional permaneceu aquecido durante todo o ano e, mesmo com o câmbio desfavorável, os preços se sustentaram em patamares satisfatórios. Em 2007, os investimentos do setor somaram US\$ 1,9 bilhão em expansão de capacidade. Várias empresas têm planos para aumento de produção. O programa setorial de investimentos, que previa a aplicação de US\$ 14,4 bilhões no período de 2003 a 2012, deve ser superado. O setor tem contribuído para o desenvolvimento econômico e social na geração de renda, de tributos e de empregos. A indústria brasileira utiliza exclusivamente madeira de florestas plantadas, eucalipto e *pinus*, com 1,7 milhão de hectares de florestas plantadas em 11 estados e 394 municípios. Há 1,5 milhão de florestas nativas preservadas e cultivadas e 3 milhões de toneladas de papel reciclados anualmente. As empresas do setor recuperam e preservam 2,6 milhões de hectares de recursos florestais. O setor hoje é composto por 220 empresas localizadas em 450 municípios. Essas empresas em conjunto produzem 11,8 milhões de toneladas de celulose e quase 9 milhões de toneladas de papel ao ano. No *ranking* mundial, o Brasil hoje é o 7º maior produtor de celulose, sendo líder na produção de celulose de fibra curta, e o 11º na produção de papel. ■

Macroeconomia

Desaceleração da economia americana

Rogério Mori*

NAS SUAS últimas análises econômicas, o banco central norte-americano continuou revendo para baixo a expectativa de crescimento econômico para este ano. A moeda norte-americana também continua perdendo valor diante das demais em ritmo acelerado, tendo atingido sua menor cotação em relação ao euro recentemente. Nos últimos 12 meses, o dólar norte-americano registrou uma queda de mais de 8% relativamente às dos seus principais parceiros comerciais e nos últimos 5 anos esse valor já superou os 25%. A depreciação, no entanto, não tem sido uniforme, e alguns países terminam por sentir seu peso mais intensamente que outros. No ano passado, por exemplo, o real, o dólar canadense e o euro ficaram entre as moedas que mais se apreciaram ante o dólar norte-americano. Na outra ponta, vários países árabes exportadores de petróleo e muitos dos países do Leste Asiático têm resistido a uma apreciação de sua moeda em relação ao dólar, que poderia prejudicar a estratégia de crescimento liderado pelas exportações nesses países.

A cada semana são divulgados novos indicadores econômicos que refletem a complicada situação da economia americana. Os indicadores de confiança dos consumidores norte-americanos situam-se nos piores níveis desde o início da década passada. As bolsas de valores têm registrado elevadíssima volatilidade e começam a apontar de forma quase consistente para uma tendência de queda. Por sua vez, o número de autorizações para a construção de novas casas segue caindo e atingiu seu pior nível desde 1993, dando mais uma indicação

de que a crise do setor imobiliário prossegue com perspectiva de agravamento. A construção de residências representa atualmente 4,4% do PIB, ficando bem abaixo do recorde de 6,3% registrado em 2005. A despeito das quedas registradas nos últimos meses, os números do setor imobiliário ainda estão longe dos ajustes verificados nas recessões anteriores. As expectativas de parte dos analistas apontam que o início de construção de novas residências caia para menos de 1 milhão neste ano, atingindo um patamar mínimo em várias décadas de comparação. Desde o pico da bolha imobiliária, os preços dos imóveis registraram queda de aproximadamente 5%, o que representa uma pequena queda se considerarmos que o aumento desses preços desde 1997 foi de mais de 100%.

Nesse contexto, um dos canais de transmissão do estouro da bolha imobiliária para o PIB dos EUA é a contração do crédito. Depois dos problemas verificados em julho e agosto nos mercados de *subprime* (ou créditos de segunda categoria), o sistema financeiro americano tem funcionado em compasso lento.

Sob essa perspectiva, as garantias para financiamento têm aumentado consideravelmente nos EUA, especialmente em operações ligadas ao crédito imobiliário, e restrições como as que se praticam hoje não se observavam desde o início dos anos 1990. O maior temor, nessa ótica, é que a restrição do crédito se espalhe para os demais setores da economia, mas não se sabe ao certo o tamanho dos danos do crédito imobiliário gerado nas carteiras das instituições financeiras. Muitas das operações de crédito “fatiadas” e repas-

sadas para *hedge funds* e outros agentes financeiros escondem ainda créditos de má qualidade decorrentes da correção dos preços dos ativos imobiliários. Adicionalmente, além do alto endividamento acumulado e dos possíveis efeitos da contração de crédito, os consumidores dos EUA também terão que enfrentar a alta do preço do petróleo, que já superou marca histórica de 100 dólares por barril. Com cerca de 70% do PIB norte-americano sendo representado pelo consumo das famílias, é fácil perceber o problema potencial proporcionado por uma redução deste.

Sob essa perspectiva, a esperança para a economia dos EUA reside no aumento das exportações. Assim, a forte depreciação do dólar norte-americano ante as demais moedas tem impulsionado as exportações e diminuído as importações nos Estados Unidos, estimulando, portanto, a produção doméstica. Da perspectiva dos desequilíbrios globais, é o que se espera neste momento. Atualmente, os Estados Unidos são os maiores devedores do mundo, com um déficit em conta corrente anual superior a 700 bilhões de dólares. Os rumos para a correção desse desequilíbrio são conhecidos: desvalorização do dólar diante das demais moedas e redução do nível de atividade econômica nos EUA. Por isso, a probabilidade de desaceleração econômica norte-americana em 2008 é bem elevada. Ainda resta saber se o motor das exportações será capaz de tirar a economia dos EUA da trajetória da recessão. ■

* Professor e Coordenador do Centro de Macroeconomia Aplicada (Cemap) da FGV-EESP

Por Bruno Blecher

Correspondências para esta seção devem ser enviadas para o e-mail: brunoblecher@uol.com.br

O TERMÔMETRO DO AGRONEGÓCIO



O Índice Canal Rural (IRC), que mede o desempenho do agronegócio, acumulou alta de 0,68% este mês (até o fechamento desta segunda-feira, dia 17), contra uma queda de 5,48% do Ibovespa. O resultado mostra que o agronegócio não sofre o impacto da crise imobiliária nos EUA.

O ICR, o Ibovespa do agronegócio, foi lançado no início do mês pelo Canal Rural e pela Agência Dinheiro Vivo. A carteira teórica do índice é composta por dez empresas, escolhidas com base no critério do índice de negociabilidade utilizado pelo Ibovespa. Juntas, essas empresas representam cerca de 90% do setor na Bovespa quando considerados a quantidade de negócios no mercado à vista e o volume financeiro movimentado nos últimos três meses (contados a partir de 25/02/2008). A definição do universo das empresas também levou em conta a classificação da Economática (excluindo-se empresas que não realizaram negócios no último ano) e considerações de analistas do setor.

A primeira divulgação do índice foi feita na estréia do programa *Agribusiness Online*, no dia 3 de março. O novo programa do Canal Rural tem duas edições diárias ao vivo (às 8h30min e às 10h30) com apresentação dos jornalistas Luís Nassif e Alessandra Mello, além de correspondentes em Londres e na China. Na estréia, o entrevistado foi o presidente da Abag, Carlo Lovatelli.

RECORDE PARANENSE

Contando com a safrinha de milho e de feijão da seca e o plantio de inverno, que começou este mês, o Paraná poderá colher 31,4 milhões de toneladas de grãos, superando o recorde de 2002/03 (30 milhões de toneladas). A safra de verão, que já foi colhida perto de 20%, aponta para uma produção de 21,6 milhões de toneladas de grãos. Com a segunda safra de milho e feijão, esse volume sobe para 28,4 milhões, ao qual se deve acrescentar mais 3 milhões de toneladas previstos para a cultura do trigo. As informações são do Departamento de Economia Rural da Secretaria da Agricultura Paranaense (Deral), que aponta um crescimento de 6,8% em relação à safra total do ano passado, quando se colheram 29,6 milhões de toneladas.

Ovinos & caprinos

Sucesso total, a Feinco, em São Paulo, mostrou o crescimento da produção de ovinos e caprinos, atividade que já apresenta rentabilidade média ao redor de 25%. O Brasil é o oitavo maior criador de caprinos e ovinos no mundo, com rebanho superior a 30 milhões de cabeças. Hoje, o rebanho nacional de ovinos e caprinos chega a 25 milhões de cabeças, o equivalente a quase 3% do total mundial (990 milhões de animais). A China é o maior produtor, com mais de 30% do rebanho, seguido da Índia (19,7%), e da Austrália (12,8%).

Minimilho

O Brasil já é auto-suficiente na produção de minimilho, segundo informam os técnicos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Antes, a maioria do produto consumido no País era importada da Tailândia. Consumido em forma de conservas ou *in natura*, o minimilho é cultivado principalmente pela agricultura familiar. A pesquisadora da Embrapa Milho e Sorgo, Valéria Aparecida Vieira Queiroz, diz que o minimilho tem menor valor calórico e custo de produção mais baixo se comparado ao milho comum.

FOME

“Os biocombustíveis são um perigo para milhões de pessoas”

John Beddington, assessor científico do premier britânico Gordon Brown

Olho na China

Anote na agenda: de 14 a 16 de maio, no Shanghai New International Expo Centre, em Shanghai, acontece a mais importante feira da indústria alimentícia e de bebidas da China, a Sial. A Câmara Brasil-China de Desenvolvimento Econômico (CBCDE) e a Promosalons (representante oficial da feira no Brasil) pretendem levar à feira uma grande comitiva do agronegócio brasileiro. Este ano a feira ocupará 40 mil m². O consumo de alimentos e bebidas cresce cada vez mais na China. Em 2006, os chineses gastaram em média 37% de sua renda anual na compra desses produtos, segundo o National Bureau of Statistics.

CASE NO VERDÃO



Até junho, a marca Case vai dividir espaço com a Fiat nas camisas dos jogadores do Palmeiras. Quem disse foi o presidente da CNH para a América Latina, Valentino Rizzioli.

A Case já patrocina a Juventus, na Itália. É a primeira vez que uma empresa ligada ao setor agrícola estampa a marca no uniforme do clube. Segundo Marcelo Fonseca, diretor do Palmeiras, o nome Case deve aparecer nas costas da nova camisa.

Turra na Abef

O ex-ministro da Agricultura e atual vice-presidente e diretor de operações do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, Francisco Turra, vai assumir a presidência da Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frangos (Abef).

Qualidade da carne

“Não temos informações que assegurem a qualidade da carne que consumimos”. A advertência é do pesquisador da Embrapa Gado de Corte (Campo Grande, MS), Gelson Feijó. Para ele, não bastam as informações sensoriais, como cor, teor de gordura e tipo de corte. “É necessário aumentar a oferta de informações sobre a qualidade do produto, adequar os pontos-de-venda aos hábitos dos consumidores e orientar a população sobre as boas práticas de produção empregadas na bovinocultura.”



O mercador do bife

Deixou a Associação da Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne Bovina (Abiec), o presidente Marcus Vinícius Pratini de Moraes, após um mandato de oito anos.

Ex-ministro da Agricultura no governo Fernando Henrique, Pratini se transformou no Marco Polo da carne brasileira, ao percorrer quase uma centena de países para organizar churrasco com caipirinha. O resultado é que, de agosto de 2003, quando Pratini assumiu a Abiec, a dezembro de 2007, as exportações de carne brasileira cresceram oito vezes.

BIOGRAFIA DAS BOLSAS

Lançado no dia 10 de março, em São Paulo, o livro *Eduardo de Rocha Azevedo – a Bovespa e a BM&F*, uma biografia autorizada do ex-presidente da Bolsa de Mercadorias & Futuros e da Bovespa. De autoria de Ângela Ximenes, o livro conta a história pessoal de Azevedo e a trajetória do mercado acionário no Brasil nos anos 1980.

O tamanho do estrago

De 1500 para cá, o Brasil já derrubou 2,5 milhões de km² de mata nativa, o equivalente a 30% do território nacional ou 4,5 vezes o da França. O número consta do mapa da cobertura vegetal dos biomas brasileiros, elaborado a partir de imagens de 2002 feitas por satélite. O levantamento realizado pelo Ministério do Meio Ambiente mostra cinco séculos de história da ocupação do país.

BIODIESEL

+ 420 milhões de litros

por ano serão necessários para atender à demanda de biodiesel, após a decisão do governo de aumentar de 2% para 3% a mistura do biocombustível ao diesel a partir de junho.

Hoje, a necessidade de biodiesel no mercado é de

840 milhões de litros/ano

Safrá 2007/08

Custos e perspectivas para grãos e pecuária

Alcides de Moura Torres Jr.¹Fabiano Ribeiro Tito Rosa²Maurício Palma Nogueira³

A SAFRA de grãos 2007/08 deve favorecer os produtores que conseguirem boa produtividade. Os preços reagiram e as perspectivas são de firmeza no mercado de milho e soja. Ainda assim, ao contrário do que tem sido apontado, os resultados no campo não serão fáceis de ser obtidos.

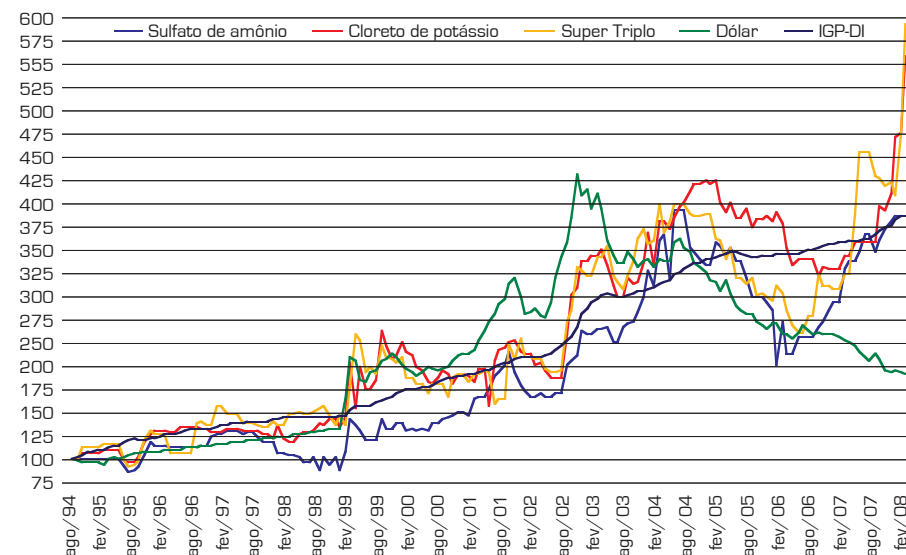
Os custos de produção aumentaram nos últimos meses, principalmente por força do mercado de fertilizantes. É interessante olhar as evoluções dos preços de algumas das matérias-primas (fósforo, potássio e nitrogênio) fontes de nutrientes para a produção de fertilizantes formulados, evolução do câmbio e do IGP-DI (Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna).

Na temporada de compra de fertilizantes para o plantio da safra 2007/08 as cotações estavam de 4,5 a 5 vezes maiores, em valores nominais, aos preços vigentes no início do Plano Real.

Ao longo do período, houve um descolamento entre os preços dos fertilizantes e as cotações do dólar. Esse fenômeno faz parte das mudanças que têm sido observadas no mercado de *commodities*. Há uma valorização das cotações em dólares para grande parte dos produtos em todo o mundo.

Enfim, o impacto nos custos de produção já ocorreu em 2007/08. No entanto, no caso do milho, os custos serão bem mais elevados para a safrinha. De dezembro de 2007 a fevereiro de 2008, as cotações do cloreto de potássio aumentaram 20%, enquanto os fosfatados tiveram reajustes de 45%. Apesar do aumento dos custos, o agricultor vislumbra bons resultados depois de viver um período de crise dramática nas safras 2000/04 e 2005/06.

Brasil: evolução dos preços dos fertilizantes (US\$/t corrigido pelo IGP-DI; valores de agosto de 1994 = 100)



Fonte: Scot Consultoria

Brasil: preços do milho e da soja (R\$/saca corrigidos pelo IGP-DI)

Estados	Milho			Soja		
	Atual	Média *	Diferença	Atual	Média *	Diferença
PR	23,84	20,92	13,98%	48,04	43,80	9,68%
RS	25,39	22,50	12,84%	49,57	43,45	14,09%
MT	18,03	13,38	34,82%	39,72	34,11	16,44%
MS	21,18	17,64	20,06%	43,86	39,62	10,68%
GO	21,22	18,71	13,41%	44,95	39,29	14,42%
SP	27,35	22,69	20,51%	47,80	42,61	12,18%
MG	23,13	20,77	11,34%	45,32	40,28	12,53%
BA	22,96	19,49	17,82%	45,21	37,71	19,87%
MA	-	-	-	43,52	37,10	17,32%
SC	25,13	22,17	13,33%	-	-	-

* Período de 2001 a 2008 corrigido pelo IGP-DI
Fonte: AgRural/ Scot Consultoria

Os preços de milho e da soja até o início de março estavam, respectivamente, 17,5 e 14,2% maiores em relação à média dos últimos oito anos atualizados pelo IGP-DI.

Agricultores com produtividade elevada, em torno de 150 sacas de milho e 50 sacas de soja por hectare, esperam excelentes resultados econômicos para a safra 2007/08. Tomamos o exemplo de uma fazenda com 7,8 mil hectares cultivados com milho e soja em rotação.

Quando se avaliam os resultados pela rentabilidade, com tecnologia, sem contratempos de quebra de safra ou alguma reviravolta no mercado, os agricultores poderão comemorar os mesmos resultados obtidos em 2003. Na metodologia adotada, entende-se por rentabilidade a relação entre o lucro operacional (que considera as depreciações) sobre todo o patrimônio investido na atividade, inclusive o valor da terra.

Na última safra, a rentabilidade média da produção de grãos (milho e soja) esteve em torno de 2,45%. Os produtores com as maiores produtividades chegaram a 4,5% de rentabilidade.

Em 2008 espera-se rentabilidade em torno de 14,5% para os mais eficientes. Isso equivale a um lucro líquido acima de R\$800,00 por hectare.

Resultados na pecuária

As perspectivas de bons preços na agricultura, com resultados positivos no campo, são um dos fatores de apreensão nas fazendas de pecuária. Os preços do boi gordo começaram 2008 em patamares bem mais elevados que os valores médios de 2007.

Os preços médios nominais do boi gordo, de janeiro a março, estão R\$10,80 por arroba acima da média vigente em 2007. Essa diferença equivale a um preço 19,8% maior no início do ano, quando comparado ao valor corrente em 2007.

Em 13 meses, em média, o preço da arroba valorizou-se 32%.

A safra chegou e o mercado pecuário parece nem ter “ligado”. Mas, ainda assim, o produtor está preocupado com as perspectivas para o período que se estende de meados de fevereiro até o final do ano. Os

Receita e custo de produção para o milho e a soja em 7,8 mil hectares

Rotação de milho e soja		Safra 2007/2008	
		R\$ totais	R\$/ha
Receitas		20.768.825,03	2.662,67
Soja		8.712.262,10	1.116,96
Milho		12.056.562,93	1.545,71
Liquidação de ativos			
Deduções de receitas (Pis/Cofins)		897.136,16	115,02
Receita líquida		19.871.688,87	2.547,65
- CUSTOS DIRETOS		11.070.055,70	1.419,24
Insumos agrícolas		9.187.847,80	1.177,93
Milho			
	Fertilizantes	4.106.142,86	526,43
	Herbicidas	215.280,00	27,60
	Inseticidas	90.480,00	11,60
	Fungicidas		
	Sementes	1.123.200,00	144,00
	Tratamento de sementes	68.250,00	8,75
Soja			
	Fertilizantes	2.272.400,00	291,33
	Herbicidas	543.270,00	69,65
	Inseticidas	216.840,00	27,80
	Fungicidas	359.287,50	46,06
	Sementes	179.047,44	22,95
	Tratamento de sementes	13.650,00	1,75
Combustíveis para operações agrícolas		347.337,55	44,53
Combustíveis para veículos e caminhões		41.833,93	5,36
Manutenções de máquinas e veículos		86.834,39	11,13
Colheita		1.406.202,05	180,28
- CUSTOS INDIRETOS		314.584,00	40,33
Funcionários			
	Salários	60.800,00	7,79
	Encargos	58.368,00	7,48
Energia Elétrica		79.056,00	10,14
Manutenções de instalações		116.360,00	14,92
Análise de solo e planejamento			
- DESPESAS OPERACIONAIS		275.204,28	35,28
Administração		63.180,00	8,10
Apoio à administração e encargos gerais		137.924,28	17,68
Gerente da unidade		35.100,00	4,50
Consultoria		39.000,00	5,00
- CUSTOS DIRETOS + CUSTOS INDIRETOS + DESPESAS OPERACIONAIS		11.659.843,98	1.494,85
- DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS			
		R\$ totais	R\$/ha
Ebitda ¹		8.211.844,885	1.052,801
Depreciações ²		809.937,23	103,84
	Maquinários	732.741,63	93,94
	Instalações	77.195,60	9,90
Ebit ³		7.401.907,65	948,96
Contribuição Social e IR		1.036.267,07	132,85
LUCRO LÍQUIDO ⁴		6.365.640,58	816,11

¹ Ebitda: a sigla em inglês para earnings before interest, taxes, depreciation and amortization, que traduzido literalmente para o português significa: Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização [Lajida].

² Depreciações: custo ou a despesa decorrentes do desgaste ou da obsolescência dos ativos imobilizados (máquinas, veículos, móveis, imóveis e instalações) da empresa.

³ Ebit: Sigla de Earnings Before Interest and Taxes ou Lucro Antes dos Juros e Impostos. É o lucro líquido antes do custo financeiro e do encargo do imposto de renda.

⁴ Lucro líquido: é o lucro depois de descontado a contribuição social e o Imposto de Renda.

Fonte: Scot Consultoria

custos de produção da pecuária começaram o ano 30% mais altos. Em relação a fevereiro de 2007, os custos de produção do boi e de leite estão respectivamente 30,6% e 28,14% mais altos. A análise vale para empresas com aporte de tecnologia, que buscam gradualmente aumentar a produção por hectare.

Assim como na agricultura, o pecuarista também sofre com o aumento dos fertilizantes e demais insumos. Além disso, deverá absorver o impacto do aumento dos alimentos concentrados. Em um ano, se o preço do fertilizante aumentou 56,6%, a cotação dos concentrados elevou 48%.

Os mais afetados serão os produtores de leite e os pecuaristas de corte que confinam ou terminam os animais em semi-confinamento. Números preliminares apontam os custos para confinar, calculados com base nos preços de maio próximo, até 45% maiores em relação a maio passado.

Se não houver perspectivas de bons preços, o produtor fugirá do confinamento. Atualmente, no mercado futuro, os contratos na BM&F (Bolsa de Mercadoria & Futuros) estão praticamente nos mesmos níveis do mercado físico de janeiro e fevereiro. O cenário, portanto, indica dificuldades no confinamento de bois. Arriscará quem não tiver alternativa ou, acreditar que quanto maior o risco, maior a possibilidade de ganho.

O suplemento mineral, cujo aumento foi anunciado no final de 2007, subiu em média 49,3% em um mês. Essa alta no início do ano é quase tudo que se previa para o decorrer de 2008.

O aumento no preço do suplemento mineral se deve à alta do fosfato bicálcico, principal componente da fabricação. Fabricantes de fosfato bicálcico previam 70% de alta ao longo de 2008. Apenas nos dois primeiros meses do ano, o insumo já registrou alta de 56%.

E a alta do fosfato bicálcico relaciona-se justamente com o mercado dos fertilizantes fosfatados, cujo comportamento foi explorado no início do texto. Agricultura e pecuária sofrem forte influência do comportamento dos preços dos fertilizantes. A pecuária, no entanto, sofre

Sumário técnico e financeiro da produção de grãos em 7,8 mil hectares

Custos variáveis e despesas operacionais	1.494,85	R\$/ha
Custo operacional	1.598,69	R\$/ha
Receita líquida	2.547,65	R\$/ha
Margem ebitda	41,32%	
Lucro líquido	816,11	R\$/ha
Valor do patrimônio (terra e equipamentos)	5.616,90	R\$/ha
Rentabilidade	14,53%	
Área total	12.000	hectares
Área de agricultura	7.800	hectares
Custos de produção do milho	13,00	R\$/saca
Custos de produção da soja	25,58	R\$/saca
Preço do milho	22,18	R\$/saca
Preço da soja	44,33	R\$/saca
Produtividade do milho	147	sacas/ha
Produtividade da soja	50	sacas/ha
Empregos gerados	52	funcionários

Fonte: Scot Consultoria

Variação dos custos de insumos e serviços

Item	12 meses	Último mês
Fertilizantes	56,63%	12,45%
Concentrados energéticos	46,39%	-1,43%
Concentrados protéicos	49,03%	1,92%
Suplementos minerais	73,46%	49,29%
Diesel	2,21%	0,00%
Álcool e gasolina	-4,13%	-2,21%
Óleo lubrificante	1,73%	-2,27%
Funcionários	8,57%	0,00%
Defensivos	34,51%	7,29%
Medicamentos	-2,29%	0,00%

Fonte: Scot Consultoria

impacto tanto pela adubação e produção de volumosos (preço dos fertilizantes), como nas cotações dos concentrados e suplementação mineral.

E é justamente por essa razão que os produtores precisam monitorar os custos de produção. Preços bons no mercado de *commodities* agrícolas, sem controle rigoroso dos custos, podem resultar em prejuízo. O que interessa são os resultados, e não apenas as cotações em alta. E

resultados dependem de preço e dos custos de produção.

Enquanto as perspectivas de bons preços praticamente confirmam bons lucros para os agricultores, o pecuarista ainda está em dúvida. E tudo isso próximo ao momento de decidir se confina ou não. ■

1 Engenheiro agrônomo da Scot Consultoria

2 Zootecnista da Scot Consultoria

3 Engenheiro agrônomo da Scot Consultoria
scotconsultoria@scotconsultoria.com.br

Alimentos tradicionais

Ganhando dinheiro

Evaristo Marzabal Neves¹
Gabriel Rausch²

A MASSIFICAÇÃO e a uniformização generalizadas dos alimentos estão sendo questionadas. Há uma crescente procura por parte do consumidor final de produtos diferenciados. É o caso dos bens arraigados à tradição cultural de uma comunidade, de um território ou de todo um povo.

Uma das estratégias de valorização dos produtos rurais diz respeito à referência a uma área de produção, um território e um saber-fazer (como, por exemplo, certificação de identidade geográfica para os alimentos tradicionais). Os produtos tradicionais estão ligados ao saber-fazer do empresário rural e de seus parentes.

O aumento do interesse por produtos tradicionais deve-se à:

- Crise de sustentabilidade do modelo de produção agrícola de *commodities*;
- Fraca competitividade de produção em escala e de custo das pequenas propriedades;
- Desconfiança do consumidor em relação à qualidade dos produtos oriundos.

O consumidor tende a buscar nos produtos alimentares qualidades simbólicas como tradição e origens. Isso agrega valor à produção. É uma forma para revitalizar a economia do meio rural, em especial das regiões onde a qualidade e a variedade desse tipo de produtos se mantêm.

Na Europa, a história e a tradição de produtos são reconhecidas como elaboração de estratégias para a recuperação e valorização de áreas rurais, onde é inviável o plantio em massa. Os produtos locais fazem parte do atual quadro de medidas legais para a sua proteção e certificação.

A Comissão Europeia define os produtos tradicionais ou “produtos com histó-

ria” como os produtos agroalimentares com reconhecimento de especial qualidade e que correspondem pelos designativos “local”, “tradicional”, “artesanal”, “regional”, entre outros. No Brasil, a produção desses alimentos começa a ser enfocada, mas ainda a passos curtos.

Os alimentos tradicionais chegam para os consumidores vindos de um tempo remoto, por meio de gerações das famílias que, sucessivamente, os foram produzindo, recriando e atualizando. Trata-se de uma arte construída por meio da tradição familiar e comunitária, num encontro entre o saber e a experiência.

Em torno da produção desses alimentos mantém-se o conhecimento da cultura local na relação entre necessidade, trabalho, valor do ofício, realização e o reconhecimento da arte na família passada para cada geração. Nesse sentido, o resgate dos produtos tradicionais valoriza as produções *artesaniais* (arte + trabalho), ao salientar a construção cultural e identitária da região.

A qualidade dos produtos tradicionais é o que os diferencia dos produtos industrializados. Uma qualidade que parte da organização, da estrutura e do cuidado durante o processo.

Diferentemente da Europa, no Brasil, de forma corriqueira, os empresários desses alimentos quase sempre são desvalorizados no momento da comercialização. O intermediário, que reconhece o saber e o trabalho nele contido, vende o produto para as grandes redes de supermercados com alto valor agregado. Enfim, o mercado consumidor reconhece a qualidade superior deste tipo de produto, quando comparados aos industrializados.

Dessa forma, a produção de alimentos tradicionais é construída pelo conjunto de habilidades individuais e do espírito coletivo. É uma mistura de observação e o praticar, da assimilação e a criação, em que a multiplicidade das idéias transmitidas é transformada em arte inventiva.

A produção de alimento tradicional remete à história pessoal e familiar de quem o fez, numa mistura de valor econômico e renascimento da auto-estima em torno dessa arte, transformando a realidade desses empresários. Assim, por meio da produção dos alimentos, o empresário rural de pequeno e médio portes pode melhorar a sua qualidade de vida e de seus dependentes.

Pode-se dizer que a sociedade brasileira ainda está reconhecendo o valor desses produtos, tal como podemos verificar na divulgação comercial de produtos alimentícios regionais, como os vinhos de Bento Gonçalves (RS). Numa garrafa de vinho da região, encontramos a cultura gaúcha, representada por sabores e aromas e pela união dos vários saberes das várias vivências.

Diante do exposto, o resgate da tradição se faz necessário quanto mais é citado o processo de globalização. Nesse sentido, a produção de alimentos tradicionais busca gerar rendimentos às famílias locais como forma de impulsionar o comércio comunitário. Enquanto grande parte dos pequenos empresários rurais vive com dificuldades, muitos consumidores atribuem uma maior importância à tradição dos produtos que consomem. ■

1 Professor Doutor do Curso de Administração de Empresas da PUC de Campinas

2 Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de São Carlos – UFSCar

Cana-de-açúcar

Índice de mecanização em SP

Carlos Eduardo Fredo¹
 Maria Carlota Meloni Vicente²
 Celma da Silva Lago Baptistella³
 José Eduardo Rodrigues Veiga⁴

NA AGRICULTURA do estado de São Paulo a cana-de-açúcar é a atividade que mais contrata mão-de-obra – de forma concentrada na colheita –, além de ser a maior geradora de valor da produção e expressiva ocupação da área agrícola.

Em 2002, o governo estadual editou a Lei 11.941/2002, que estabeleceu prazos para a erradicação da queima: 2021 (para áreas mecanizáveis) e 2031 (para áreas não-mecanizáveis). Em 2007, as Secretarias de Meio Ambiente, Agricultura e Abastecimento e a União da Indústria da Cana-de-Açúcar (Unica) firmaram o Protocolo Agroambiental para reduzir ainda mais os prazos para a eliminação da queima.

Foi acordado para 2014 e 2017 o término da queima para áreas mecanizáveis e não-mecanizáveis, respectivamente. As usinas com adesão ao protocolo e cumpri-

mento das regras estabelecidas receberão um selo ambiental, para facilitar a comercialização do etanol.

Do tripé do desenvolvimento sustentável (econômico-ambiental-social), apenas o econômico e o ambiental estão nitidamente contemplados pelas regras. Quanto ao social, a crescente mecanização substitui grande contingente de cortadores de cana.

Estado de São Paulo: cronograma de eliminação da queima da cana-de-açúcar segundo Lei nº 11.241/02

Ano	Área mecanizável	Área não-mecanizável*
1º Ano	2002	20%
5º Ano	2006	30%
10º Ano	2011	50%
15º Ano	2016	80%
20º Ano	2021	100%

Fonte: Lei nº 11.241, de 19 de setembro de 2002

* Declividade superior a 12% ou queima em área menor que 150 ha

Para acompanhar a evolução do mercado de trabalho e subsidiar a elaboração de políticas públicas, é fundamental conhecer o índice de mecanização da colheita de cana-de-açúcar no estado.

O Instituto de Economia Agrícola (IEA) realizou uma pesquisa sobre o percentual da área de cana-de-açúcar colhida mecanicamente em junho de 2007, em parceria com a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (Cati).

Baseado nas respostas apuradas em 72,0% da produção de cana dos municípios, foi possível estimar o índice de mecanização nos níveis estadual e regional. Cerca de 40% do total da área de cana colhida no estado utilizaram colhedoras. Pela lei estadual, o indicador satisfaz os prazos estabelecidos no cronograma para as áreas mecanizáveis e não-mecanizáveis. Já pelo Protocolo Agroambiental, o indicador está aquém da previsão para 2010



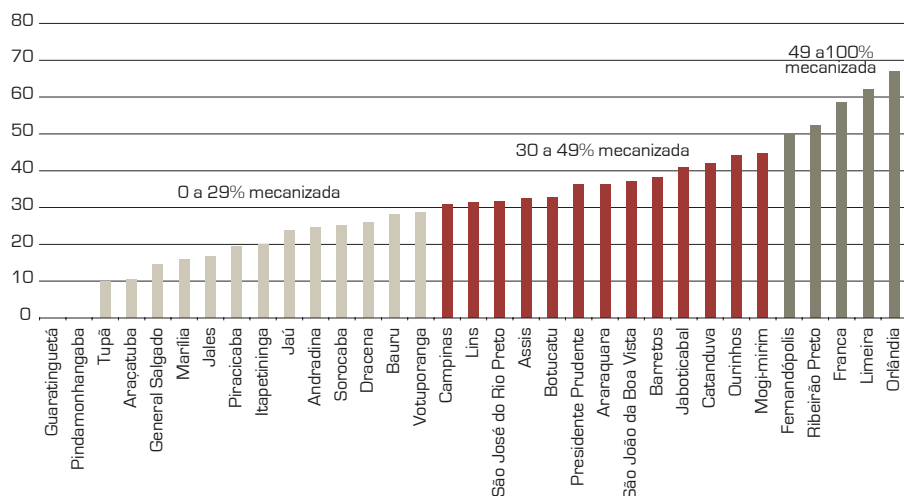
Estado de São Paulo: cronograma de eliminação da queima da cana-de-açúcar segundo Protocolo Agro-Ambiental/07

Área mecanizável		Área não-mecanizável	
Ano	Eliminação	Ano	Eliminação
2010	70%	2010	30%
2014	100%	2017	100%

Fonte: Protocolo Agro-Ambiental, 2007

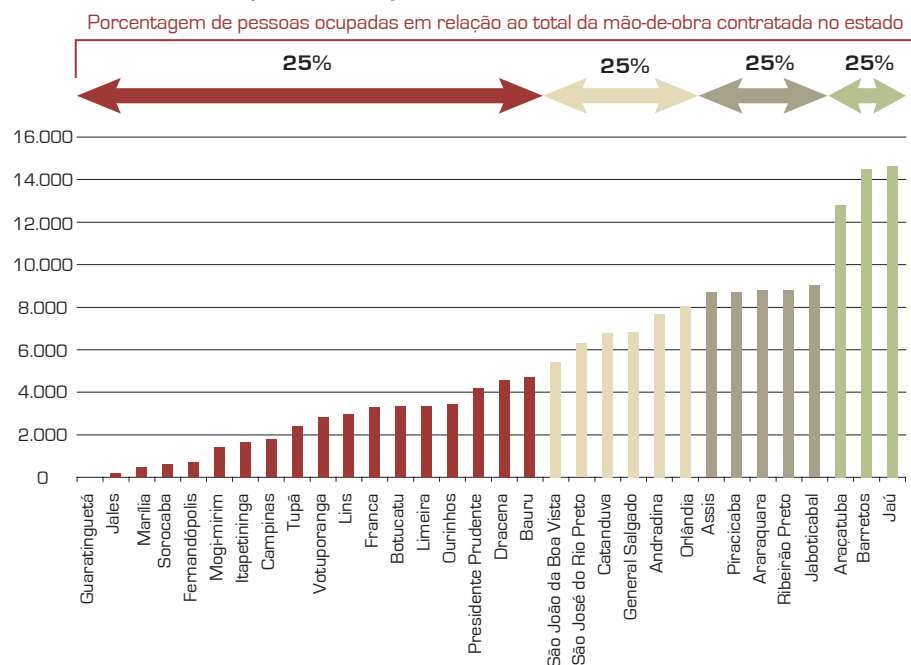
* Declividade superior a 12% e/ou queima em área menor que 150 ha

Estado de São Paulo: índice de mecanização nos escritórios de desenvolvimento rural



Fonte: IEAgrícola/Apta e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral

Estado de São Paulo: pessoas ocupadas nos escritórios de desenvolvimento rural



Fonte: IEA/Apta e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral

em áreas mecanizáveis, mas dentro do esperado para áreas não-mecanizáveis.

O índice de mecanização possibilitou estimar quantas pessoas foram ocupadas na colheita da safra 2006/07. Para uma produção de 319,6 milhões de toneladas, 189,5 milhões de toneladas foram colhidas manualmente. Se 8,76 toneladas por dia são colhidas por um homem, em 132 dias efetivamente trabalhados estima-se 163.098 pessoas envolvidas na atividade.

As informações para o indicador de mecanização mostraram que 15 regiões (Escritórios de Desenvolvimento Rural – EDR) encontram-se entre 0% e 29% da produção mecanizada. Guaratinguetá e Pindamonhangaba, áreas não-tradicionais, apresentam indicador com valor zero. As regiões compreendidas nessa faixa ainda não conseguiram cumprir tanto a Lei 11.241 quanto o Protocolo Ambiental.

Entre 30% a 49%, ou seja, dentro da previsão na lei estadual, estão 13 EDRs, como Campinas e Araraquara. Acima de 50%, estão as EDRs tradicionais e altamente tecnificadas na produção, como Ribeirão Preto, Franca e Limeira, que estão bem além do cronograma e devem cumprir o Protocolo Agroambiental.

No que diz respeito ao emprego, Aracatuba, Barretos e Jaú são responsáveis pela contratação de 25% do total da mão-de-obra no estado, ou seja, 41.970 pessoas. Dessas, apenas Barretos tem um índice de mecanização superior a 30% (38,1%).

Ribeirão Preto, Jaboticabal e Araraquara, apesar de serem altamente mecanizadas, ainda são responsáveis por um grande número de contratações (26.605). Piracicaba apresenta índice de 19,4% e é responsável por empregar 8.730 pessoas.

Com aperfeiçoamentos, esse índice de mecanização será levantado regularmente, a fim de avaliar a sua evolução nos próximos anos, bem como subsidiar políticas públicas em defesa do interesse social do setor sucroalcooleiro. ■

1 cfredo@iea.sp.gov.br

2 carlota@iea.sp.gov.br

3 celma@iea.sp.gov.br

4 zeveiga@iea.sp.gov.br

Financiamento *Flex*

Uma nova visão para o endividamento rural

Roberto Takeo Toyohara¹
Patrícia Milan²

O FINANCIAMENTO do setor agropecuário é de extrema importância para a continuidade, expansão e investimentos em tecnologia de produção. Na história do País, são frequentes e recorrentes os problemas de insolvência financeira. Isso cria restrições no mercado como limitação na concessão de crédito, seleção adversa e “risco moral”, com impacto em toda a cadeia agroindustrial.

O problema surge, em parte, em função dos modelos de financiamento terem estruturas incompatíveis com as características inerentes à atividade agropecuária. Os dois modelos principais de financiamento para o produtor rural são:

1. **Taxa pré-fixada** (CPR financeira): o produtor rural recebe o recurso financeiro no presente e liquida o contrato em uma data futura por meio de um pagamento financeiro;
2. **Contratos a termo** (CPR física): o produtor recebe no presente o recurso financeiro ou insumos de produção e liquida o contrato em uma data futura, mediante a entrega física de uma quantidade pré-determinada do produto.

Nos financiamentos contratados a uma taxa pré-fixada, o produtor contrai um empréstimo a uma taxa de juros fixa durante o período do contrato para custear a produção de um ativo cujo preço varia diariamente conforme as cotações internacionais. O risco da operação é agravado pelo fato do produtor depender da renda obtida com a venda do ativo produzido para liquidar seu empréstimo.

Se não houver problemas de produção e o preço do ativo, na época do pagamento da dívida, estiver igual ou acima daquele de quando houve a contratação do financiamento, o produtor terá capacidade para quitar o contrato. Entretanto, quando o preço do ativo é reduzido, o produtor rural fica sem capacidade de pagamento, e terá de buscar recursos em outras fontes para não ficar inadimplente.

No caso dos contratos a termo, é fixada uma quantidade para entrega futura e travado antecipadamente o valor de venda do produto. Nessa situação, o produtor está assegurado contra uma eventual queda no preço do seu ativo. Entretanto, quando o preço do ativo sobe, o produto é entregue por um valor abaixo daquele praticado no mercado, e o produtor rural não é beneficiado com a elevação do preço, perdendo a oportunidade de acumular riquezas.

Financiamento *flex*

No cenário atual de financiamentos agropecuários, surge a oportunidade para as instituições financeiras desenvolverem produtos inovadores, utilizando o mercado de derivativos agropecuários. É possível oferecer ao cliente uma proteção contra a queda dos preços, ao mesmo tempo em que possibilita o acúmulo de capital pelo produtor quando há elevação deles. Produtos com essa estrutura contribuem para garantir a rentabilidade do produtor rural e confere sustentabilidade à cadeia agroindustrial.

O modelo de financiamento *flex* inova ao introduzir na operação de financiamento uma estrutura de derivativo agropecuário,

a opção de venda. Isso permite que a dívida seja convertida em quantidade equivalente do ativo produzido. Assim, no vencimento do contrato, o produtor decide por uma das duas formas de liquidação:

1. Valor do pagamento corresponde ao valor do principal acrescido dos juros (valor futuro pré-fixado);
2. Valor do pagamento corresponde à quantidade do ativo multiplicado pelo preço do ativo em reais na data do vencimento do contrato.

Essa estrutura limita o valor máximo a ser pago para a liquidação da dívida e possibilita que o produtor rural se beneficie de uma eventual elevação do preço do seu ativo e acumule riqueza. Além disso, permite que, em caso de queda de preço do ativo, a dívida seja reduzida proporcionalmente, oferecendo uma proteção de preço e conferindo capacidade de pagamento.

No exemplo a seguir, o financiamento *flex* é descrito em duas situações: quando há queda ou elevação no preço do ativo.

Situação 1: quando há queda no preço do ativo.

No momento da contratação do empréstimo, o produtor rural converte sua dívida em equivalente produto pela equação:

$$EP = \frac{VF}{PA}$$

Em que:

- EP: equivalente produto da dívida (em sacas, arrobas, toneladas etc.);
- VF: valor futuro da dívida, a ser pago na data de liquidação do contrato. É

obtido pelo valor do principal multiplicado pela taxa de juros pré-fixada da operação;

- PA: preço futuro do ativo no momento da contratação do empréstimo.

No momento da liquidação do empréstimo, se o preço do ativo está abaixo daquele da época de contratação, é vantajoso liquidar a dívida pelo valor equivalente à quantidade do ativo multiplicado pelo preço do ativo, para manter a capacidade de pagamento.

Situação 2: quando há elevação no preço do ativo.

No momento da contratação do empréstimo, o produtor rural converte a dívida em equivalente produto;

No momento da liquidação do contrato, o preço do ativo está acima daquele da época de contratação. Nessa situação, é vantajoso liquidar a dívida pelo valor equivalente do principal adicionado dos juros. Ao optar por liquidar seu contrato pela taxa de juros pré-fixada, o produtor se beneficia da alta dos preços e acumula riqueza. Na prática, sua dívida em equivalente produto foi reduzida.

Considerações finais

Os modelos de financiamento para o setor agropecuário existentes no mercado deixam o produtor rural exposto à variação do preço do seu ativo e não permitem acumular riquezas. Uma forma de atenuar a exposição à variação de preço consis-

te na utilização do mercado de derivativos agropecuários. Entretanto, o acesso a esse mercado pelos produtores é limitado e a cultura para sua utilização é pouco disseminada. A proposta de financiamento *flex* permite a disseminação do uso de derivativos agropecuários, garante a capacidade de pagamento do produtor e a melhora na rentabilidade da sua atividade. Ao mesmo tempo, tira o ônus da proteção de preço do governo e promove a sustentabilidade em toda cadeia agroindustrial. ■

1 Engenheiro metalurgista pela Poli/USP com mestrado em Administração pela FGV. rtoyoa@itaueuropa.pt

2 Engenheira agrônoma pela Esalq/USP e mestranda em Economia Aplicada pela Esalq/USP. patricia.milan@itau.com.br



Carne bovina I

Ban Brazilian Beef

Adriano J. Timossi¹

A CAMPANHA *Ban Brazilian Beef*, encabeçada pela Associação de Agricultores da Irlanda, (Irish Farmers Association – IFA) e pela revista dos agricultores irlandeses (*Irish Farmers Journal* – IFJ), foi resultado de um longo trabalho e de uma organização institucional forte. Por diversas razões culturais e políticas, houve certa desconsideração por parte do Brasil sobre o potencial real dessa entidade e de suas “revelações”, sobretudo, de maio de 2007, após uma missão de investigação não-oficial realizada no País.

A IFA realizou duas visitas ao Brasil, em 2006 e 2007, que serviram de base para a campanha de difamação. A segunda delas teve maior impacto, com a edição de um vídeo e de um relatório muito bem elaborado, com as chamadas “verdades sobre a pecuária brasileira”. Com esse material, os irlandeses ganharam apoio de importantes políticos. Eles encontraram na campanha uma oportunidade única de crescer fortemente na mídia, lucrando com votos nas próximas eleições.

Apesar de muitos outros políticos regionais e europeus igualmente abraçarem a campanha, três grandes exemplos de personagens nessa questão são:

- O ex-ministro de Estado de Agricultura irlandês Liam Aylward, e atualmente membro do Parlamento Europeu;
- O jovem euro-parlamentar escocês Alyn Smith, do Scottish National Party (que ganhou as eleições de maio passado na Escócia);
- presidente da Comissão de Agricultura do Parlamento Europeu, o agricultor inglês Neil Parish.

Certamente, muitos outros políticos defensores da interdição total da importação de carne bovina brasileira fazem muito sucesso e contam com a reeleição garantida na próxima candidatura. A aliança entre agricultores e parlamentares pode ter sido um fator muito importante na decisão final europeia. Esse grupo por inúmeras vezes colocou o Comissário Europeu de Saúde Marcos Kyprianou contra a parede, acusando-o de fechar os olhos para a “realidade da pecuária brasileira”.

Junto com os relatórios da Food Veterinary Office (FVO), órgão responsável pelas inspeções no Brasil, eles apontam o grande abismo existente entre o sistema de

produção europeu, “de elevados *standards*”, e do Brasil, com “grandes falhas”. Isso coloca a agricultura europeia em “sério risco de vir a enfrentar uma nova crise de febre aftosa caso o produto brasileiro não seja banido totalmente”. O euro-parlamentar escocês Alyn Smith, por exemplo, disse recentemente que “se os agricultores da UE praticassem os mesmos *standards* de produção do Brasil, estariam na prisão e seu gado seria jogado no lixo”.

O comissário Marcos Kyprianou e sua equipe fizeram grandes esforços para defender o Brasil em inúmeras ocasiões, embora isso tenha gerado muita discussão interna. O bom exemplo da defesa

Breve cronologia da campanha *Ban Brazilian Beef*

2006	
Mai	Primeira visita da IFA e IFJ ao Brasil
Julho	Apresentação da IFA na Comissão de Agricultura do Parlamento Irlandês
2007	
Março	Visita de inspeção do Food Veterinary Office ao Brasil – “cartão amarelo” ao País
Mai	Segunda visita da IFA e IFJ ao Brasil – Relatório e vídeo <i>Verdades sobre a Pecuária no Brasil</i>
Junho	Aliança estratégica entre IFA e SBCA em Edimburgo. Acusam a comissão de favoritismo ao Brasil
Julho	Apresentação da IFA/SBCA na Comissão de Agricultura do Parlamento Europeu (apoio a campanha)
Setembro	Declaração escrita de euro-parlamentares pede interdição total das importações de carne bovina do Brasil
Outubro	IFA/ representantes invadem escritório da FVO em Dublin. Exigem a publicação do relatório de março
Novembro	Visita de inspeção do Food Veterinary Office ao Brasil. Relatam “problemas não solucionados”
Dezembro	Comitê Permanente para Cadeia Alimentar e Saúde Animal da Comissão Europeia anuncia restrições

Elaboração: Adriano J. Timossi 2007

foram seus pronunciamentos em audiências nos parlamentos de países membros, nas reuniões com o DG Agricultura e no parlamento europeu. As provas podem ser encontradas nos relatórios dos encontros nas respectivas instituições.

Apesar dos esforços, não conseguem resistir mais aos ataques, que, em parte, passaram do campo técnico para o político. O problema maior é o isolamento do grupo no tema, com poucos argumentos para rebater as acusações de muitos colegas oficiais da comissão.

Nesse contexto, deve ser dito que o Brasil não conseguiu lidar com os pontos fracos alertados em relatórios anteriores pelas inspeções da FVO. Isso vem lá de abril. Em outubro, foi dado outro aviso, quando da visita do ministro da Agricultura brasileiro a Bruxelas. A visita foi marcada também pelo boicote dos euro-parlamentares ao encontro com o ministro.

Os problemas com a UE deixam o Brasil ainda mais longe do sonho de um dia poder ter seu “boi verde”, produzido no Pantanal, por meio de um sistema extensivo em perfeita harmonia com o meio ambiente, nas prateleiras do luxuoso supermercado Marks & Spencer.

Isso, lado a lado, com o *british beef* e o *irish beef*, produzidos à custa de danos ambientais, graças a um rombo no orçamento da UE e saque aos contribuintes. Um *footprint* elevadíssimo, com graves riscos sanitários, sobretudo em 2007, com blue tongue, tuberculosis bovinae, febre aftosa, swine fever, gripe aviária, que perderam importância na mídia graças ao sucesso da campanha contra o Brasil! Por último, o impacto negativo no cenário global, que contribui para disseminar a pobreza nos países do Sul.

Não há dúvidas de que os resultados de novas campanhas, ainda mais fortemente organizadas politicamente, deverão criar empecilhos para os demais produtos agrícolas do Brasil no mercado europeu e outros mercados mundiais.

O próximo produto poderá ser o etanol. A UE prepara uma legislação para limitar as importações de apenas biocombustíveis “produzidos de modo sustentável”.

Muita atenção

A polêmica da carne brasileira na UE confirma mais uma vez que o Brasil deve fazer grandes esforços para avançar culturalmente e politicamente ao patamar necessário para conduzir e defender seu potencial agrícola no mercado mundial. A decisão européia abre caminho para uma nova fase nas relações comerciais entre Brasil e o bloco, bem como nas relações com terceiros países compradores de produtos brasileiros. O governo, sua representação internacional, parlamentares, lideranças do setor e agricultores, deveriam fazer uma profunda reflexão sobre o assunto.

Desde 2002, desenvolvemos contato direto com agricultores e oficiais europeus, fruto das experiências de trabalho adquiridas no parlamento da Escócia e no DG Agricultura da Comissão Européia, unidade de Política e Comércio Agrícola, com atuação como oficial administrativo júnior, em *training programme* iniciado em outubro de 2005, momento da crise de febre aftosa.

É importante termos acesso e conhecermos o relatório do pecuarista escocês David Ismail, que acusou o País de uso de trabalho escravo na produção de carnes. Outra referência importante é o parlamentar escocês Alyn Smith.

Durante o lançamento da campanha *Ban Brazilian Beef* na Escócia, a apresentação do vídeo original e do relatório pela IFA chamaram muita atenção. Do mesmo modo, a visita ao Royal Highland Show 2007. Lá foi lançada uma campanha de assinaturas pela Associação Escocesa de Pecuaristas (SBCA), com pedido de interdição total das importações do Brasil, (enviado ao Comitê de Petições do Parlamento Europeu). Tudo isso faz parte do esforço para acompanhar de perto o caso da carne brasileira, e retransmitir informações e alertas aos oficiais brasileiros do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Ministério das Relações Exteriores.

Isso será a abertura da porta para medidas protecionistas contra o produto brasileiro. Ainda este ano, por exemplo, devem ser publicados um estudo com a avaliação dos subsídios ao etanol brasileiro e uma declaração sobre os impactos ambientais do produto por duas instituições com forte poder de influência na mídia e nos chamados *policy makers*. Esses materiais devem causar impacto negativo e prejudicar seriamente os esforços do País para promover os biocombustíveis.

A situação atual de crise da pecuária brasileira na UE traz à baila, novamente, a necessidade de se avançar nas discussões sobre a criação de cargos de adidos agrícolas e de Escritórios de Agricultura. Lembramos que medidas de segurança devem ser tomadas para que esses sejam técnicos com experiência de campo, para evitar a criação de cabides de empregos para apadrinhados de políticos. O projeto em questão é uma requisição de longa data do setor e, uma vez bem implemen-

tado, será um passo importante rumo à consolidação da inteligência da agricultura brasileira no mercado europeu e de interesse. Será ainda, um passo avante indispensável para resgatar a credibilidade do País, e para defender e promover seu produto no mercado internacional com maior eficiência diante do forte *lobby* agrícola de mercados concorrentes, como no caso dos europeus e de suas campanhas futuras.

Espera-se, com isso, que a agricultura brasileira, pagadora da conta do País, responsável pelo *surplus* na sua balança comercial, possa, finalmente, dar maiores garantias aos agricultores, que, no campo, batalham no dia-a-dia, “faça sol ou faça chuva” e que, tradicionalmente, são os maiores prejudicados com as grandes decisões tais como as da UE. ■

1 Consultor em Comércio e Política Agrícola e Desenvolvimento Internacional com diploma em Estudos Europeus pelo Collegio Europeo di Parma

Carne bovina II

Dez mudanças estruturais nos frigoríficos

Marcos Fava Neves¹
Maria Stella Saab²

A CADEIA passa por mudanças impulsionadas pela crescente participação brasileira no comércio internacional, com exigência de qualidade. A operação não é de soma, mas de multiplicação, se um dos fatores for nulo, o resultado final será nulo.

São importantes a abertura de mercados, a sofisticação de marcas e embalagens, acriação de lojas próprias com garantias de qualidade e a aquisição e construção de plantas com alta tecnologia. Mas a matéria-prima da carne a ser adquirida pelo consumidor estrangeiro de alta renda ou fornecida nos melhores restaurantes não pode ser oriunda de criações com problemas sanitários, de baixa tecnologia e sem produtividade para remunerar a atividade. Um problema em uma propriedade afeta todos os agentes.

Brasil: números da cadeia da pecuária em 2007

Rebanho: 159,3 milhões de cabeças
Propriedades rurais: 2,2 milhões
Cabeças abatidas: 43,9 milhões
Produção: 8.126 mil toneladas em equivalente-carcaça
Taxa de abate: 27,5%
Plantas industriais: 1.660
Entrepósitos frigoríficos: 124
Estabelecimentos comerciais: 125 mil
Exportação de carne bovina in natura: 1.225 t (US\$ 3.485 milhões)

Fonte: FNP

Projeções do Anualpec

A pecuária de corte nacional ofereceu de 30% ou mais rações para o gado de 2001 e 2005. Houve recuperação e reforma de pastagens. No melhoramento genético,

com a inseminação artificial, foram com-
pradas 48% a mais de doses de sêmen
entre 2000 a 2004. A intensificação da
produção via semi-confinamento e con-
finamento evitou grandes oscilações de
preços e de oferta de bois.

A rastreabilidade recebeu investimentos para atender às exigências de boas práticas de manejo integradas ao desenvolvimento sustentável e bem-estar animal, para obter certificações internacionais; e também para treinamento e profissionalização da gestão. Uma obra árdua porque os preços nem sempre foram compensadores.

Brasil: pecuária nos últimos dez anos

- **Natalidade:** crescimento de 20%
- **Mortalidade:** redução de 20%
- **Idade da primeira cria:** redução de 20%
- **Idade média de abate:** redução de 30%
- **Uso das pastagens:** crescimento de 40%
- **Desfrute:** crescimento de 30%

A partir de 1995, o Friboi iniciou uma onda de aquisições, que começou com a compra do Anglo e da área de bovinos da Sadia. Em seguida comprou o Mouran, o Araputanga, o Frigovira, o Swift Bordon, o Sola e o Frigomarca. Em 2005, absorveu a Swift Armour na Argentina e, em 2007, a Swift Company nos EUA, para transformar-se na maior indústria de carne bovina do mundo.

Atenção: os cinco maiores abatem 13,5 milhões de cabeças e têm R\$ 4,3 bilhões investidos em instalações e frotas.

Desde 2000, com o aumento das exportações, a pecuária passou a ser encarada de maneira empresarial. É interessante caracterizar as mudanças e os benefícios trazidos para a cadeia produtiva de uma maneira direta.

Conclusões

O mundo já descobriu o potencial que a cadeia da carne bovina tem no Brasil e está disposto a investir nela. Mesmo as grandes indústrias de frangos e suínos, como Sadia e Perdigão, voltam a investir na carne bovina. Com marcas consolidadas aqui e no exterior, ambas podem atuar como grandes promotores do produto.

Após anos sem concursos e sem a efetivação de agentes de inspeção sanitária e industrial de produtos de origem animal, em janeiro de 2008, tomaram posse 116 agentes, para reforçar a inspeção nos frigoríficos. Esses profissionais irão ampliar a capacidade de execução higiênico-sanitária e industrial na produção de alimentos de origem animal.

Uma das atribuições da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura é a oferta da garantia de qualidade para os produtos. Os agentes reforçarão a equipe de inspeção federal que atua nos estabelecimentos de abate, desossa, manipulação e estocagem de produtos e matérias-primas no estado de São Paulo. Resta saber se a pecuária conseguirá oferecer a quantidade necessária de gado com a qualidade que a exportação requer. Aqui está nossa principal ameaça mundial a hegemonia.

Com o aumento na qualidade do produto brasileiro, a adaptação ao gosto do consumidor e os crescentes esforços coletivos no sentido de promover o aumento no consumo tanto interno quanto externo, certamente os

Brasil: informações sobre os frigoríficos bovinos

Item	Década de 90	Década atual*
Capacidade diária de abate:	15 mil cabeças	102.000 cabeças
Infra-estrutura	R\$ 1,51 bilhão	R\$ 9,6 bilhões
Exportação anual (toneladas)	297.060	2,2 milhões em equivalente-carcaça

* Somente os exportadores: 70% do abate anual, de 30,6 milhões de cabeças anuais

Quadro síntese das grandes mudanças nos frigoríficos

Mudança	Fatos	Benefícios
(1) Internacionalização	<ul style="list-style-type: none"> • Empresas brasileiras controlam 25% das exportações argentinas de carne, e 40% da cota Hilton. • Empresas brasileiras têm 51% da exportação global de carne bovina. • As vendas do Brasil para outros países representa 35%. • Operações de compra da Marfrig: <ol style="list-style-type: none"> a) o Argentine Breeders and Packers, o Quickfood, Best Beef e Estancias del Sur (2006). Pode passar a abater 4 mil animais/dia e oinar a marca Paty, que tem 50% do mercado de hambúrguer e exporta cortes resfriados e congelados. b) 3 plantas no Uruguai (Tacuarembó, Imaler e Cledinor), com capacidade de abate de 2.700 cab/dia. c) Processadora e distribuidora de carne no Chile (Quinto Quarto) d) Argentina Mirab, que produz <i>beef jerky</i>, por US\$ 36 milhões, no começo deste ano. O frigorífico passa a ter unidade própria nos Estados Unidos. • Operações de compra da JBS Friboi : <ol style="list-style-type: none"> a) Swift Armour por US\$ 210 milhões, e já pode abater quase 50 mil animais por dia (18 mil Brasil, 5 mil Argentina, 20 mil nos EUA e 5 mil na Austrália) b) 50% do capital da Inalca, maior empresa italiana do setor de carnes • Bertin compra unidades no Paraguai e Uruguai. 	<ul style="list-style-type: none"> • Acesso a todos os mercados mundiais • Contato mais próximo com consumidores • Marcas brasileiras passam a ser globais ou de origem no Brasil (talvez uma das únicas cadeias do nosso agronegócio que conseguirão isto) • Grande visibilidade internacional • Flexibilidade • Facilidade de crédito • Superar barreiras tarifárias e sanitárias impostas pelos mercados protecionistas como o americano e o europeu • Interesse de grandes grupos e fundos de em investir no setor • Oportunidades de ocupação do espaço perdido pelas plantas brasileiras devido às restrições impostas pelos europeus
(2) Abertura de Capital	<ul style="list-style-type: none"> • Entrada do capital internacional nos frigoríficos e em novos. • Grau de investimento na economia brasileira permite mais recursos e até antecipação destes pelo setor privado • Estabilidade da economia brasileira demonstra imunidade a crises • Recursos recordes do BNDES aportados no setor • Abertura de capital: Friboi capta R\$ 1,6 bi, Marfrig capta R\$ 1,0 bi e Minerva, R\$ 444 milhões. Bertin, Mercosul e Independência o farão em breve. 	<ul style="list-style-type: none"> • Práticas de governança • Profissionalização da gestão com a abertura de capital • Transparência de dados • Crescimento acelerado • Financiamento da cadeia • Adequação contábil • Modernização gerencial • Auditorias, demonstrativos financeiros.
(3) Diversificação Regional	<ul style="list-style-type: none"> • Bertin – 10 unidades • Friboi – 21 unidades • Marfrig – 18 plantas de abate no Brasil, Argentina e Uruguai, • Minerva – 8 unidades • Independência – 9 unidades • Mercosul – 10 unidades • (estimativas DBO para 2008) 	<ul style="list-style-type: none"> • Redução de riscos de exportação por estar em muitos estados e regiões. • Otimização e especialização com base no suprimento de bois regional • Gera distribuição de renda e impostos no Brasil, nos estados e municípios
(4) Integração para trás (boi próprio)	<ul style="list-style-type: none"> • Vários frigoríficos possuem produção própria de bovinos para abate • Realizam fase final de terminação. 	<ul style="list-style-type: none"> • Aproveitar as sinergias próprias do negócio • Diminui os riscos do empreendimento • Reduz a dependência de matéria prima do mercado • Permite as vantagens da integração vertical
(5) Entrada de outras indústrias	<ul style="list-style-type: none"> • Sadia reassumiu em 2006 as operações de uma planta industrial que tinha arrendado para o JBS Friboi em 2000 • Sadia vai investir R\$ 100 milhões em uma fábrica com capacidade de abater 2 mil cabeças de gado por dia. • Perdigão arrenda planta para abate de bovinos em 2006 • Outras empresas de alimentos com interesse no setor de carnes 	<ul style="list-style-type: none"> • Valorização das empresas do setor • Acirramento da concorrência com a entrada de indústrias experientes no mercado internacional • Maior visibilidade e confiabilidade ao produto pela volta de marcas reconhecidas e respeitadas • Novas marcas e novos concorrentes

bilhões do boi continuarão em expansão. Mas para isto, sempre, a questão sanitária deve ser prioridade absoluta. As dez grandes mudanças estruturais no elo frigorífico serão cada vez mais importantes para o siste-

ma agroindustrial da carne bovina. Porém, é importante um crescimento sustentável em todos os seus elos, com equilíbrio de renda, preços, valor e respeito ao meio ambiente, às pessoas e aos agentes da cadeia. ■

1 Professor de Planejamento, Estratégia e Marketing da FEA-USP Ribeirão Preto. Coordenador do Pensa e do Markestrat. (www.favaneves.org)

2 Pesquisadora do Pensa e Markestrat. Vinculada ao Projeto Carnes da União Européia (msmsaab@gmail.com)

Quadro síntese das grandes mudanças nos frigoríficos

Mudança	Fatos	Benefícios
(6) Diversificação de linhas de produtos	<ul style="list-style-type: none"> Marfrig compra no Chile o frigorífico Patagônia (ovinos) Marfrig tem 13 plantas de produtos industrializados e processados, 2 unidades de abate de cordeiros, 2 unidades de abate de suínos Com a Quinto Quarto, no Chile, Marfrig passa a processar e distribuir carne no Chile Marfrig, com a Argentina Mirab, passa a possuir a produção de <i>beef jerky</i> (tiras de carne salgada para comer como um salgadinho) Bertin constrói fábrica de processamento de couros na China, tem fábricas de itens de higiene, limpeza, para a linha pet, equipamentos para proteção individual e biodiesel e atua nas áreas de construção civil, turismo, saneamento básico e transportes. Entrada no mercado de frangos e leite – compra de cooperativas e laticínios. Frigorífico Margen entra no mercado de suínos e adapta plantas para o abate de avestruzes. Independência segue com o plano de expansão da operação de couro, que não sofre nenhuma restrição sanitária e já apresenta 25% do faturamento. JBS Friboi tem linha de produtos de limpeza com a marca Minuano, e de cuidados pessoais com a marca Albany 	<ul style="list-style-type: none"> Captura de valor em outros negócios trazendo redução de riscos à empresa. Aproveitamento dos subprodutos Diluição de custos de transporte, armazenamento e distribuição Mais experiência em <i>marketing</i>
(7) Joint Ventures e Alianças Estratégicas	<ul style="list-style-type: none"> Em 2007 Minerva faz <i>joint venture</i> com a Dawn Farms Food, da Irlanda, que atua no fornecimento de carnes processadas (<i>cooked frozen</i>) para o setor de <i>food service</i> na Europa e Ásia. Em 2006, Bertin forma com sócio chinês a Wonder Best Holding. Muitos frigoríficos fazem importantes alianças estratégicas com grupos de produtores de gado bem coordenados (exemplo: Delta G) visando a ocupação de unidades industriais, e até em alguns casos, dando suporte às marcas desses produtores no mercado de carnes 	<ul style="list-style-type: none"> Aproveitar a tecnologia da irlandesa para produzir itens com maior valor agregado e expandir sua área de atuação e vender a clientes aos quais não tem acesso. Obtenção dos benefícios das <i>joint-ventures</i> Relacionamento mais próximo com pecuaristas
(8) Montagens de Grupos de frigoríficos (pools) e Ações Coletivas	<ul style="list-style-type: none"> Forma-se o grupo de frigoríficos paulistas Bon Mart, com matriz em Presidente Prudente, e três unidades no estado de São Paulo e uma em Mato Grosso do Sul, em Nova Alvorada do Sul. Frigoríficos mais fortes e representativos na Abiec, que assume cada vez mais papel de fortalecer o <i>marketing</i> da carne bovina. 	<ul style="list-style-type: none"> União de frigoríficos para terem maior poder de barganha e diversificação regional Valorização da marca e da origem do Brasil (mesmo com a recente crise com a União Européia)
(9) Agregação de valor na carne (diferenciação do produto carnes)	<ul style="list-style-type: none"> Frigorífico uruguaio Tacuarembó/Grupo Marfrig aposta no aumento do valor agregado dos seus produtos JBS Friboi instalou uma das maiores fábricas de carnes cozidas, congeladas e pratos prontos do mundo, na cidade de Andradina (SP), com uma linha que oferece 26 opções de pratos prontos para consumo, que só precisam ser aquecidos (<i>stroganoff</i>, almôndegas, rabada, dobradinha, <i>penne</i> à bolonhesa) JBS Friboi oferece marcas tradicionais de produtos industrializados à base de carne, como Swift, Anglo e Sola, como patês, fiambres e salsichas. JBS Friboi tem a marca Organic Beef, que oferece carne orgânica, e produtos especiais in natura com a marca própria Maturatta (carnes maturadas), e Cabana Lãs Lilás (carne de procedência argentina) Além da tradicional linha de industrializados à base de carne bovina (quibes, almôndegas, carne moída, desfiados, hambúrgueres, Bertin lança em 2006 a linha Pronto Sabor, com pratos prontos, como <i>stroganoff</i>, carne com legumes, carne moída à bolonhesa, em embalagens que podem ser mantidas à temperatura ambiente, preservando as características do alimento, e ir para a mesa após um minuto de aquecimento no microondas Marfrig tem linha de industrializados tradicionais que inclui quibes, carpaccio, hambúrgueres, almôndegas, comercializados com a marca Palatare Gold Meat, com carnes processadas, temperadas, cozidas, com outros produtos como cenoura e queijo e pré-preparadas para o consumo. Arantes também com cortes especiais, cortes nobres e outros. 	<ul style="list-style-type: none"> Possibilidade de adotar a estratégia de agregação de valor aos produtos a fim de compensar o volume limitado da oferta Oferecer mais opções ao consumidor Oferecer produtos com maior praticidade, facilidade e rapidez no preparo Oferecer porções menores para famílias pequenas ou pessoas que moram sozinhas Aumento das margens de lucro Conquista de mercados com poder aquisitivo mais alto, que pagam melhor e não são tão sensíveis a preço Carne conquista espaço de outros produtos.
(10) Integração rumo ao consumidor	<ul style="list-style-type: none"> Marfrig tem três <i>tradings</i> (Chile, Estados Unidos e Reino Unido) JBS Friboi compra 100% das ações da SB Holdings, uma das maiores distribuidoras de carne industrializada dos EUA e suas subsidiárias Tupman Thurlow, Astro Sales International e Austral Foods. O JBS possui também distribuidoras no Chile, Egito, Inglaterra e Rússia. Bertin abre lojas de varejo em pontos estrategicamente localizados (Lins, Ribeirão Preto e Barueri-Alphaville) 	<ul style="list-style-type: none"> Possibilidade de comercializar seus próprios produtos, sem intermediários Possibilidade de conhecer de perto os gostos e preferências do consumidor e testar técnicas de vendas e <i>marketing</i> de varejo (novas estratégias de vendas e apresentação dos produtos, aceitação de novos produtos)

Suínos

Um novo cenário

Fernando Antonio Pereira*

SÃO NOTÓRIAS as mudanças quantitativas e qualitativas ocorridas na suinocultura brasileira neste início de século. A parte mais visível das mudanças é o espetacular crescimento das exportações em 630%, tomando como base o ano de 1999. Mas, nesse mesmo período, ocorreram também grandes mudanças na estruturação da produção e nas tecnologias empregadas em toda a cadeia, que possibilitaram um crescimento de 64% no volume produzido e de 22% no consumo *per capita* de carne suína. São transformações sem precedentes na história da nova suinocultura brasileira, e que colocam a atividade em outro patamar de competitividade, tanto no mercado doméstico quanto no externo.

Olhando apenas pelo prisma dessas transformações, pode parecer que a cadeia da carne suína sempre voou em céu de brigadeiro durante todos esses anos. Infelizmente, isso não corresponde à realidade. Ocorreram momentos de muita turbulência e cenários muito contraditórios. De um lado, deparou-se com um grande leque de oportunidades, tanto no mercado interno quanto no externo, que estimulou investimentos em expansão e modernização. De outro lado, ocorreram períodos de fortes oscilações de preço e de margem, frutos do crescimento desordenado da oferta, do aumento expressivo de custo ou de barreiras à exportação (problemas políticos e sanitários, principalmente a aftosa em bovinos). Vistas por outro ângulo, tais turbulências, embora indesejáveis, e, não raro, até traumáticas, acabaram funcionando como um agente indutor de mudanças porque regularizaram o mercado e forçaram os agentes do

setor a se modernizar para se manterem competitivos.

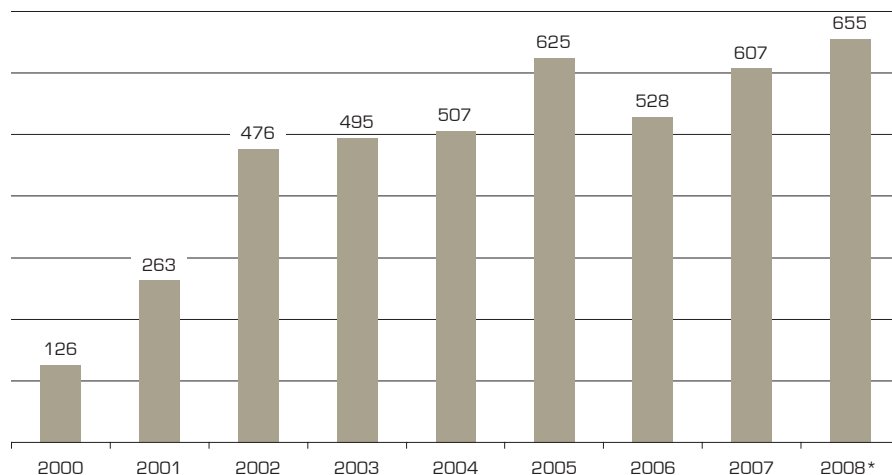
O que esperar para 2008

No último trimestre de 2007, o setor foi, de forma até surpreendente, beneficiado por uma elevação forte no preço do suíno para abate em todas as regiões produtoras. A boa reação do consumo interno e a aceleração das exportações, associadas a uma desaceleração do crescimento da oferta de animais para abate, foram os causadores da reação. Embora já se esperasse uma recuperação de preço no período, a magnitude da recuperação superou as projeções e permitiu ao setor produtivo respirar mais aliviado depois de amargar perdas em quase todos os meses, desde março de 2006. De outro lado, no mesmo período, grande parte do setor produtivo foi também surpreendida por uma elevação brutal do preço dos insumos, prin-

cipalmente do milho e do farelo de soja, fruto de um cenário internacional de escassez, que voltará a ser mencionado mais à frente. Os produtores que possuíam estoque de milho conseguiram melhorar substancialmente a lucratividade, mas os que não tinham estoque – que foi o caso da maioria – não puderam tirar proveito do período de preço favorável.

O cenário projetado para 2008 está muito vinculado ao que se passou em 2007. O primeiro aspecto a destacar é o custo de produção. Em razão da forte demanda mundial por grãos, da impossibilidade de forte expansão de sua produção em curto espaço de tempo e dos baixos estoques internacionais, não se espera grande queda no custo da ração em 2008, quando comparado aos custos de 2007. Ao contrário, os grandes demandadores de ração para suínos e aves trabalham com um cenário de preço médio até maior que o verificado em

Exportação brasileira de carne suína (mil t)



* Estimativa. Elaboração: Agrocere PIC

2007. Isso não significa que esta será uma tendência para todo o ano. Há uma chance alta de que o custo das rações seja bem mais alto neste primeiro semestre, e que, no segundo, a diferença seja pequena, não sendo descartável a possibilidade de preços mais baixos que em 2007, com mais chance disso ocorrer no último trimestre do ano.

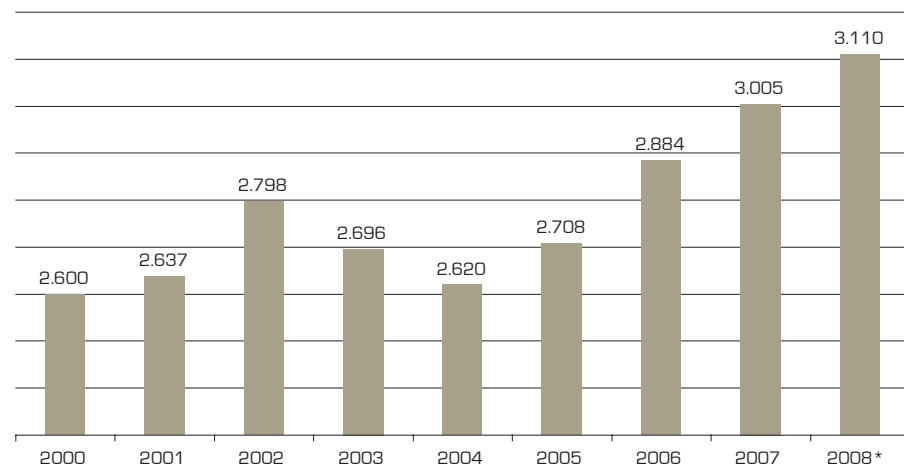
Do lado da produção, não há indicadores que apontem crescimento alto da oferta de suínos para abate em 2008. O crescimento deverá ser mínimo durante o primeiro semestre, acelerando um pouco mais no segundo, devendo, na média do ano, ocorrer um crescimento médio em torno de 3,5% (estimativa da Agrocere PIC).

Mantidas as tendências favoráveis para as exportações e para o consumo interno, teremos um cenário de preços mais firmes para o suíno de abate que em 2007. E essa tendência pode valer para todo o ano, com a provável exceção do último trimestre, quando os preços estiveram muito acima de patamares históricos, beneficiados por uma rara conjugação de fatores favoráveis. O crescimento da demanda interna encontra respaldo principalmente no crescimento da renda dos consumidores de menor poder aquisitivo. Já as exportações podem ser beneficiadas por uma maior demanda em algumas regiões do mundo e pelo fortalecimento da posição exportadora do Brasil no que se refere às barreiras sanitárias.

Como fica a competitividade

Nos últimos anos, de forma mais acentuada a partir de 2006, a produção de grãos e de proteína animal, em todo o mundo, vem passando por uma drástica mudança nas relações de demanda e de seu custo. O principal fator que desencadeou esse cenário é a forte demanda de milho nos Estados Unidos para produção de álcool combustível. Tal demanda pode corresponder a cerca de duas vezes a safra total brasileira do cereal, já em 2008. O estímulo à produção de milho para atender à indústria de etanol desencadeou um efeito em cascata nos preços dos grãos em todo o mundo. Isso porque ocorreu forte redução nos estoques internacionais, além

Produção brasileira de carne suína (mil t)



* Estimativa. Elaboração: Agrocere PIC

da queda de disponibilidade de área para plantio de outros cereais (principalmente soja), que também tiveram seus preços elevados. Não se pode desprezar, também, a crescente demanda mundial por grãos e carnes, principalmente na Ásia, liderada pela China e Índia, nesta ordem.

O que os especialistas internacionais projetam para os próximos anos é uma continuidade, e até acirramento, da concorrência entre a produção de alimento e a de bioenergia. Projetam também uma continuidade da expansão da demanda por alimentos, puxada pelos países em desenvolvimento, onde há um expressivo contingente populacional com renda baixa e que vêm sendo gradativamente incluídos no mercado de consumo, principalmente de alimentos.

Esse cenário configura uma clara tendência de manutenção de custos mais altos de produção dos alimentos mais demandados no mundo, dentre eles a carne suína. Se há um novo patamar de custo mais elevado, tornam-se mais competitivos os países onde existe maior capacidade para expandir a produção de carne suína e dos principais insumos usados na sua produção, os grãos.

São muito poucas as regiões do mundo com bom potencial para aumentar a produção de grãos. Menor ainda o número de regiões onde tanto é possível aumentar a produção de grãos, quanto a de carne suína.

O Brasil aparece com destaque em sua potencialidade para fazer as duas coisas. Os Estados Unidos aparecem como principal concorrente pela sua escala de produção (cerca de três vezes a produção brasileira), grande aporte de capital e de tecnologia, menos barreiras sanitárias, e com um mercado interno consideravelmente maior. Porém, depara com uma grande limitação de ordem legal, pois muitos dos estados norte-americanos têm legislação que impede a construção de novas granjas.

Existe, portanto, um cenário externo ainda mais favorável à competitividade do custo da carne suína brasileira e em um horizonte de longo prazo. O que, entretanto, não elimina os importantes gargalos internos com os quais convivemos há muitos anos, com destaque para as barreiras sanitárias e as deficiências de logística. A taxa de câmbio também aparece, cada vez mais, como fator limitante da competitividade. O aproveitamento da grande predominância de ventos favoráveis está condicionado à eficiência com que serão superadas as barreiras. O aprendizado, conseguido a um custo alto nos anos recentes, dá esperança de que hoje a cadeia da carne suína brasileira esteja mais bem capacitada para tirar proveito dessa oportunidade sem precedente histórico. ■

* Engenheiro agrônomo, MS. Diretor superintendente da Agrocere PIC

Fertilizantes

Impacto nos custos de produção

NESTE FINAL da primeira década do século 21, a agricultura mundial depara com um verdadeiro choque de demanda por alimentos. Situação similar talvez tenha ocorrido há seis ou sete décadas, quando surgiram as primeiras políticas de segurança alimentar (*food security*). Na época, o enfoque setorial dos governos era aumentar a oferta de alimentos e fibras.

Assim, foram longos anos de subsídios à produção, especialmente nos Estados Unidos e na Europa, muitas vezes excessivos, com a formação de estoques abundantes e depressão dos preços. Isso acabava por desestimular a agricultura em outras regiões, sem recursos para sustentar a produção e comercialização de bens primários.

Recentemente, as perspectivas para o campo ganharam força diante do:

- Crescimento da renda e da maior demanda de alimentos em países emergentes;
- Aumento do preço do petróleo e da pressão na demanda de biocombustíveis;
- Balanço global de grãos revelar redução dos estoques e aumento de preços;

Como o aquecimento na demanda mundial por grãos exige maior produtividade no campo, o emprego de fertilizantes sofre aumento. De 1990 para cá, a China e a Índia, os dois maiores consumidores globais, cresceram cerca de 80% cada um. Já o Brasil, no mesmo período, quase triplicou a sua demanda.

Nos Estados Unidos, com a recente febre do etanol, o milho, que exige maior aplicação de adubo, teve a sua área expan-

dida, enquanto a soja perdeu espaço. Por sua vez, problemas de enchentes nas jazidas reduziram a capacidade de produção de fertilizantes em países exportadores. Tudo isso alimentou ainda mais os preços internacionais de fertilizantes e dos fretes marítimos.

O Brasil consumiu cerca de 24,6 milhões de toneladas de fertilizantes em 2007, menos de 6% do total mundial. Acontece que a produção nacional foi de

apenas 9 milhões de toneladas, o que representa cerca de 30% do consumo.

Na produção nacional, existem algumas particularidades como:

- Sergipe, o único estado produtor, produz apenas 10% do potássio consumido;
- O fosfato é um mineral abundante no Brasil, mas há mais de 10 anos não são concedidas licenças de lavra para a exploração do mineral;
- A ampliação da produção de amônia, utilizada como fonte de nitrogênio para fabricação de fertilizantes (uréia, sulfato de amônia, entre outros), está ligada ao suprimento de gás natural e quase 67% da demanda brasileira ainda são atendidos pelo gás natural importado da Bolívia.

A demanda projetada pelo Brasil para 2016 é de 30,6 milhões de toneladas, com importação de 21,3 milhões de toneladas, segundo estudo realizado pela Assessoria

Consumo de fertilizantes (milhões de toneladas)

País	1990	1995	2000	2006	Var % anual média	Var % 2006/1990
China	27,1	33,5	34,4	47,7	4,8	76,0
Índia	12,5	13,9	16,7	20,1	3,8	60,8
EUA	18,4	20,1	18,7	19,5	0,4	6,0
Brasil	3,2	4,3	6,6	8,9	11,1	178,1
Paquistão	1,8	2,2	3,0	3,9	7,3	116,7
França	5,7	4,9	4,1	3,7	-2,2	-35,1
Mundo	137,4	129,4	136,7	157,3	0,9	14,5

Fonte: IFA/Anda

Primavera do Leste-MT: custo de produção por hectare

Item	Soja *				Milho **			
	2004/05		2007/08		2004/05		2007/08	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
Fertilizantes	342	35	360	33	390	30	504	37
Defensivos	249	25	265	24	179	14	207	15
Máquinas	110	12	144	13	227	16	159	12
Sementes	82	8	63	6	248	19	180	13
Mão de obra	21	2	43	4	22	2	45	4
Pós colheita	49	5	39	4	84	6	99	7
Armazenagem	31	3	36	3	60	5	60	4
Assist. técnica	16	2	18	1	21	2	22	2
Outras	83	8	128	12	89	7	85	6
Total	984	100	1.096	100	1.319	100	1.361	100

* Produtividade de 3 toneladas por hectare; ** Produtividade de 6 toneladas por hectare; Fonte: Conab

Mundo: balanço mundial de nutrientes (mil toneladas)

Nutrientes	2007/08	2011/12
Oferta	206.431	240.711
Demanda	197.004	216.019
Saldo	9.427	24.692

Fonte: FAO

de Gestão Estratégica (AGE), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Se não houver incremento na capacidade nacional de produção, a demanda interna de fertilizantes será cada vez mais suprida com importações. Desde 2003, os preços das matérias-primas básicas para a produção de fertilizantes, como uréia, sulfato de amônia, cloreto de potássio e superfosfato simples, têm sido crescentes.

Em 2007, os preços dispararam, com reajustes nos custos de importação de cloreto de potássio e de sulfato de amônia de 80% e nos valores dos superfosfatos simples, de 95%. O impacto nos custos de produção das culturas foi brutal.

Soja, milho, cana-de-açúcar e café são as culturas que mais utilizam fertilizantes no Brasil. Entre os estados, Mato Grosso é o maior consumidor de fertilizantes, com cerca de 16,5% da demanda nacional, seguido de São Paulo (15,6%), do Paraná (14,1%), de Minas Gerais (12,3%), do Rio Grande do Sul (11,3%), de Goiás (9,0%) e da Bahia (6,3%), segundo dados das indústrias do setor de fertilizantes.

Os países que fornecem rocha fosfática, uma das matérias-primas dos adubos, são Marrocos, Israel e Argélia. Já o ácido fosfórico (produto intermediário) é fornecido pela Rússia, Marrocos, Estados Unidos, Israel e Tunísia. Entre os principais exportadores de potássio para o Brasil estão o Canadá, Rússia, Alemanha, Bielorrússia e Israel.

Os preços dos fertilizantes sofrem impactos da sua maior demanda internacional e dos aumentos do preço petróleo. Eles incidem tanto nas matérias-primas como nos custos do transporte marítimo e rodoviário. O resultado é negativo no saldo da balança comercial e as despesas com importação desses insumos e de matérias-primas poderão chegar na ordem de US\$ 8 bilhões, em 2016. ■

Balanço Global para 2011/12

A FAO, órgão das Nações Unidas para agricultura, com sede em Roma, em fevereiro último, publicou interessante trabalho sobre as perspectivas mundiais para fertilizantes nos próximos cinco anos.

Historicamente, a demanda de fertilizantes sofre a influência de fatores como as políticas governamentais, o crescimento da população e da economia, da produção e dos preços agrícolas. Se isso ainda acontece, três aspectos distinguem o corrente estado do mercado agrícola das flutuações passadas:

1. As preocupações com a alta das principais *commodities* agrícolas;
2. Os preços recordes acontecem em período não de escassez, mas de abundância;
3. As ligações do mercado agrícola com outros mercados ficaram mais fortes.

Esses fenômenos, que já se manifestaram em 2006, ficaram mais acentuados em 2007, exercício marcado pela persistente incerteza, preços recordes e impropriedade volatilidade nos mercados de grãos. A magnitude e a natureza dessas mudanças levam especialistas a questionar os paradigmas da agricultura, depois de mais de três décadas com queda nos preços reais dos alimentos.

Diante da relação umbilical entre produção agrícola e uso de fertilizantes, é oportuno considerar essas alterações nas projeções de oferta e demanda de fertilizantes.

Os altos preços das *commodities* agrícolas em período recente estimularam o plantio agrícola e o aumento da produção de alimentos, fibras e biocombustíveis. Como resultado, há uma expansão geral na demanda por fertilizantes.

Embora a expectativa seja de que a demanda pelos alimentos básicos, frutas, legumes, hortaliças, proteína animal e biocombustíveis permaneça aquecida, as projeções indicam um incremento na oferta de fertilizantes de 34 milhões de toneladas, correspondente a uma taxa média anual de 3%, suficiente para atender ao aumento do consumo anual de 1,9%.

Mundialmente, em milhões de toneladas de fertilizantes, a:

- a) Produção deverá crescer de 206,5 para 241;
- b) Demanda sobe de 197 para 216.
- c) Oferta cresce 23,1 nos nitrogenados, 6,3 nos fosfatados e 4,9 nos potássicos.

A situação difere entre os continentes. A África permanecerá como a maior exportadora de fosfatados e responsável pelo crescimento das exportações de nitrogenados, apesar de importar todo o potássico utilizado. O consumo de fertilizantes se resume basicamente a dez países, sendo os maiores consumidores o Egito, a África do Sul e o Marrocos.

A América do Norte continuará a ser importadora de nitrogênio e aumentará o seu déficit de fosfatados, embora fique na primeira posição como fornecedora de potássicos. Já a Ásia deverá aumentar rapidamente seu excedente de potássio, mas continuará a importar fosfatados e potássicos. Na Oceania persistirá o déficit nos três nutrientes.

Mundo: variação no consumo de fertilizantes no horizonte 2007/12 (%)

Continente	Nitrogênio		Fósforo		Potássio	
	Participação em 2012	Var. anual	Participação em 2012	Var. anual	Participação em 2012	Var. anual
África	3,4	2,9	2,5	1,0	1,6	2,0
América	19,8	2,7	25,0	3,3	34,6	3,6
Ásia	61,4	5,2	59,9	6,4	47,4	9,9
Europa	14,0	3,3	9,1	1,7	15,1	0,8
Oceania	1,4	4,9	3,5		1,3	2,1
Mundo	100,0	1,4	100,0	2,0	100,0	2,1

Fonte: FAO

Estados Unidos I

Projeções da agricultura

AVIGOROSA expansão da produção de Etanol baseada no milho afeta a área plantada das principais culturas dos Estados Unidos. A tendência de crescimento na economia global fortalece as perspectivas de consumo e sustenta os preços agrícolas em níveis historicamente elevados.

Apesar dos altos preços das rações, as projeções mundiais para a produção animal são de crescimento, em resposta ao aumento da renda e ao maior consumo de carnes, com estímulos mundiais à produção e ao comércio de grãos.

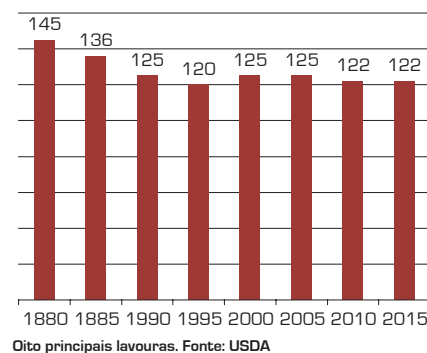
A capacidade dos EUA de exportar alguns produtos é limitada: (a) diante da competição comercial de países como o Brasil e a Argentina; (b) em milho e soja, diante do alto uso interno para fabricação de etanol do primeiro e da sua competição em área com o segundo e (c) pelo aquecimento dos preços das principais *commodities* agrícolas.

As áreas ocupadas pelas lavouras nos EUA normalmente refletem as políticas adotadas pelo Farm Security and Rural Investment Act of 2002. Entretanto, com os preços elevados no mercado, o grau de influência do programa ficou minimizado. O mesmo ocorre com área abrangida pelo Conservation Reserve Program (CRP); de um total de 18,5 milhões de hectares, 17,5 milhões serão liberado até 2011.

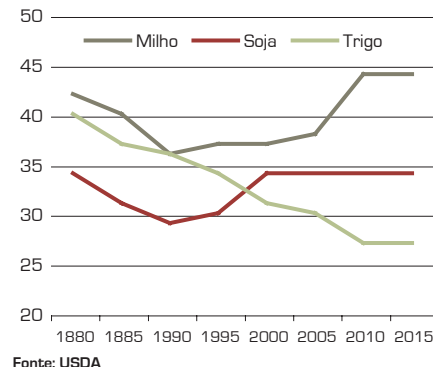
A área ocupada pelas oito maiores culturas plantadas nos EUA tem projeção de expansão de 123 milhões de hectares para 126 milhões de hectares da safra 2007/08 para 2008/09. A área deverá estabilizar-se em 122 milhões de hectares.

A área plantada de cada cultura reflete a sua expectativa de receita líquida, de acordo com a produtividade, os preços de mercado, o custo e a produção: milho, trigo e soja representam 88% da área plan-

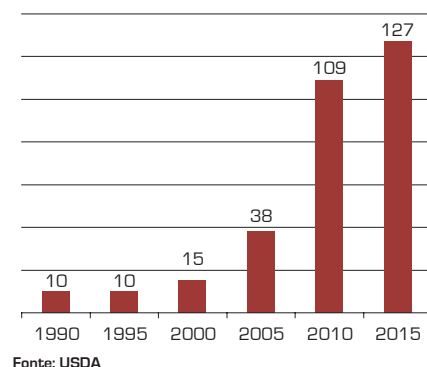
EUA: área total das lavouras
(milhões de hectares)



EUA: área ocupada pelas lavouras
(milhões de hectares)



EUA: milho para produção de etanol
(milhões de toneladas)



Forte expansão do etanol

De 2003 a 2007, a produção de etanol passou de 11,6 bilhões de litros para 22,6 bilhões de litros. Esse movimento deve continuar, principalmente nos próximos anos, de modo a alcançar 45,2 bilhões de litros em 2010. No final de 2015, a produção estará em 59,4 bilhões de litros.

Essas projeções pressupõem a manutenção do crédito para os misturadores e da taxa de 54 centavos de dólar por galão de etanol importado. As provisões do Energy Independence and Security Act de 2007 não estão refletidas no trabalho.

A maior produção de etanol nos Estados Unidos absorve mais milho. A expansão será muito rápida nos próximos anos, de modo que quase um terço da produção nacional do cereal irá para a fabricação de etanol na safra 2009/10. Essa participação tenderá a se estabilizar. Não obstante, a produção de etanol representará, em 2017, apenas 8,5% do consumo anual de gasolina.

Ajustes de mercado estão previstos com a maior demanda de milho para produzir etanol e irão chegar a outros setores. Como os custos para o arração dos animais encarecerão os custos de produção, aumentos menores, e até mesmo redução na produção, poderão ocorrer com as carnes nos próximos anos.

tada das oito maiores culturas – devido à queda nos estoques, as áreas de soja e trigo devem crescer, com redução na área de milho; devido ao crescimento da demanda doméstica em função do etanol, no futuro a área de milho tende a recuperar-se e a estabilizar-se em torno de 44 milhões de hectares; e as áreas de soja e trigo deverão, respectivamente, ficar em 34 e 27 milhões de hectares. ■

Estados Unidos II

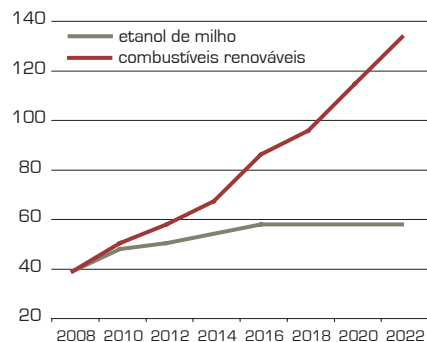
Lei de segurança e independência energética

A LEI de Segurança e Independência Energética (Energy Independence and Security Act of 2007), de 19 de dezembro de 2007, afetou dramaticamente as projeções sobre a produção agropecuária dos Estados Unidos. A quantidade de combustível renovável comercializado no país alcançará em 2022 o volume de 136,2 bilhões de litros, enquanto a quantidade de etanol derivado de milho será de 56,7 bilhões de litros.

As análises dos efeitos do desenvolvimento de processos celulósicos e de melhores aproveitamentos da biomassa incluem:

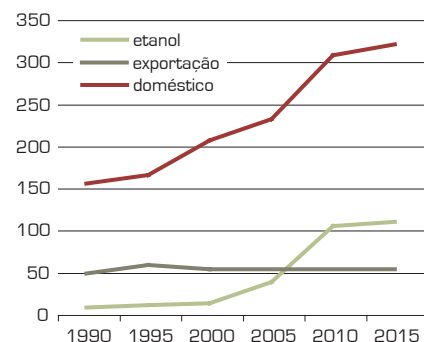
- Aumento na demanda e preço em alta para os óleos de soja e milho;
- Maior área plantada de soja e milho.
- Encolhimento no plantio de trigo e algodão e elevação de seus preços;
- Menores quantidades da produção dirigidas para consumo e exportação de rações;

EUA: combustíveis renováveis comercializados (bilhões de litros)



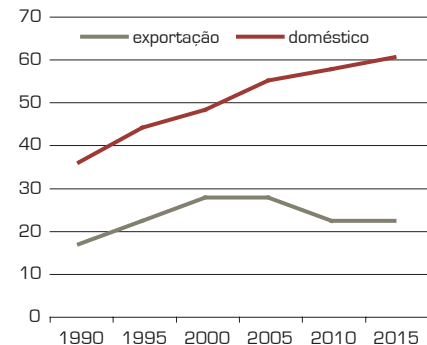
Fonte: USDA

EUA: destino do milho (milhões de toneladas)



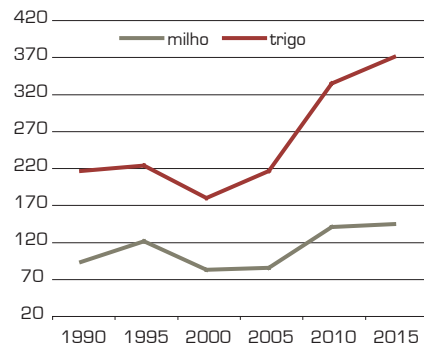
Fonte: USDA

EUA: destino da soja (milhões de toneladas)



Fonte: USDA

EUA: preço na fazenda (tonelada)



Fonte: USDA

Principais tendências

Milho

- Maior uso de ração com subproduto oriundo das destilarias com produção de etanol sob processamento a seco;
- Recuperação das exportações somente a médio prazo;
- Crescimento moderado na indústria de alimentação com as mudanças nos gostos e preferências dos consumidores;
- Queda nos estoques de passagem;
- Exportações crescentes para o México com a eliminação das tarifas comerciais;
- Pressão de alta nos preços com a maior demanda para a produção de etanol.

Soja

- Maior esmagamento interno devido à demanda crescente de farelo para a criação animal e de óleo para biodiesel. As exportações de farelo e óleo também crescem.
- Declínio de participação nas exportações de 35% para 21%, com ocupação desse espaço pela América do Sul.
- Preços altos com o declínio da taxa de estoque *versus* consumo, nível de estoque relativamente constante e perda de área para o milho.

- Maiores colheitas de soja para produção de biodiesel aumentarão a oferta de farelo.

No caso do milho, o crescimento do uso reflete primariamente a sua utilização para a fabricação de etanol e maior exportação após 2012, em função da expansão da economia global.

Em termos relativos, os preços altos do petróleo contribuem para o retorno favorável da produção de etanol. Isso combina com os programas governamentais de incentivo para a continuidade da ampliação da capacidade de produção de etanol.

Na soja, o ritmo de crescimento é lento. As exportações de grãos da oleaginosa tendem a declinar, pois haverá encolhimento na área plantada (e da produção) e aumento no volume processado. ■

Etanol I

Expectativas e fatos

Marta Cristina Marjotta-Maistro¹
Ivelise Raser Bragato²

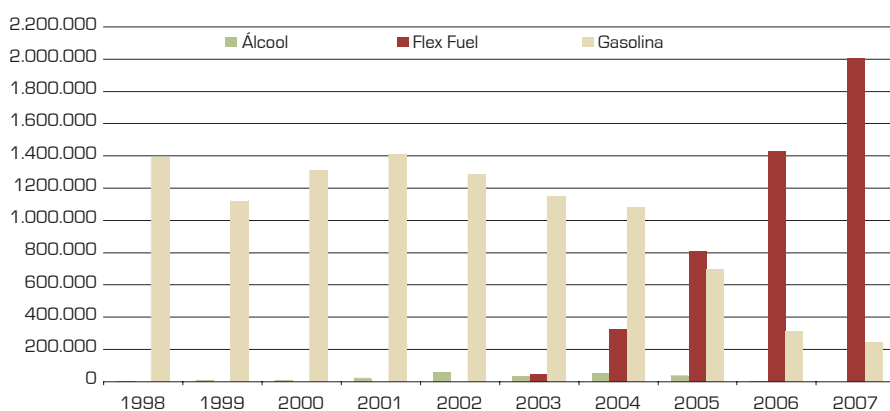
O SETOR sucroalcooleiro brasileiro esteve sob a tutela administrativa da produção, exportação e preços pelo Estado por mais de 50 anos. Isso não estimulava as unidades produtivas, as distribuidoras e os consumidores serem mais competitivos em suas atividades.

Com o mercado livre, a partir do final da década de 1990, a comercialização de álcool passou por várias transformações. Uma das questões em debate era: deve-se ou não ter um carro movido somente a álcool? Essa exclusividade do combustível foi substituída pelo *flex fuel*, propiciando duas alternativas de abastecimento para o consumidor.

Desde então, a participação do Estado concentra-se no monitoramento da qualidade dos combustíveis, arrecadação fiscal e os percentuais de mistura do álcool anidro na gasolina.

A preocupação com o mercado de álcool se justifica com a aceitação do pro-

Brasil: vendas de veículos a álcool, *flex* e gasolina para o mercado interno



Fonte: Anfavea

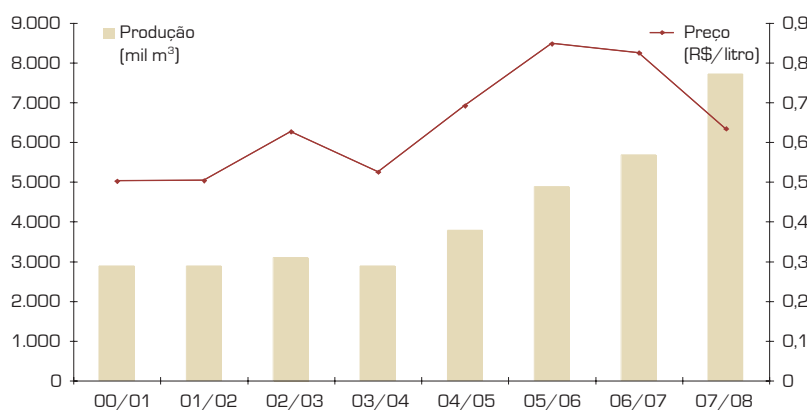
duto como combustível. Esse movimento se acentuou com o lançamento do carro bicomcombustível. Entre 2003 e 2007, sua comercialização atingiu 4,6 milhões de unidades, com uma participação nas vendas de carros novos passando de 86% no ano

passado. Nesse período, a oferta das usinas visou a atender o consumo crescente do álcool hidratado. Os preços acompanharam essa resposta, com exceção na última safra, quando a oferta expandiu-se mais rapidamente que a demanda.

Unica

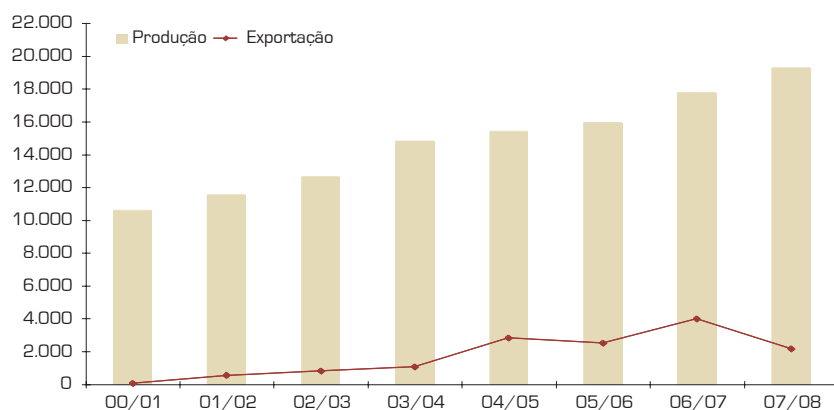


Estado de São Paulo: preço e produção de álcool hidratado



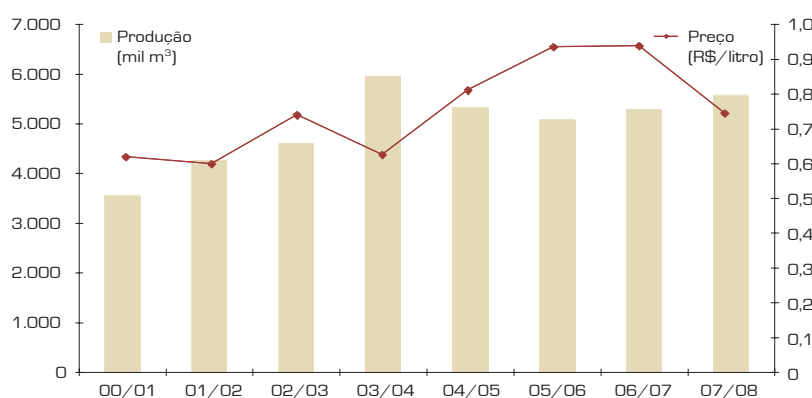
Nota: safra 2007/08: dado preliminar considerando a participação do estado de SP na produção total da Região Centro-Sul nas últimas 3 safras. Fontes: Cepea e Unica

Brasil: exportação e produção de álcool (milhões de litros)



Nota: safra 2007/08: dados para Região Centro-Sul, posição até novembro/07. Fontes: Unica e Secex

Estado de São Paulo: preço e produção de álcool anidro



Nota: safra 2007/08: dado preliminar considerando a participação do Estado de SP na produção total da região Centro-Sul nas últimas 3 safras. Fontes: Cepea e Unica

Medidas governamentais

- Redução da alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) do álcool hidratado combustível de 25% para 12% (dezembro de 2003) no estado de São Paulo;
- Adição de um corante de cor laranja a todo álcool anidro carburante produzido no Brasil para coibir a fraude chamada de "álcool molhado" (em 2005);
- Cadastramento de todas as usinas produtoras de álcool anidro na Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (janeiro de 2006).

Com a possibilidade de ter um veículo movido a álcool ou a gasolina:

1. Os consumidores podem escolher o combustível, conforme a relação de preços entre eles;
2. A oferta aumentou para atender ao mercado interno e externo

A tomar como base a Região Centro-Sul, entre as safras 2006/07 e 2007/08, a produção de álcool aumentou 22,95%, com destaque para o álcool hidratado, que variou 43,73%, enquanto as exportações estão projetadas, de acordo com a Unica, em 3,1 bilhões de litros.

Quanto ao álcool anidro misturado à gasolina A para se obter a gasolina C a produção tem sido mais estável, enquanto o preço, a exemplo do hidratado, caiu na maior parte do período.

A recente evolução do mercado de álcool indica uma adequação ao cenário após a desregulamentação. As empresas definiram estratégias de gestão empresarial, a concorrência e a necessidade de ganhos produtivos, financeiros e mercadológicos. A atenção consiste em equacionar a sazonalidade da produção em vista do consumo contínuo do combustível. O resultado é positivo, com abastecimento interno e excedentes exportáveis. ■

1 Pesquisadora do Cepea, Doutora em Economia Aplicada

2 Pesquisadora do Cepea, Mestre em Administração

Etanol II

Fortalecimento de imagem

A AGÊNCIA Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil) e a Unica montaram uma estratégia para promover a imagem do etanol brasileiro de cana-de-açúcar como energia limpa e renovável no exterior. As duas entidades assinaram convênio que prevê investimentos compartilhados no valor de R\$ 16.456.992,00 até o final de 2009.

O projeto compreende a sensibilização e a capacitação da oferta de etanol brasileiro, estudos de inteligência comercial e, principalmente, ações de promoção comercial e de imagem.

Os mercados-alvo são países da América do Norte, Europa e Ásia. O primeiro escritório de representação do setor já foi instalado nos Estados Unidos, em Washington. O local é considerado estratégico para a atuação no governo americano e com os formadores de opinião. O segundo deverá ser instalado em Bruxelas, Bélgica, e o terceiro em um país do Leste Asiático, a ser definido.

Neste mês, o projeto esteve presente em dois importantes eventos mundiais:

- A Washington International Renewable Energy Conference (Wirec 2008), nos Estados Unidos,
- O World Biofuels Markets Congress, em Bruxelas, na Bélgica.

Na Wirec, o presidente dos Estados Unidos (EUA), George Bush, defendeu a eliminação das barreiras alfandegárias sobre as fontes limpas de energia disponíveis no mundo. O etanol brasileiro importado pelos EUA, por exemplo, recebe uma taxa de 54 centavos de dólar por galão (3,78 litros) logo que entra no país. A medida é tomada para proteger os produtores americanos de etanol, que utilizam o milho

como matéria-prima. Neste mesmo evento, o secretário americano de Agricultura, Ed Schafer, anunciou investimentos de US\$ 18,4 milhões nos próximos três anos em 21 projetos de pesquisa e desenvolvimento na área de biomassa.

O etanol brasileiro será apresentado nas conferências e nos *stands* do projeto montados nos pavilhões de exposições. Serão mostradas as vantagens compara-

tivas da produção de etanol a partir de cana-de-açúcar, bem como desenvolvidos contatos com o intuito de expandir a interação da associação com formuladores de políticas e representantes do mercado internacional.

Em parceria com o Woodrow Wilson Center for Scholars, deve ser discutido o primeiro ano do Memorando de Entendimentos sobre Biocombustíveis entre Brasil e Estados Unidos.

O projeto prevê também a participação ativa da Unica na formulação das políticas públicas relativas ao setor e na discussão de temas como acesso de mercado e certificação de biocombustíveis. O plano inclui a pesquisa em biotecnologia para novas variedades de cana, os fornecedores de insumos e equipamentos, produtores de cana, *tradings*, indústrias, logística e variados prestadores de serviços. ■

Definição de padrão

Como a primeira etapa de harmonizar as especificações técnicas do etanol e do biodiesel, uma força-tarefa integrada por técnicos de Brasil, União Européia (UE) e Estados Unidos, identificou as principais divergências e convergências existentes entre as normas de cada um. Uma das conclusões do estudo é que não há especificações técnicas que representem um impedimento à livre circulação do etanol no mercado internacional.

Até o final deste ano, o grupo trabalhará para alinhar os diferentes padrões e avaliar os custos. A meta é definir as ações e analisar as suas implicações comerciais. Na pauta das discussões estará o volume de mistura de água no etanol a ser permitido. Na UE o mínimo é de 0,24%, nos EUA não pode ultrapassar 1,0% e o Brasil permite até 0,4%.

Das 15 especificações examinadas:

- Oito são compatíveis nos três mercados, como aparência, densidade e conteúdo de sulfato, enxofre, cobre, aço e sódio.
- Sete são diferentes, mas podem ser alinhadas no curto prazo, como acidez, conteúdo de fósforo e resíduos de evaporação.

O diagnóstico para o biodiesel é mais delicado. Sua transformação em *commodity* dependerá de uma uniformização dos motores existentes nos diferentes países. Na Europa, muitos carros de passeio são movidos a diesel. No Brasil e nos EUA, no entanto, o combustível é mais comum em veículos de maior porte. Além disso, devido ao uso de diversas matérias-primas, há diferenças entre as propriedades químicas do biodiesel produzido em cada região.

Das 24 normas técnicas analisadas do biodiesel só seis são iguais no Brasil, no bloco europeu e nos EUA. Oito podem ser adequadas em breve, como volume de fósforo e água ou resíduos de carbono. Dez especificações apresentam divergências de difícil solução, como o conteúdo de enxofre, a operação em clima frio e a densidade.

O relatório tripartite foi apresentado aos outros integrantes do Fórum Internacional de Biocombustíveis, China, Índia e África do Sul.

Etanol III

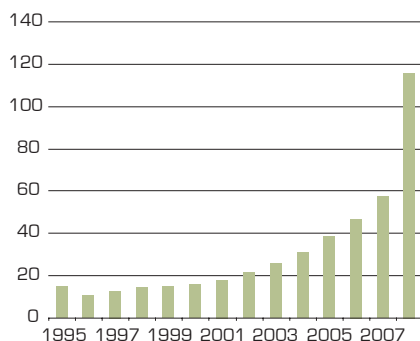
EUA aprovam mais incentivos

DEPOIS DE meses de negociações, o Senado aprovou um projeto de lei, em dezembro de 2007, que obrigará as refinarias americanas a aumentar gradualmente o uso de biocombustíveis nos próximos anos, até atingir a meta de 136 bilhões de litros de consumo anual, cinco vezes o que o País consome atualmente. A iniciativa precisa ser ratificada pela Câmara dos Representantes.

A proposta estabelece um limite para a produção de etanol de milho, a única matéria-prima usada atualmente em larga escala pela indústria americana. Mais da metade da meta será alcançada com o desenvolvimento de combustíveis de nova geração, como o etanol celulósico, que pode ser feito com capim e resíduos vegetais.

- 57 bilhões de litros por ano de etanol de milho;
- 79 bilhões de litros de etanol celulósico, biodiesel e outros combustíveis que o projeto classifica como “avançados”. É nessa categoria que se enquadra o álcool feito de cana-de-açúcar, como o produzido no Brasil.

EUA: milho para produção de etanol (milhões de toneladas)



Fonte: NCGA

Estados Unidos: plantas de etanol

Item	Quantidade	Capacidade de produção (a)
Em produção	143	30,8
Em construção	57	21,5
Total	200	52,3

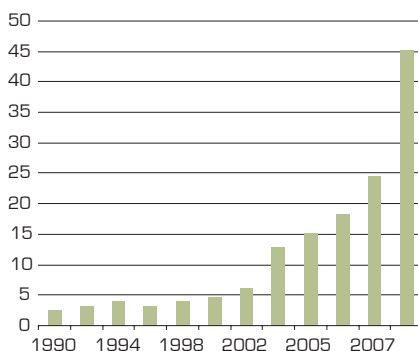
Fonte: Renewable Fuel Association
Posição em janeiro de 2008. (a) em bilhões de litros

O projeto permite que o consumo de etanol de cana atinja 15 bilhões de litros por ano.

- Para muitos especialistas, é o máximo que as usinas americanas podem produzir sem gerar complicações como um colapso na oferta de milho para outros setores da economia. Os EUA devem produzir neste ano 25 bilhões de litros.

As novas metas foram estabelecidas quando a indústria americana atravessa uma fase delicada. Existe risco da produção das usinas superarem a demanda existente. Os preços baixaram, com redução da lucratividade das usinas e desestímulo à realização de novos investimentos. Em 2007, a produção de etanol dos

EUA: produção de etanol (bilhões de litros)



Fonte: NCGA

Estados Unidos bateu recorde, segundo dados divulgados pela Administração de Informação de Energia.

As metas definidas pelo Congresso deverão reanimar o setor porque as refinarias terão de cumpri-las obrigatoriamente, o que aumentará a demanda pelo combustível. Nos EUA, o álcool é usado principalmente como um aditivo à gasolina, porque não existem redes de distribuição e postos prontos para vender volumes maiores do combustível.

O tamanho das oportunidades que serão criadas para o Brasil vai depender de vários fatores. O governo americano poderá ajustar as metas estabelecidas pelo Congresso no futuro se a indústria tiver dificuldades para desenvolver novos combustíveis alternativos como o etanol celulósico, ou se os preços do álcool subirem demais e tornarem o cumprimento das novas metas muito custoso para as refinarias.

Em 2006 houve um súbito aumento na demanda por etanol nos EUA. A indústria doméstica não conseguiu atender à demanda e os preços do combustível subiram. As refinarias americanas tiveram de importar grandes volumes de álcool do Brasil, apesar da tarifa que encarece o produto brasileiro para proteger as usinas dos EUA contra a concorrência externa.

Um fenômeno semelhante pode ocorrer nos próximos anos se a indústria local tiver dificuldades para cumprir as novas metas e isso fizer os preços do combustível subir novamente no mercado americano. A tarifa que os Estados Unidos impõem à importação de etanol deve continuar em vigor pelo menos até o fim do ano que vem. Um projeto em discussão no Congresso prorroga a tarifa por mais dois anos. ■

Biodiesel

Falta competitividade

O BIODIESEL é um combustível biodegradável derivado de fontes renováveis como óleos vegetais e gorduras animais que, estimulados por um catalisador, reagem quimicamente com o álcool ou o metanol. No Brasil, existem diferentes espécies de oleaginosas com as quais se pode produzir o biodiesel, entre elas mamona, dendê, girassol, babaçu, soja e algodão.

Rendimento de vegetais para produção de óleo

Espécie	Conteúdo [%]	Toneladas por ha
Dendê (Palma)	20	3,0 - 6,0
Soja	17	0,2 - 0,4
Mamona	43 - 45	0,5 - 0,9
Babaçu	66	0,1 - 0,3
Girassol	38 - 48	0,5 - 1,9
Amendoim	40 - 43	0,6 - 0,8
Coco	55 - 60	1,3 - 1,9
Colza (Canola)	40 - 48	0,5 - 0,9
Algodão (Caroço)	30 - 40	0,1 - 0,2
Abacate	7 - 35	1,3 - 1,5

Fonte: Abiove

A discussão sobre a utilização de óleos vegetais para a produção de combustíveis (biodiesel) no Brasil já vem de longo tempo. Em 1980 foi desenvolvida a primeira patente brasileira de biodiesel, o Probiobiodiesel, em Fortaleza, a partir de diversos óleos vegetais. Em 1992 surgiu o Programa de Óleos Vegetais – Oveg. Porém, os altos custos impediram o desenvolvimento econômico do Programa.

O biodiesel substitui total ou parcialmente o diesel de petróleo em motores de ciclo diesel de caminhões, tratores, camionetes, automóveis e também na geração de energia e calor. Ele pode ser usado puro ou mis-

turado ao diesel em diversas proporções. A mistura de 2% de biodiesel ao diesel é chamada de B2, e assim sucessivamente, até o biodiesel puro, denominado B100.

Por meio da Lei Federal Nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005, o governo criou o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), estabeleceu os percentuais mínimos de mistura e escalonou a introdução do biocombustível no mercado nacional.

O PNPB surge cercado de expectativa. Em 2007, segundo a Agência Nacional de Petróleo (ANP), o consumo nacional de diesel foi de 40 bilhões de litros, enquanto o de gasolina ficou em 24 bilhões. Isso dá uma idéia da proporção do programa.

Na primeira fase do PNPB, até 2007, seria voluntária a adição de um percentual mínimo de 2% de biodiesel ao óleo diesel comercializado ao consumidor em qualquer parte do território nacional. Esse percentual passaria a ser obrigatório a ser obrigatório a partir de 2008 e aumentaria para 5% em 2013.

Durante a primeira fase, o objetivo do governo foi estimular o desenvolvimento da capacidade e da cadeia produtiva de biodiesel no país, por meio:

- Da antecipação da obrigatoriedade da mistura B2 para janeiro/2006, limita-

do ao biodiesel produzido por produtores detentores do selo Combustível Social e comercializado em leilões públicos promovidos pela ANP.

- Da obrigatoriedade do biodiesel “selado”, arrematado no leilão, ser adquirido por produtores e importadores de óleo diesel;
- Da comprovação via selo de que o produtor cumpriu os requisitos sociais mínimos (*mix* de matérias-primas da agricultura familiar e agronegócio).

Funcionamento do selo Combustível Social: obrigações dos produtores

- 1) Assinar um contrato com cada agricultor familiar (ou cooperativa) em condições que devem ser consideradas adequadas por um sindicato de trabalhadores rurais reconhecido pelo governo;
- 2) Comprar regularmente uma quantidade mínima de matéria-prima que venha da agricultura familiar (50% NE, 30% SE e S, 10% N e CO);
- 3) Providenciar a assistência técnica adequada, sementes certificadas, técnicos rurais e melhores práticas.

Existem algumas facetas positivas com relação à evolução do PNPB. A realização dos leilões trouxe segurança de compra de produto, muito importante para estimular a produção, testar a logística e aprimorar o produto na fase inicial. Outro ponto foi estabelecer um ato mandatário para a formulação da mistura do biodiesel no diesel. O grande destaque cabe à montagem de equipamentos de distribuição em 35 mil postos da Petrobras, que é, sem dúvida, uma prova cabal de comprometimento com o futuro do programa.

Na segunda fase do PNPB, o objetivo do governo será assegurar a normalidade

Modelo tributário

Produto	Região	R\$ por tonelada
Qualquer oleaginosa	Com agronegócio	Cide+PIS+Pasep+Cofins = R\$ 218
	Todas com agricultura familiar	R\$ 70
Mamona ou palma	Norte, Nordeste ou semi-árido com agronegócio	R\$
	Norte, Nordeste ou semi-árido com agricultura familiar	zero

do suprimento de biodiesel, com o início da mistura obrigatória de 2% ao óleo diesel, de modo a consolidar a introdução do novo combustível na matriz energética nacional, com medidas para:

- Atender ao mercado obrigatório por meio da realização de leilões públicos;
- Reduzir a volatilidade de preços em um mercado ainda incipiente;

alizados. Com o custo do biodiesel acima do preço do diesel, como ficará a distribuição dos prejuízos entre os produtores, a Petrobras, como realizadora dos leilões, e as distribuidoras?

Em 2007, mais de 80% do biodiesel fabricado no Brasil tiveram a soja como matéria-prima. O cenário deve permanecer praticamente o mesmo em 2008.

Brasil: produtores de biodiesel até dezembro de 2008

Especificação	Quantidade de Usinas	Capacidade (10 m³/ano)
Em operação comercial (Possui Autorização ANP e Registro SRF/MF)	38	2.500
Em regularização na SRF/MF	13	264
Em regularização comercial (tem autorização ANP) 13 264)	44	1.258
Total	95	4.022

Posição: 31/01/2008

- Diminuir os riscos para o investimento industrial e agrícola;
- Assegurar a igualdade de acesso aos produtores de biodiesel.

Desafios na segunda fase

O gargalo em termos de capacidade de produção não representa o problema maior para o PNPB, pois permite até antecipar o prazo para o uso obrigatório do B5, previsto para 2013. A dificuldade é superar a questão do custo de produção, em cuja composição a matéria-prima representa 85%. O seu preço ultrapassa em mais de 20% o do diesel.

Na verdade, o preço do óleo dos diferentes vegetais teve uma escalada surpreendente nos últimos meses. Apesar de delicado, não se trata do fim do mundo, uma vez que essa situação também foi experimentada pelo álcool, que ficou com custo bem acima do da gasolina, no princípio do Proálcool.

Em busca de uma solução para ter o biodiesel necessário para cumprir a determinação legal, a Petrobras terá de fazer leilões com preço base mais alto, sob pena de não conseguir o produto. Ao mesmo tempo, inverter o quadro de aumento dos desajustes ocorridos durante os eventos re-

A cultura é produzida em grande escala e espalhada nos principais estados produtores do País.

O pressuposto traçado em 2005, de boa rentabilidade, necessita de revisão. A relação entre industriais e agricultores está difícil até mesmo no segmento do selo Combustível Social. Muitos contratos não são cumpridos. O industrial fornece semente, adubo e tecnologia para o produtor rural, com a contrapartida de receber a matéria-prima.

A disparada dos preços do óleo de soja nos mercados internacional e doméstico

deve ser tratada como uma das principais ameaças ao avanço do PNPB, constituindo um obstáculo concreto. Como o produto é a principal matéria-prima para a oferta nacional, sua persistente tendência altista:

- Aumenta progressivamente os custos para a produção;
- Torna mais atraente a exportação do próprio óleo.

O resultado é dramático: em fevereiro, das 51 usinas de biodiesel autorizadas a operar, com capacidade de produção de 2,5 bilhões de litros por ano, pelo menos 60% estavam paradas ou com produção esporádica.

Com uma demanda prevista em um bilhão de litros para este ano, por conta da obrigatoriedade de se misturar 2% do biodiesel no diesel, o governo tem comprometido, por meio dos leilões de compra da Petrobras, uma oferta de 380 milhões de litros. A partir de 3 de julho, a mistura passa a ser de 3%. Isso faz com que o programa corra sem sustos no primeiro semestre. Para a segunda metade do ano, porém, a garantia de oferta é uma incógnita, uma vez que boa parte dos produtores de biodiesel descarta operar no vermelho.

Nesse mercado embrionário, é grande o risco de guerra de preços e canibalização do mercado, com o sistema de vendas diretas às distribuidoras, e não exclusivamente pelos leilões. As plantas de biodiesel com integração vertical na produção de campo e processamento da soja estão mais preparadas para enfrentar a pressão dos custos. ■

O processo H-Bio

Anunciado em maio de 2006 como uma das soluções para reduzir a dependência do Brasil em relação ao diesel importado, o H-Bio (uso de óleo vegetal para produção de diesel) segue em *stand by*. Em junho de 2006, a Petrobras chegou a estimar uma economia de US\$ 240 milhões neste ano, com redução de 25% na importação de diesel. O motivo é a alta do preço do óleo de soja usado no processo.

O H-Bio leva pelo menos 10% de óleo vegetal na sua composição. Quando o governo anunciou o programa, o óleo de soja estava cotado próximo a US\$ 205 a tonelada. Em dezembro, o preço chegava a US\$ 390 a tonelada. Com o patamar atual de preço, não vale a pena usar o óleo de soja no processo de produção do diesel.

A estatal informou que alcançou uma capacidade de processamento do H-Bio de 256 milhões de litros por ano. Neste ano, a empresa fará testes industriais em mais três refinarias e deverá ampliar a capacidade de processamento.

Defensivos vegetais

Agenda do suporte sanitário

Guilherme Guimarães*

COM REPRESENTANTES de 60 países, a FAO reuniu, em Roma, no final do ano passado, mais de 300 especialistas em gestão de defensivos agrícolas. O objetivo era debater os problemas associados aos *minor uses*, que representam cerca de US\$ 300 milhões no comércio das exportações agrícola.

Minor Uses e suas características

- Produzidos nos Estados Unidos para lavouras inferiores a 150 metros quadrados;
- Produtos sem incentivos econômicos para registros;
- Inclui frutas, vegetais e vetores de doenças (mosquitos, carrapatos, pulgões etc.)

Grupos de Trabalho

1. Áreas de ensaios dos resíduos e geração de dados;
2. Mecanismos e plataformas para compartilhamento de dados;
3. Harmonização de LMR;
4. Grupos de culturas;
5. Problemas regulatórios;
6. Dados de eficácia e segurança das culturas.

O Brasil está preocupado com a aplicação da diretiva 91/414, da União Européia, em produtos de origem vegetal quanto a: novos parâmetros para detecção de agrotóxicos; e normas mais rígidas para os resíduos de agrotóxicos não mais utilizados no bloco.

O encontro teve as seguintes apresentações: (a) visão global do problema; (b) metodologias para determinação dos LMRs (Limites Máximos de Resíduos); (c) revi-

sões de conceitos e formas de trabalho em diferentes países; e (d) grupos de culturas, metodologias e propostas de solução.

Os participantes foram divididos em seis grupos de trabalho. Cada tema foi exaustivamente discutido, com a formulação de recomendações.

Infelizmente, o Brasil teve participação acanhada no evento, apesar do problema que hoje representa a falta de melhor suporte fitossanitário para um grande número de cultivos menores. Da esfera governamental, apenas o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento fez-se representar, na pessoa do dr. Luis Eduardo P. Rangel, Coordenador da Coordenadoria Geral de Agrotóxicos e Afins, além de três representantes da iniciativa privada.

A Argentina contou com cinco membros do governo, além de técnicos da iniciativa privada. A Costa Rica enviou três integrantes do governo. Informações sobre o Brasil foram mostradas por uma técnica da Colômbia: identificação da consulta prévia sobre legislação para culturas com pequeno suporte fitossanitário, terminada em novembro de 2006, além da rápida menção à RDC 216/Anvisa/06 sobre estudos de resíduos. A CropLife Latin America, entidade à qual a Andef é filiada, também apresentou dados sobre o Brasil, sendo mais específica e objetiva ao revelar os pontos fracos do marco regulatório nacional.

Alguns pontos importantes cabem como recomendações gerais:

- Facilitar o agrupamento de alimentos de todas as regiões para interagir sobre os problemas e as necessidades no gerenciamento do controle de pragas;

- Desenvolver uma única e clara informação sobre o significado de LMR.;
- Identificar as necessidades em culturas, regiões, usos menores e controle de pragas;
- Aproximação com os órgãos internacionais;
- Alterações internas para alinhar-se aos padrões no exterior;
- Fundos para a solução de problemas.
- No tocante à geração de dados para resíduos e eficácia, sobressai:
- O zoneamento global, baseado em condições agroclimáticas comparáveis;
- A extrapolação por grupo de culturas;
- O compartilhamento dos dados de eficácia;
- Os processos e protocolos para facilitar o Programa Global de Resíduos.

Para entender as exigências globais, o Brasil precisa:

- Adaptar os padrões atuais dos estudos de resíduos e eficácia;
- Agrupar culturas para o sistema desenvolver-se de forma harmônica;
- Incluir várias frutíferas tropicais no *Codex Alimentarius*;
- Adotar sistemas de revisões multilaterais nos ingredientes ativos novos;
- Adotar as diretrizes da FAO e OCDE;
- Propor ao *Codex* considerar a especificidade de culturas e usos menores;
- Estabelecer fundos do governo para programas semelhantes ao IR-4;
- Incentivar extensões de rótulo para menores usos e culturas;
- Adequar ferramentas para proteção de cultivos;
- Facilitar o diálogo em relação a padrões privados;
- Ajudar na capacitação em pesticidas biológicos, produtos com risco reduzido e sistemas de manejo integrado de pragas.

Tudo isso busca efetivar programas de incentivo ao registro em culturas de menor expressão e de uso, ao mesmo tempo em que enfatiza a importância de métodos alternativos ao controle químico. ■

* Engenheiro agrônomo, doutorado pela Unicamp, e gerente de Regulamentação Federal da Andef

Ripa

Inovação com foco em C,T&I

Paulo E. Cruvinel*

O AGRONEGÓCIO brasileiro é o setor da economia com maior capacidade de geração de empregos e o maior irradiador de estímulos para outras atividades, com movimento da ordem de US\$ 300 bilhões por ano, geração de 37% dos empregos no País e 40,0% das exportações brasileiras. Seus efeitos positivos se espalham para a indústria e para o comércio, aumentando a oferta de produtos e de empregos, além de gerar inúmeros outros benefícios em sua cadeia produtiva. A análise de oportunidades para o Brasil aumentar a oferta de emprego e dinamizar as atividades produtivas ante a atribulada conjuntura econômica convergiu para a recomendação de que o setor que mais rapidamente pode responder de forma positiva ao desafio é o do agronegócio.

No âmbito do desenvolvimento científico e tecnológico encontram-se no Brasil cerca de 120 instituições líderes em agonegócios (8% na Região Norte, 19% no Nordeste, 15% no Centro-Oeste, 41% no Sul e 36% no Sudeste). Existem também 1.590 cooperativas em atividade e 190 mil empresas atuantes nos diversos setores, muitas das quais fazendo uso da pesquisa como instrumento de ganho competitivo.

Para as empresas competirem em seus mercados é preciso preço, qualidade, marca e estabilidade de entrega. Nesse sentido, considera-se estratégico o investimento privado:

1. Desde a inovação de tecnologia de processo, produto e serviços até a organizacional;
2. Articulado com as organizações públicas de pesquisa que detém um

potencial na área de C, T&I, o qual pode ser mensurado pelo número de pesquisadores e pelos experimentos já realizados.

As instituições estaduais, em número de 17, estão distribuídas regionalmente: uma no Norte, seis no Nordeste, três no Centro-Oeste, quatro no Sudeste e três no Sul. O ponto forte delas é o vínculo com a realidade local. Por atuarem no âmbito estadual, conhecem as peculiaridades da agricultura em cada microrregião, têm facilidade de articulação com a assistência técnica (pública e privada) do estado e com os agentes locais (cooperativas, associações, empresas do agronegócio etc.). Também geram modelos tecnológicos próprios, que garantem a autonomia tecnológica dos estados e dão suporte às políticas de desenvolvimento das Secretarias Estaduais de Agricultura.

No grupo das Instituições de Ensino Superior (IES), formado por cerca de 140 instituições, classificadas entre federais, estaduais, municipais, particulares e comunitárias, observa-se uma intensa atividade no desenvolvimento de projetos de pesquisa nas áreas das ciências agrárias, especialmente do agronegócio, bem como na oferta de programas de treinamento em nível de pós-graduação stricto e lato sensu.

Cabe mencionar ainda a Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica (Abipti), a qual congrega inúmeros institutos, fundações e outras instituições que, certamente, têm o agronegócio como uma das suas áreas de atuação.

O Brasil vivencia uma nova configuração geopolítica internacional. Isso requer

um papel mais ativo frente aos grandes desafios que se apresentam. É vital o estabelecimento de uma política pública que considere as desigualdades regionais nos aspectos econômico, ambiental, social e de capital humano, a exemplo do desenvolvimento de plataformas tecnológicas que envolvam:

- Agregação de valor a processos e produtos;
- Aproveitamento sustentável de recursos naturais da biodiversidade e ecossistemas de biomas frágeis (amazônico, Pantanal e cerrado)
- Aqüicultura e desenvolvimento de recursos pesqueiros;
- Fontes renováveis de energia (agroenergia e energias alternativas);
- Mudanças climáticas globais, seqüestro de carbono e emissões;
- Sanidade agropecuária, segurança alimentar e do alimento;
- Tecnologias com futuro: agricultura de precisão; automação; biotecnologia; controle de pragas, fitoterápicos; funcionais; instrumentação; melhoramento genético; modelagem; nanotecnologia; riscos; sensoriamento remoto; sistema de informação geográfica; tecnologia da informação; transformação agroindustrial;
- Zoneamento, monitoramento territorial e recuperação de áreas degradadas (integração lavoura, pecuária e floresta, plantio direto e boas práticas);
- Gestão da inovação.

Tais necessidades estão em consonância com as prioridades estabelecidas tanto pelo setor produtivo como pelo governo. Elas são essenciais para a articulação de portfólios de projetos de pesquisa e inovação no contexto de um desenvolvimento sustentável. Os ganhos de competitividade têm por base a organização de uma agenda de oportunidades para projetos e negócios visando à atração de potenciais investidores nacionais e internacionais. ■

* Pesquisador da Embrapa Instrumentação Agropecuária e Coordenador Executivo da Ripa

SRB

Cesário Ramalho da Silva assume a presidência

ACERIMÔNIA de posse de Cesário Ramalho da Silva como presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB) contou com as presenças do governador do estado de São Paulo, José Serra; do prefeito da cidade de São Paulo, Gilberto Kassab; do ex-presidente da República, Fernando Henrique Cardoso; do secretário executivo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Silas Brasileiro; do presidente da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, Marcos Montes (DEM-MG); entre outras autoridades, lideranças, dirigentes, ex-presidentes da SRB e produtores rurais.

Também prestigiaram a posse de Cesário Ramalho da Silva, o secretário do Emprego e Relações do Trabalho do estado de São Paulo, Guilherme Afif Domingos; o secretário de Agricultura do estado do Rio de Janeiro, Christino Áureo; o deputado federal Arnaldo Jardim (PPS-SP); o deputado federal Eduardo Sciarra (DEM-PR); o deputado estadual por São Paulo, Barros Munhos (PSDB); o presidente da Embrapa, Silvio Crestana; o presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, Fábio Meirelles; o vice-presidente de agronegócios do Banco do Brasil e ex-ministro da Agricultura, Luís Carlos Guedes Pinto; o presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Milho (Abramilho), Odacir Klein; entre outras autoridades, lideranças, dirigentes, ex-presidentes da SRB e produtores rurais.

Cerimônia

Na cerimônia, realizada na sede da SRB em São Paulo (SP), discursaram o governador José Serra, o secretário executivo

do Ministério da Agricultura Silas Brasileiro e o prefeito Gilberto Kassab. Confira abaixo os destaques de cada discurso. Logo a seguir, a íntegra do discurso do recém-empossado presidente da SRB, Cesário Ramalho da Silva.

José Serra

O governador José Serra destacou que a SRB é uma das mais tradicionais, importantes e modernas entidades do País, não só do setor rural, acrescentando que a entidade tem espírito empreendedor e pauta seu trabalho pela modernização do agronegócio.

Serra disse também que é preciso dar características empresariais à agricultura familiar. Além disso, ao falar de reforma agrária, o governador afirmou que o modelo distributivista de terras não pode ser considerado esgotado, porque, segundo ele, quando alguma coisa se esgota é porque em algum momento deu certo, o que não é o caso. Serra lembrou ainda que este modelo de reforma agrária é caro e de baixo custo/benefício para a sociedade e que o País precisa debater novos formatos para a questão.

Silas Brasileiro

O secretário executivo do Ministério da Agricultura, Silas Brasileiro, que representou o ministro Reinhold Stephanes, destacou a postura combativa e participativa da SRB para construção de uma política agrícola para o País. Ressaltou que a SRB é uma entidade de grande histórico, de grandes líderes e realizações e que por isso não pode ficar de fora das discussões. “Reconhecemos a legitimidade inconteste da SRB”, disse.



Gilberto Kassab

O prefeito da cidade de São Paulo, Gilberto Kassab, disse que ao levar o ex-presidente da SRB, João de Almeida Sampaio Filho, para a Secretaria da Agricultura, o governador José Serra, levou, na verdade, 89 anos de história para integrar o governo.

Cesário Ramalho da Silva Presidente da SRB

Destacou a Rural como uma maratonista na defesa do agronegócio brasileiro. Largamos há 89 anos e continuamos com o mesmo fôlego do arranque inicial. O agronegócio precisa criar, manter e fortalecer vínculos com os seus públicos estratégicos, que compõem o extrato da chamada Opinião Pública.

O maior desafio do agronegócio é crescer de forma sustentável, do ponto de vista econômico, social e ambiental, oferecendo renda ao seu principal agente, o produtor rural. Não basta mais produzir com qualidade a baixo custo e vender pelo melhor preço.

O agronegócio contribuiu para que o País suportasse crises internacionais, abriu mercados externos, promoveu desenvolvimento no interior e colocou alimento mais barato na mesa do consumidor.

Nos próximos anos, o Brasil vai ampliar sua participação no mercado mundial. Mais 47 milhões de toneladas de produtos agrícolas. Mais US\$ 23,5 bilhões de receita. O agronegócio brasileiro continuará crescendo. Crescerá muito mais. Com a união de todos, superaremos velhos e novos problemas. Muito obrigado! ■

10º Fórum da Associação
Brasileira de Agribusiness

Barreiras técnicas de comércio e sustentabilidade



Abertura

Carlo Lovatelli
Presidente da Abag

MUITO BOM dia a todos os amigos aqui presentes neste 10º Fórum da Abag, que tratará de um tema muito pertinente para todos nós das cadeias produtivas do agronegócio: as Barreiras Técnicas de Comércio e a Sustentabilidade.

As Barreiras Técnicas de Comércio começaram a ser discutidas na Rodada Tóquio, que aconteceu de 1973 a 1979, no âmbito do Gatt (Acordo Geral de Tarifa e Comércio). Naquela época, os acordos eram voluntários, mas a discussão já sina-

lizava problemas no comércio internacional decorrente dessas questões.

Em 1995, agora no âmbito da Organização Mundial do Comércio, em que os acordos são obrigatórios, o Brasil assinou:

- Acordo de Barreiras Técnicas de Comércio (TBT)
- Medidas Sanitárias e Fitosanitárias (SPS)
- Propriedade Intelectual Relacionado a Comércio (Trips)

No final da década veio o conceito da sustentabilidade, baseado na *Triple Bottom Line* (Tripé da Sustentabilidade) da viabilidade econômica, o equilíbrio ambiental e a responsabilidade social.

Com a intensa inserção do agronegócio brasileiro no mercado internacional nesta

década, esses assuntos ficaram mais sensíveis. Em 2007, pelo sétimo ano seguido, as exportações bateram recordes e chegaram a US\$ 58 bilhões. Isso certamente irá repetir-se neste ano.

No último fórum desenvolvemos o tema da certificação, com a presença da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), do Instituto Nacional de Metrologia (Inmetro) e o Ministério de Ciência e Tecnologia, com o objetivo de:

1. Mostrar o lado institucional da qualidade quanto aos regulamentos técnicos, às normas e à avaliação de conformidade;
2. A necessidade de uma participação coletiva dos atores ligados às cadeias produtivas no desenvolvimento das certificações.

Agora, vamos dar um passo a mais no sentido prático dessas questões apimentadas e procurar entender os caminhos de trabalho a serem desenvolvidos. Para a Abag, o tema da sustentabilidade é o primeiro item da sua agenda neste ano. O nosso congresso, em agosto próximo, será todo concebido em torno desse conceito.

Temos aqui:

- A PricewaterhouseCoopers para mostrar sua estratégia de trabalho em relação às boas práticas agrícolas, à rastreabilidade, à certificação, entre outros temas;
- A WWF nos dará uma visão das ONGs no processo da sustentabilidade;
- E o Ares (Instituto do Agronegócio Responsável), em sua primeira grande atuação pública como entidade representativa de importantes associações ligadas ao agronegócio para desenvolver informações e estudos sobre sustentabilidade;

A lição de casa que temos de desenvolver é um grande desafio. No anos passados fizemos o Road Show em importantes capitais européias. Apresentamos estatísticas e informações sobre o agronegócio. O desconhecimento e a imagem distorcida que existe sobre nós é simplesmente assustador. Precisamos mudar urgentemente esse quadro.

Para encerrar essa breve introdução, comunicamos que o evento faz parte das atividades do Projeto Qualiagro, aprovado pelo Fundo Setorial do Agronegócio, desenvolvido pela Fundação de Estudos Luiz de Queiroz, com apoio financeiro da Finep. Assim, contamos aqui, mais uma vez, com presença do professor Roque Dechen, diretor da Esalq. A Abag se sente honrada em fazer parte dessa parceria.

José Rezende

Sócio da PricewaterhouseCoopers no Brasil e na América do Sul, e do centro PWC de serviços em *agribusiness* sediado em Ribeirão Preto

A PRICE atua no agronegócio, no Brasil, há mais de 30 anos, de uma forma muito focada em auditoria e tributação. Em 2005, convidamos o Lova-

telli para fazer uma apresentação sobre a pujança do agronegócio brasileiro. Daí, montamos nossa estratégia com foco pesado no *agribusiness*.

Em termos de conceituação, a sustentabilidade é entendida como a utilização de recursos para atender às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras em atender às suas próprias necessidades, conforme consta do Relatório Brundtland, de 1987, bastante difundido a partir da Rio 92.

Nesse contexto, temos como principais desafios do ponto de vista:

1. Ambiental:

- Metas de produção ambientalmente sustentáveis;
- Utilização de produtos registrados e sementes certificadas;
- Combate à degradação de ecossistemas;
- Combate ao desmatamento de áreas florestais;
- Atendimento à legislação ambiental;
- Otimização no uso de recursos naturais;
- Agravamento de recursos hídricos;
- Entendimento do uso de produtos geneticamente modificados;
- Destinação adequada de resíduos.

2. Social:

- Aplicação da regulamentação de segurança de trabalho e saúde ocupacional;
- Combate a eventuais focos de trabalho e infantil;
- Melhoria constante das condições de trabalho;
- Engajamento das partes interessadas;
- Qualidade de vida de funcionários e suas famílias;
- Treinamento.

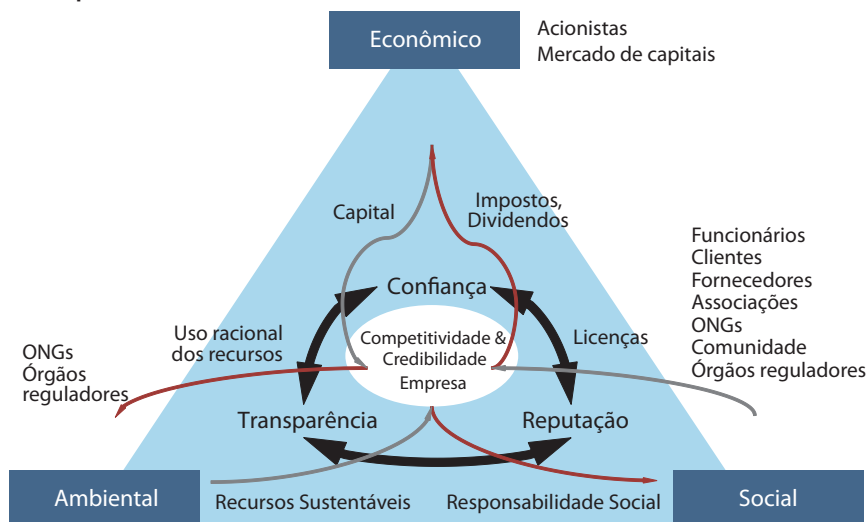
3. Econômico:

- Proteção dos ativos financeiros;
- Eficiência no fluxo de caixa e gestão financeira eficaz das empresas;
- Plano estratégico estruturado e adequado ao mercado;
- Planejamento orçamentário adequado;
- Processos de negócios eficientes;
- Foco nos produtos rentáveis;
- Retorno ao acionista de forma condizente com os riscos do negócio;
- Transparência nas informações geradas e divulgadas – governança corporativa;
- Avaliação operacional e financeira de prestadores de serviços.

Tudo isso culmina nas Barreiras Técnicas. Tomamos a ação proativa de mandar

Sustentabilidade – Triple Bottom Line

Principais conceitos



Fonte: PricewaterhouseCoopers

Cultura	Setorial	Ambiente	Empresas
<ul style="list-style-type: none"> • Plantio • Manejo • Colheita • Riscos • Comercialização 	<ul style="list-style-type: none"> • Insumos • Produção • Indústria • Distribuição • Consumidor 	<ul style="list-style-type: none"> • Político • Econômico • Social • Tecnológico • Organizacional 	<ul style="list-style-type: none"> • Análise de produtos • Concorrência • Preço • Comunicação • Distribuição e vendas

uma carta ao ministro Stephanes para mostrar como a Price pode ajudar no problema do embargo europeu, no caso da carne. Tivemos reunião na Secretaria de Defesa da Agricultura. O Sisbov tem problemas e a proposta da Price é ouvir os elos da cadeia e desenhar um modelo de rastreabilidade, adaptado à realidade e a extensão do País.

A Associação Brasileira de Criadores de Gado Zebu contratou a PricewaterhouseCoopers para apoiá-la no processo de registro dos animais. O trabalho poderá ser extrapolado para um sistema de rastreabilidade na pecuária de corte de uma forma em geral.

Além dessas barreiras técnicas no problema com a União Européia, tere-

mos outras. O pessoal não vai sossegar. Quando mostrarmos que está tudo rastreado, virão outros questionamentos. Como estão os funcionários, as suas moradias, o acesso dos seus filhos à escola, a qualidade de vida? Superado isso entrarão os aspectos ambientais e do conforto animal. Enfim, a gente não sabe aonde vai parar.

Na soja transgênica, em 2004, a Price apoiou a Monsanto no tema da rastreabilidade, para verificar o pagamento de *royalties*. O mesmo serviço fizemos com o arroz OGM, da Basf.

A nossa experiência no *agribusiness* passa pela parte:

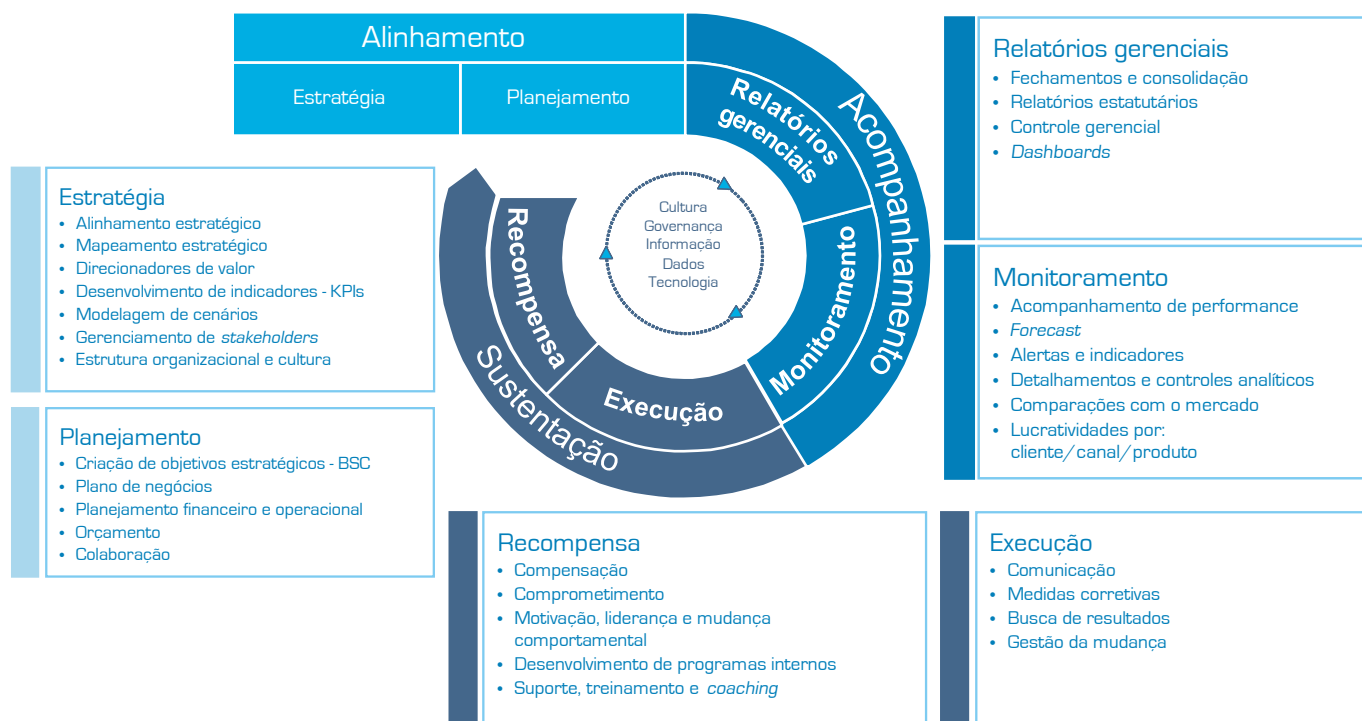
1. Ambiental:

- Projetos de MDL – Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (florestal, na bovinocultura, suinocultura, produção de grãos);
- Programas de sustentabilidade para busca de ecoeficiência (produzir mais com menos recursos);
- Desenvolvimento ou asseguarção de inventários de emissões;
- Verificação do plantio de árvores em floresta nativa para programas de recomposição financiados por terceiros;
- *Due diligence* da parte ambiental.

2. Social:

- Avaliação de aspectos relacionados ao atendimento à legislação trabalhista na cadeia de fornecedores de grandes produtores externos;
- Programa de sustentabilidade relativo às boas condições de trabalho e de moradia de profissionais do campo;
- Melhoria de mecanismos de gestão de pessoas;
- Reestruturação da área de recursos humanos.

Nossa Experiência no Agribusiness Econômico



3. Econômica:

- Revisão da estratégia;
- Gestão financeira e reestruturação de tesouraria;
- Gerenciamento de riscos;
- Criação e/ou revisão de índices de performance e medidas de desempenho (KPI, BSC etc.);
- Planejamento orçamentário;
- Redução de custos de transporte (visão logística e tributária);
- Avaliação de pessoas por competência;
- Melhoria do processo de fechamento contábil e emissão de relatórios gerenciais;
- Tecnologia da informação.

4. Outros serviços:

- Rastreabilidade;
- Elaboração de modelo de negócio e implementação de cobrança de *royalties*;
- *Compliance* do modelo de cobrança de *royalties*;
- Desenvolvimento e fidelização de fornecedores, produtores e clientes;
- Análise de ciclo de vida de produtos;
- Mapeamento de processos e controles das áreas de contas a pagar, contas a receber, tesouraria, folha de pagamento e TI;
- Centro de Serviços Compartilhados.

Queremos aproveitar a nossa presença global em mais de 150 países, com mais de 140 mil funcionários, cerca de 800 escritórios, *network* de talentos mundial e mais de 155 anos de trabalho. No Brasil, estamos há 90 anos, com 100 sócios e mais de 3 mil funcionários em 16 escritórios. A gente pode tirar proveito disso, e começar a mostrar que o agronegócio brasileiro é diferenciado.

A PricewaterhouseCoopers, há 30 anos com presença geográfica na região noroeste do estado de São Paulo, por meio do seu escritório em Ribeirão Preto, é notoriamente reconhecida pela sua especialização no setor agroindustrial. O trabalho ao longo desses anos permitiu que a PricewaterhouseCoopers conhecesse detalhes intrinsecamente relacionados às atividades do *agribusiness*, capacitando-a na presta-

ção de serviços diferenciados e de qualidade superior.

No Agribusiness Research Technology Center temos pesquisadores nas áreas de:

- Fusões, aquisições e recuperação de empresas;
- Assessoria tributária e societária;
- Auditoria independente;
- Consultoria em gestão de riscos;
- Consultoria em melhoria de desempenho;
- Soluções de *supply chain*;
- Mercado de capitais;
- Soluções em sustentabilidade.

A Agribusiness Research & Knowledge Center é responsável por analisar e acompanhar informações do *agribusiness* mundial e dos principais *players*, com análises de ambiente, de empresas, de culturas e setoriais.

Luiz Fernando Laranja da Fonseca
Coordenador do Programa de Agricultura
e Meio Ambiente da WWF Brasil

GOSTARIA TRATAR o tema de negócios e meio ambiente, passando de barreiras para oportunidades, em vez de discutirmos uma agenda negativa. O WWF é uma organização sediada em Brasília. Funciona em rede. Possui cerca de 40 escritórios, conta com 4 mil funcionários, sendo 110 colaboradores diretos no Brasil. Seu orçamento anual é de US\$ 500 milhões de dólares.

Quando falamos de agricultura o cenário é de demanda é crescente, em termos dos Fs: *food* (alimento), *feed* (ração), *fuel* (combustível) e *fiber* (fibra). Do ponto de vista ambiental essa é uma premissa básica importante. No tabuleiro do jogo, as estatísticas apontam que 33% da superfície da Terra são utilizados para a agricultura ou pecuária. Isso significa 55% aproximadamente da sua área habitável.

O mundo olha para o Brasil. Daqui sairá grande parte do abastecimento. Assim, precisamos analisar com critério de onde virão os produtos. De forma bem genérica, as estatísticas indicam que mais áreas de terra foram convertidas

em lavouras de 1945 até hoje que nos séculos 18 e 19 somados.

A Avaliação Ecosistêmica do Milênio, realizada em 2005, foi baseada em quatro convenções da ONU relativas a ambiente, clima, biodiversidade, desertificação e áreas úmidas. Uma das suas principais conclusões foi de que “alterações sem precedentes nos ecossistemas foram feitas para atender à demanda de alimentos, água, fibra e energia”.

Existem duas conseqüências disso tudo. Uma é positiva, a de ter gerado uma melhoria na vida de bilhões de pessoas. A negativa, a de levamos mais para o limite a capacidade produtiva do planeta. Isso significa enfraquecimento da capacidade da natureza de reproduzir serviços ambientais.

Falamos de esgotamento da natureza. Esse é o cuidado que precisamos ter. Se continuarmos fazendo a melhoria da vida de bilhões de pessoas, e limitarmos o esgotamento dos nossos recursos naturais, o grande desafio está em desenvolver um jogo de ganha-ganha.

Isso passa por atender às demandas dos produtos agrícolas, considerando a:

- Conservação dos recursos hídricos, do solo e da biodiversidade;
- Redução da emissão de gases de efeito estufa;
- Garantia da resistência dos ecossistemas.

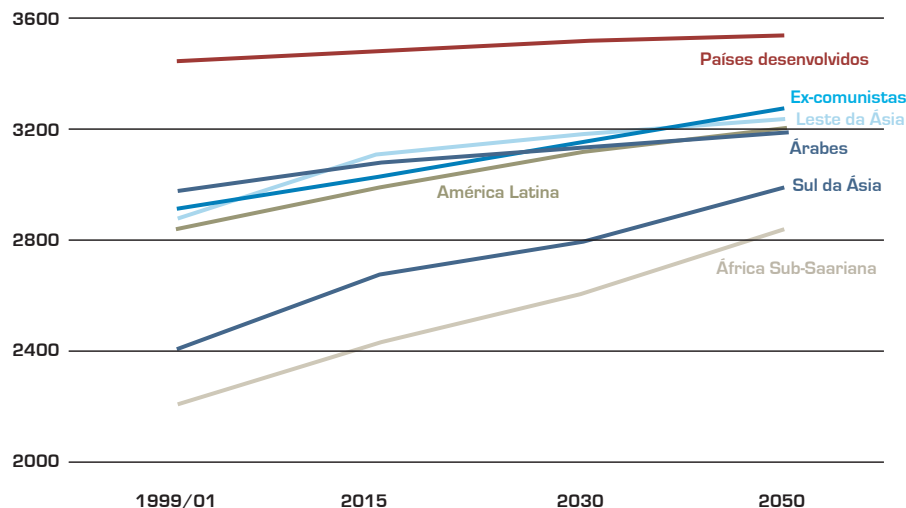
O aquecimento global é uma questão nova na agenda, que se reflete diretamente na agenda da agricultura em dois aspectos, pois estará cada vez mais:

1. Conectada com a agenda do setor energético.
2. Relacionada com a agenda de prevenção do aquecimento global.

A Rodada Doha, da Organização Mundial do Comércio, ficará mais perto da Conferência das Partes, como a realizada em novembro último em Bali. Ao discutirmos a agricultura, trataremos paralelamente do desmatamento e do aumento de emissões de gases de efeito estufa.

As agendas ganham tópicos novos, criados pelos por acesso a novas informações. O foco do debate sobre comércio inter-

Mundo: evolução do consumo de alimentos per capita (kcal/dia)



Fonte: PricewaterhouseCoopers

nacional mudará de forma significativa, especialmente nos produtos agrícolas. Discutiremos temas nunca tratados há um ano, como análise de critérios, como *food miles*, balanço de massa, energia e gases de efeito estufa.

Virá a pergunta: de que maneira o aquecimento global, de forma bem direta, afeta a geografia da agricultura, o aumento do risco de catástrofes climáticas e o deslocamento regional de culturas agrícolas?

Recebemos consultas constantes do setor financeiro e de seguros. Existe a preocupação com perda de safra. Estudos mostram o impacto do aumento de 1 grau na temperatura, de 3 graus na temperatura, de 5,8 graus na temperatura no cultivo da soja. O resultado é catastrófico.

Teremos diminuição de áreas aptas para plantio de soja, de 341 mil km² para 208 mil km², se houver uma mudança de 3 graus na temperatura do Brasil. Há trabalhos sobre café e vinho.

As novas peças no tabuleiro geram iniciativas e ambientes de discussão em fóruns *multistakeholders* e *Round Tables Responsible* da Soja (RTRS) e do Óleo de Palma (RTSPO). A certificação e rotulagem vão além do nicho de mercado em termos de orgânico, sustentável, responsável e rastreado. Aparecem marcas e selos como *fair trade*, *biodinâmico*, *global-*

gap, *food mile* etc. A imaginação extrapola e chega até a discussão do poder vital da comida viva.

Na verdade, onde existe um problema, alguns enxergam uma oportunidade. Quando se trata do assunto meio ambiente e agronegócio, vêm as questões de:

- Destruir o negócio?
- Manchar a imagem do negócio?
- Ser a solução para o negócio?

Cada um faz a sua escolha. Existe o exemplo da capacidade de resiliência da indústria de bacalhau em determinada região do Canadá. A exploração passou do limite e a produção entrou em declínio ao longo do tempo. Prejuízo geral do ponto de vista privado, sem julgar a parte ambientalista.

A primeira vez que olhei o mapa da Amazônia senti que parecia o corpo humano, cheio de artérias e veias. Uma rede de conexão hídrica na Amazônia é a imagem de um órgão humano vascularizado. As veias menores drenam para as maiores. O infarto ocorre quando há entupimento das veias. Quando as imagens chegam mais próximas dos solos constatamos muitas áreas secas no Amazonas. Um indício de angina. Vem a pergunta “qual é a resiliência, o limite desse processo para destruir o negócio?”

A questão ambiental, embora possa manchar a imagem, é menos ruim, pois

não destrói o negócio. Mas manchar a imagem do negócio fica ruim. Por sua vez, ela pode ser a solução para o seu negócio. A Associação Brasileira da Indústria de Óleo Vegetal, quando tomou a decisão de propor a moratória da soja, antecipou-se aos fatos. Passamos a exaltar os pontos positivos da aliança.

Gostaríamos de participar de mais fóruns deste tipo. A WWF está aqui, mais o Greenpeace e a Amigos da Terra. É extremamente louvável a oportunidade de estarmos juntos, conversando, discutindo e encontrando alternativas para o planeta. Quando se trata do assunto meio ambiente e agronegócio, das três proposições assinaladas qualquer uma delas serve. Todas estão corretas, mas a melhor é a C.

Meire de Fátima Ferreira
Superintendente do Ares, Instituto
para Agronegócio Responsável

AGRADEÇO À Abag pela oportunidade para falar do Instituto do Agronegócio Responsável (Ares). Os palestrantes mostram o tamanho do desafio existente. O Ares é uma resposta para isso, num sentido bastante positivo. É uma iniciativa do agronegócio com a proposta de gerar conhecimento e trazer para a pauta do dia essas questões postas aqui de uma maneira bastante proativa.

Missão do Ares

Contribuir para o desenvolvimento da sustentabilidade, com ênfase nas atividades agropecuária e agroindustrial brasileira por meio da geração e difusão de conhecimento especializado e estruturação de canais permanentes de diálogo com as partes interessadas.

A estratégia do Ares está concentrada em três pilares:

1. Conteúdo: consolidação do Zoneamento Econômico Ecológico (ZEEs); mapas, manual de boas práticas e aprofundamento nos temas prioritários;

2. Diálogo: produção de artigos, relatórios e apresentações;
3. Comunicação de dados: estratégia comunicação e relacionamento com imprensa.

Entre o conteúdo e o diálogo há a constituição das redes de parcerias, o monitoramento *Round Tables*, o mapeamento de ONGs, a agenda positiva e de diálogo com base nos temas prioritários. E, entre o diálogo e a comunicação, o relacionamento contínuo com *stakeholders*.

O plano de trabalho envolve:

- Estruturação do Banco de Dados sobre Agronegócios Sustentáveis;
- Consolidação das ZEEs existentes no País;
- Consolidação de mapeamentos existentes no País (Inpe, IBGE, MMA, Incra, Sivan etc.);
- Elaboração de manual de boas práticas para a agricultura sustentável;
- Monitoramento de *Round Tables* e apoio às iniciativas existentes;
- Mapeamento dos principais agentes da sociedade civil organizada (ONGs) e respectivas agendas;
- Estabelecimento da rede de parceiros formais e informais do Ares;
- Aprofundamento nos temas prioritários aprovados;
- Estratégia de comunicação e relação estruturada com *stakeholders* e imprensa

Dentro do pilar conteúdo, o primeiro estudo realizado chama-se Sustentabilidade no Agronegócio Brasileiro, uma análise exploratória qualitativa, com:

- Diagnóstico inicial sobre a sustentabilidade de dez cadeias do agronegócio, considerando os aspectos ambiental, social e econômico com base na percepção das suas lideranças;
- Identificação de demandas, pontos críticos e iniciativas específicas de cada cadeia produtiva;
- Formação de uma base para a priorização das ações do Ares.

Os dez temas prioritários escolhidos são

1. Questões trabalhistas e de terceirização;
2. Agricultura familiar, desalojamento econômico e segurança alimentar;

Conselho Deliberativo

Cargo	Nome	Entidade
Presidente	Carlo Lovatelli	Abag – Associação Brasileira de Agribusiness
1º Vice-Presidente	Assuero Veronez	CNA – Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil
2º Vice-Presidente	Antonio Camardelli	Abiec – Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes
Diretor	Cesáreo Ramalho	SRB – Sociedade Rural Brasileira
Diretor	Christian Lohbauer	Abef – Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frango
Diretor	Marcos Jank	Unica – União da Agroindústria Canavieira de São Paulo
Diretor	Cristiano Simon	Andef – Associação Nacional de Defesa Vegetal
Diretor	Rodrigo Lima	Icône – Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais

Conselho Consultivo

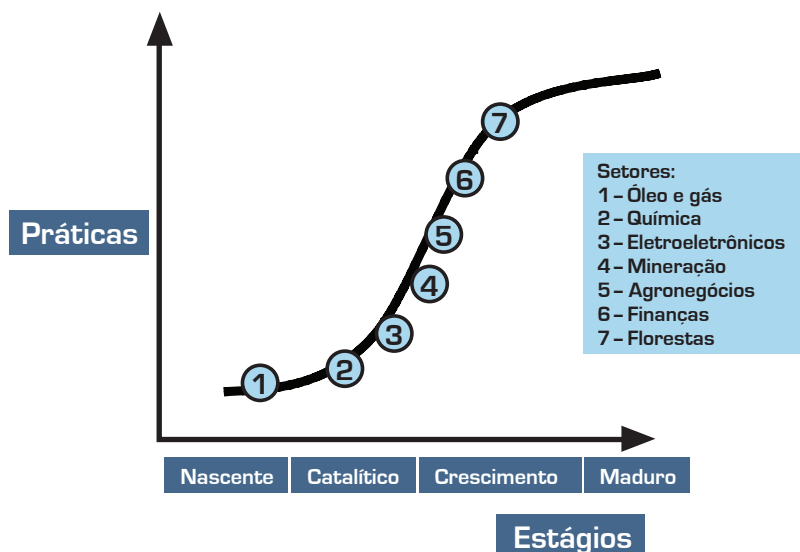
Cargo	Histórico
Presidente Roberto Waack	Presidente do FSC - Forest Stewardship Council Presidente da Amata Brasil Ex-presidente da Orsa Florestal
Conselheiro Jacques Marcovitch	Professor da Universidade de São Paulo (USP) Membro do projeto Economia das Mudanças Climáticas no Brasil (Academia Brasileira de Ciências/Reino Unido) Senior adviser do World Economic Fórum da América Latina Senior fellow do International Institute for Labour Studies/Organização Internacional do Trabalho (Genebra).

3. Relacionamento com a sociedade civil organizada, ONGs, processos *multistakeholders*, rastreabilidade, verificação, certificação e selos;
 4. Conversão de ecossistemas;
 5. Impactos ambientais de OGMs e manejo culturais (plantio direto, agroquímicos etc.);
 6. Resíduos em alimentos e sanidade animal;
 7. Emissões de gases de efeito estufa, balanço energético e biocombustíveis;
 8. Ordenamento fundiário, legislação ambiental e monitoramento;
 9. Conflitos entre sistema agroalimentar, integração lavoura e pecuária e adição de valor;
 10. Comércio internacional e sustentabilidade.
- As dez ações prioritárias de cada tema são:
1. Aprofundamento dos temas em *workshops* com as indústrias;
 2. Formatação de uma agenda positiva (bons exemplos e iniciativas) e identificação dos pontos críticos e vulneráveis, com diferenciação por SAG, se necessário;
 3. Identificação de geradores de conteúdo, incluindo academia, empresas e ONGs;
 4. Levantamento de informações complementares e dados estatísticos;
 5. Levantamento de iniciativas multistakeholders e parcerias empresas – ONGs;
 6. Agenda para diálogo com ONGs, com aprovação de empresas;
 7. Organização de *workshops* com as principais ONGs. Como produto, elaboração de um plano de trabalho conjunto, com subgrupos, metas, cronogramas e orçamentos;
 8. Elaboração e implementação de estratégia de comunicação;

Empresa	Valor da marca US\$ bilhões	% do valor da empresa
Coca-Cola	68	64
IBM	53	44
Disney	26	46
McDonald's	26	71
BMW	17	61
Louis Vuitton	16	44
Ford	13	71
Nike	10	45
Kellogg's	8	44
GAP	8	43
Harley-Davidson	7	53
Heinz	7	55
Gucci	7	55
Nintendo	6	46
Xerox	6	43

Fonte: Interbrand, *Business Week* July 2006 in M. Conroy - *Branded*

Estágios e práticas de certificação



Fonte: Adaptado de M. Conroy - *Branded* - 2007

9. Elaboração e implementação de estratégia para relacionamento governamental;

10. Produção de material educativo e informativo.

Um outro projeto é o glossário socioambiental, com a definição de variados termos utilizados no tema da sustentabilidade para o agronegócio, de modo a permitir a sua atualização constante com a participação da sociedade.

Como último projeto, por enquanto, o de governança socioambiental nos sistemas agroindustriais. Seu objetivo é consolidar as iniciativas de modelos de governança *multistakeholder* presentes no agronegócio brasileiro. Isso possibilitará o entendimento e alinhar expectativas dos agentes nas cadeias produtivas.

O projeto de governança traz muito no seu contexto a questão do processo de certificação para explicar a contribuição de uma boa governança no sistema agroindustrial, pois está fundamentado em:

- Conjunto de *standards*;
- Processo para verificar que produtos ou serviços cumprem esses *standards*;
- Marca, logotipo ou selo para identificar os *standards* e verificar seu cumprimento;
- Sistema para auditar e garantir que a certificação e sua marca estão sendo

adequadamente usadas pelo organismo certificado, assim como garantir que os *standards* continuam sendo cumpridos

Os passos básicos de uma certificação partem de um conjunto de *standards*, passam pelo processo de verificação, pela marca, pelos logo, selo e sistema de auditoria. Criado em 1894, esse foi o primeiro sistema de certificação voluntário, sem fins lucrativos, voltado para produtos elétricos. Como demanda de empresas de seguros, ele visava a garantir segurança para empresas de produtos elétricos, evitando riscos financeiros decorrentes de danos a consumidores.

A certificação de produtos agrícolas é bem antiga. Ela antecede as certificações da revolução industrial no começo do século passado. A região demarcada do Douro, no norte do Portugal, onde se produz o vinho do Porto, foi a primeira região agrícola a sofrer uma delimitação geográfica em todo o mundo. O processo de regulação tinha como objetivos assegurar a qualidade do produto, evitar adulterações, equilibrar a produção e a demanda e estabilizar os preços.

A revolução de certificações começa quando:

- ONGs criam *standards* sociais e ambientais para operações, às vezes em conjunto com *stakeholders* e empresas;

- Empresas adotam esses *standards* voluntariamente, movidas por cultura interna, por oportunidades de negócios ou por pressões de ONGs;
- São criadas organizações sem fins lucrativos voltadas para certificação de adequação de operações aos novos *standards*

Nesse processo, o engajamento das ONGs se dá via campanhas voltadas para mudanças de práticas empresariais, e também pela criação de *standards* fundamentados em processos e mecanismos de certificação.

Já o engajamento empresarial dá-se porque:

- Marcas, imagem, reputação e legitimidade são cruciais no mundo globalizado;
- Expansão de marcas aumentam sua vulnerabilidade;
- Certificações são meios de reduzir riscos reputacionais;
- Apenas as *third-parties certifications* garantem suporte da sociedade civil organizada;
- Benefícios adicionais associados à redução de riscos (sociais, ambientais, de imagem e outros) implicam redução de custos de seguros, melhoram o clima corporativo, melhoram o acesso ao mercado financeiro etc.

- Podem significar diferenciação de mercado, preços prêmios e, em alguns casos, a única forma de acesso a mercados;

A marca está entre os mais importantes ativos corporativos, mas também é o mais vulnerável. Muitas vezes, em termos de valor, a marca supera o da empresa. É o efeito de um conjunto de percepções que se passa na mente do consumidor. Isso afeta as tomadas de decisões e apontam as direções dos negócios.

As certificações são classificadas em quatro estágios:

1. Nascente: pouco impacto nas empresas, nenhuma coordenação por parte de ONGs. Sem atração na imprensa. Exemplo: setor de óleo e gás;
2. Catalítico: empresas respondem defensivamente à campanhas de ONGs, em geral usando associações de classe. Temas chegam à imprensa. Podem aparecer ameaças legislativas. Líderes empresariais aparecem liderando mudanças e diálogo. Exemplos: produtos químicos e eletrônicos;
3. Crescimento: importantes decisões surgem. Associações industriais elevam seus standards e melhorias contínuas e educacionais emergem. Empresas engajam diálogo com campanhas de ONGs. Práticas atingem parte da indústria mais progressiva,

que percebem que o *business as usual* não se sustenta mais. Surgem grupos para discussão de *standards* e certificações. Ampla conscientização da mídia. Exemplos: mineração, agronegócios, finanças e, liderando, florestas

4. Maturidade: *multistakeholders* colaboram para garantir e liderar a implementação das práticas nos âmbitos governamental e legislativo (institucionalização). Novas expectativas surgem. Mudanças quantitativas no campo são amplamente disseminadas. Não existe exemplo.

Existem vários tipos também de certificação:

1. *First-party certification*: a empresa é quem julga o cumprimento de seus compromissos públicos. Baixa credibilidade se não for auditada por um organismo independente.
2. *Second-party certification*: certificações desenvolvidas por associações industriais que criam *standards* para seus membros e que verificam se estes estão sendo cumpridos. Dúvidas se associações são capazes de policiar seus membros sem conflito de interesses.
3. *Third-party certification*: envolve *standards* (sociais e ambientais) criados em conjunto com *stakeholders*, auditados por uma organização externa totalmente independente.

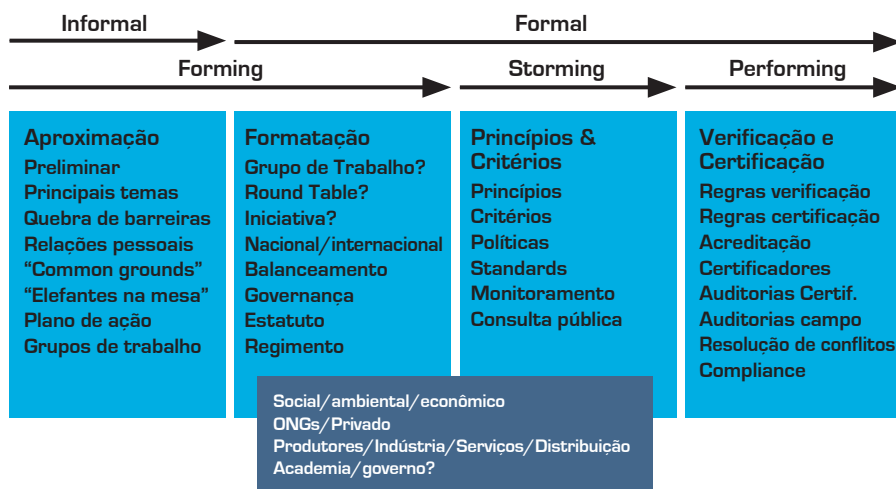
Existem exemplos de selos e certificações com a participação de terceira parte certificando, verificando, ajudando a implementar ações dentro do processo produtivo da cadeia. No nosso pilar diálogo, utilizamos uma metodologia cujo pressuposto é de que o engajamento vai de uma fase informal até se construir um ambiente entre as partes envolvidas. Um processo para conseguir uma formalidade maior.

Quero muito que o Ares seja uma referência para o agronegócio. Temos um grupo forte de associadas. O Ares é um produto, uma tentativa de fazer com que o agronegócio enfrente as questões postas neste fórum de uma forma positiva e construtiva.

Entidades associadas ao Ares

Associação Brasileira de Agribusiness – Abag
Associação Brasileira de Agribusiness de Ribeirão Preto – Abag Ribeirão Preto
Associação Brasileira dos Criadores de Zebu – ABCZ
Associação Brasileira dos Produtores Exportadores de Frangos – Abef
Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação – Abia
Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes – Abiec
Associação Brasileira da Indústria de Milho – Abimilho
Associação Brasileira da Indústria de Óleo – Abiove
Associação Nacional para Difusão de Adubos – Anda
Associação Nacional de Defesa Vegetal – Andef
Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores – Anfavea
Associação dos Produtores de Soja da Mato Grosso- Aprosoja
Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA
Confederação Nacional da pecuária de Corte – CNPC
Instituto de Comércio e Negociação Internacional – Icone
Organização das Cooperativas do Brasil – OCB
Organização dos Plantadores de Cana do Centro Sul do Brasil – Orplana
Sociedade Rural Brasileira – SRB
União da Agroindústria Canavieira de São Paulo – Unica

Metodologia de engajamento multistakeholder



Cooperativas

Momento de oportunidades

Davi R. de Moura Costa¹
Felippe C. Serigati²

APESAR DO ambiente de incertezas e instabilidade criado pela chamada crise dos *subprimes* e pelo risco de recessão da economia norte-americana, há espaço para o setor agrícola brasileiro se beneficiar da tendência de alta das cotações das *commodities* agrícolas.

Nesse contexto, as cooperativas agropecuárias e de crédito rural, terão papéis fundamentais para os produtores rurais de forma a lhes propiciar a oportunidade de aproveitar o bom momento. Para tanto, deveriam aproveitar a expectativa de bons resultados para investir em estratégias que busquem maior agregação de valor à produção e acesso a novos mercados.

Determinadas características própria das cooperativas lhes permitem realizar tais estratégias. Bancos de dados com informações privilegiadas e contato direto com os produtores facilitam:

- A introdução de novas tecnologias no sistema produtivo, de máquinas e equipamentos;
- O aperfeiçoamento dos processos de beneficiamento dos produtos;
- A difusão de novas técnicas produtivas para aumentar a produtividade ou proporcionar maior preservação do meio ambiente;
- Auxiliar na centralização do processo de comercialização (compra e venda) para obter maior poder de barganha nas negociações com os outros elos da cadeia produtiva.

No entanto, as cooperativas, para a execução dessas estratégias, deverão trabalhar nas questões de:

1. Dificuldade de acesso ao crédito, que deve ser atenuada por meio da adoção de métodos de gestão que

aumentem a transparência dos processos internos, melhorem o fluxo de informação entre os gestores e os associados, aprimorem os processos de prestação de contas, estabeleçam planos de capitalização via cooperado com respectiva remuneração e criem programas de devolução do seu capital de forma a mantê-lo interessado em participar ativamente na vida econômica da cooperativa.

2. Fidelidade dos cooperados, pois com o atual preço das *commodities*, os associados podem encontrar no mercado outros canais que ofereçam melhor remuneração para seus produtos. Entretanto, entrar numa guerra de preços não seria prudente e prejudicaria a capitalização da cooperativa, afetando ainda mais sua capacidade de realizar os investimentos requeridos. A solução é oferecer serviços

diferenciados e atrativos, bem como apresentá-los na forma de valoração os benefícios do serviço gerado.

3. Conflito de interesse; ao buscarem diferenciação dos seus produtos, as cooperativas deveriam observar a heterogeneidade do corpo de associados, pois essa estratégia exige esforços individuais ao longo do processo produtivo. Caso contrário, amplificar os diferentes interesses dos membros dificultará a formação de consensos e coalizões no quadro social, elevando o custo do processo de tomada de decisão.

As 430 cooperativas de crédito rural se destacam por fornecer crédito e demais serviços financeiros aos seus associados a taxas menores que as do mercado. Entretanto, na atual conjuntura, poderão adotar estratégias diferenciadas para eles. Uma forma geral seria promover a ampliação das linhas de financiamento, além das oficiais, para custeio e investimento e reduzir seus custos operacionais com vistas a diminuir ainda mais as taxas de juros praticadas.

Para ampliar as linhas de financiamentos será necessário captar recursos no exterior por meio dos bancos do sistema – Banco Cooperativo do Brasil S/A (Bancoob) e Banco Cooperativo Sicredi (Bansicredi).

A redução dos custos operacionais poderá ser feita por meio do enxugamento dos números de postos de atendimento e da automatização dos seus processos. Um estudo sobre a viabilidade de operações conjuntas entre duas ou mais cooperativas da mesma região poderia ser um caminho, assim como a fusão e/ou incorporação, como já vem acontecendo.

Diante do cenário favorável, as cooperativas devem adotar posturas estratégicas com visão de longo prazo para manter seus cooperados no processo produtivo e aumentar sua renda e, assim, terão todas as condições de se fortalecer ainda mais e expandir sua participação no mercado. A oportunidade pode ser única e não deve ser desperdiçada privilegiando desejos imediatos. ■

Brasil: números do cooperativismo

Atividade	2000	2007
Agropecuária	1.411	1.544
Consumo	181	141
Crédito	938	1.148
Educacional	221	337
Especial	4	12
Habitacional	198	381
Infraestrutura	184	147
Mineral	23	40
Produção	114	208
Saúde	740	919
Trabalho	1.464	1.826
Transporte	423	945
Turismo e Lazer	2	24
Total	5.903	7.672

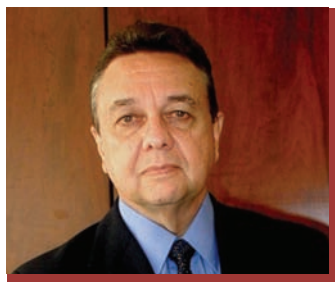
Fonte: OCB

¹ Doutorando em Economia de Empresa EESP/FGV drmcosta@gmail.br

² Mestrando em Economia de Empresa EESP/FGV felippe.serigati@gmail.com

Diário de bordo

O salto do PIB



Roberto Rodrigues*

O PIB brasileiro saltou de 2,33 trilhões de reais em 2006 para 2,6 trilhões em 2007, um crescimento de 5,4%.

Todos festejam esses números, atribuindo-os a dois fatores fundamentais: os investimentos e a demanda doméstica.

A demanda interna foi puxada pelo consumo das famílias, que cresceu 6,5% sobre 2006, empurrado pelo aumento da massa salarial, que, embora de apenas 3,6%, fez o PIB *per capita* aumentar 4% em termos reais, atingindo o valor de R\$ 13.515,00. Este é um dado muito positivo, apesar da já conhecida má distribuição da renda, que também vem sendo combatida pelos programas sociais dos governos.

Outro elemento determinante para o aumento do consumo das famílias foi o crédito para pessoa física, com uma alta de 28,8% sobre o ano anterior. Somado aos maiores salários e ao crescimento de 20,3% nas importações, fica explicada a demanda.

Quanto aos investimentos, cresceram 13,4%, os maiores dos últimos 12 anos.

Para o governo isso tudo é muito bom, porque mostra o acerto da política econômica, surfando num bom momento da economia mundial. Mas o melhor mesmo para o governo foi o aumento da arrecadação, de 9,1%, um novo recorde. Todos os impostos arrecadaram mais: o IPI subiu 14,1%, o ICMS cresceu 8,5% e o ISS e Cofins, 7,8%. Mas o maior salto foi

o do imposto de importação, da ordem de 23,6%.

É claro que isso tem a ver com a atual situação do câmbio: as exportações aumentaram 6,6% e as importações de bens e consumos cresceram 20,7%.

É preciso pensar um pouco nisso. É claro que, com o crescimento da massa salarial e do crédito para consumo das famílias, aumenta a demanda interna e, se os investimentos produtivos não forem suficientes para atendê-la, as importações são essenciais para impedir um desequilíbrio que gere inflação. Até aí, tudo bem. Mas não podemos imaginar que isso se prolongue no tempo, sob pena de perdermos empregos no País para criá-los lá fora.

Tal fato nos leva à observação dos demais setores responsáveis pelo surpreendente salto do PIB. A construção civil cresceu 5,1%. A indústria expandiu-se em 4,9%, e o setor de serviços, 4,7%. E a agropecuária? Mais uma vez, deu sua importante contribuição, de 5,3%. Mais uma vez, os produtores rurais, mesmo saindo da maior crise dos últimos 40 anos em 2004/2006, mesmo com um endividamento explosivo, mesmo com um câmbio que lhes tira a chance de aproveitar o excelente momento de bons preços das *commodities* agrícolas, mesmo com uma logística que lhes podava a competitividade, mesmo com juros e impostos elevados, apesar de tudo isso, fizeram, com esforço, seu PIB crescer 5,3%.

Com isso, atendeu-se à expansão da demanda interna sem necessidade de importações volumosas: o setor exportou 58,4 bilhões de dólares e importou menos de 9 bi, com um saldo de 49,7 bi, maior do que o saldo total do País, que foi de 40 bilhões.

Dessa forma, o agronegócio ajudou a puxar o PIB para cima, garantindo o abastecimento interno, e ainda salvou o saldo comercial. ■

* Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior de Agronegócio da Fiesp e professor de Economia Rural da Unesp/Jaboticabal

Produzir

Carnes: um tiro no pé



Cesário Ramalho da Silva*

O BRASIL tem de manter o canal de negociações aberto com a União Europeia para reconquistar a credibilidade deles na carne bovina brasileira. Temos de esgotar todas as possibilidades de diálogo, e não partir para a retaliação ou o confronto. Não podemos abdicar do mercado europeu.

Decisões da UE, de caráter protecionista, sem base técnica, têm de ser questionadas. São cerca de 12 milhões de produtores europeus que pressionam a cúpula do bloco a criar dificuldades ao produto brasileiro. Não querem competir com a nossa carne, que tem qualidade, é abundante, e seu preço é mais baixo.

A UE é o maior cliente do agronegócio brasileiro. Em 2007, foi responsável por 35,8% das nossas exportações, o equivalente a US\$ 20,8 bilhões. Das exportações brasileiras de carne bovina em 2007, 31% foram para Europa. Dos US\$ 3,5 bilhões obtidos com a venda de carne bovina *in natura* no ano passado, US\$ 1 bilhão veio do Velho Mundo. Foram exportadas 195 mil toneladas do produto para o bloco europeu.

Em 2016, o Brasil continuará sendo o maior exportador mundial de carnes (2,85 milhões de toneladas), estima o estudo Projeções do Agronegócio Mundial e do Brasil, de 2006/07 a 2017/18 do Ministério da Agricultura. Portanto, a cada dia que passa, precisamos mais do mercado europeu.

A UE paga melhor que outros compradores para os quais vendemos hoje. Em média,

a Europa paga US\$ 4.338 por tonelada de carne bovina. Já o valor médio pago pelo resto do mundo é de US\$ 2.550.

A Europa é referencial. Uma decisão da UE pode melhorar ou prejudicar a reputação do produto brasileiro no exterior. Seja para países que já compram carne brasileira *in natura* ou não, como os mais lucrativos, aos quais ainda não temos acesso (Japão, Coréia do Sul, Estados Unidos, entre outros).

O peso que a UE tem para as exportações brasileiras de carne precisa ser valorizado. Porém, não é isso que temos percebido. Dizer que as vendas para outros mercados compensam a suspensão das exportações para Europa é ter uma visão míope do negócio.

O tiroteio que tomou conta do assunto é prejudicial para o Brasil. Tumultua as negociações da carne e pode se espalhar para outros produtos. Além da missão de vistoria às fazendas, uma outra delegação europeia veio ao País inspecionar o sistema de controle de resíduos e contaminantes em alimentos exportados para Europa.

Atendendo ou discordando das exigências de rastreabilidade requisitadas pelo comprador, temos que nos unir para conseguir atender às mudanças ou pleiteá-las. As divergências internas devem ser resolvidas em âmbito doméstico. Só assim conseguiremos melhorar o relacionamento interno do setor, da cadeia produtiva com o governo, e do setor e do governo brasileiro com compradores, consumidores e autoridades estrangeiras.

Estamos fazendo a lição de casa para melhorar o controle da febre aftosa, reduzindo as vulnerabilidades da defesa sanitária. Entretanto, com relação à rastreabilidade ainda patinamos. O Brasil tem o desafio de aperfeiçoar o modelo atual para um mais próximo à realidade do sistema de criação nacional. Um formato universal, acessível a todos os pecuaristas, auditável, que ofereça bônus aos animais rastreados e cumpra as exigências internacionais. ■

Opinião

O satélite pode responder



João Sampaio*

NA ERA dos satélites, vivemos a inversão do olhar. Antes, o produtor fixava os olhos no céu para saber se teria chuva, sol ou vento. Hoje, do céu saem as informações coletadas pelos satélites. Seus receptores sensoriais captam o calor de um incêndio, identificam a ferrugem da soja, medem a salinidade dos oceanos e sentem o néctar na florada dos laranjais. É uma arma precisa e ferramenta indispensável para o agricultor.

Embora tenha se tornado instrumento imprescindível na construção da boa gestão dos negócios agrícolas, a informação, quando em excesso, pode confundir sobre a melhor opção de compra e venda e o tamanho da produção. Para o produtor, o mais importante é saber utilizá-la. Por isso, a capacitação e a profissionalização do setor fazem-se indispensáveis.

Na agricultura, ainda dominada pelas empresas familiares, como a intuição prevalece sobre a tecnologia, a utilização dos mecanismos de gestão é deixada de lado. Muitas vezes, o choque de gerações familiares na condução dos negócios é causado pela dificuldade do próprio agricultor na utilização de novas ferramentas de conhecimento.

A informação produzida pelos satélites é também uma importante arma mercadológica e política. Quem já não ouviu dizer sobre o poderoso centro de informações e estatísticas do USDA (United

States Department of Agriculture), com levantamentos sobre a produção agrícola norte-americana? E as implacáveis estimativas de safra deles e as análises dos mercados do resto do mundo, principalmente, os dos seus competidores? Os números do USDA derrubam e erguem mercados no clicar do *mouse* de um computador.

Os norte-americanos sabem mais sobre a safra de laranja brasileira que nós mesmos. Num ambiente “commoditizado”, em que o número lá influencia o preço cá, o conhecimento da produção aqui antecipa todos os negócios de lá.

Veja a polêmica criada pelo relatório do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) sobre desmatamento de 1.922 km quadrados entre os meses de novembro e dezembro de 2007. Mato Grosso foi apontado como o estado responsável por 53,7% do total desmatado no País. Os ambientalistas chiaram e o agronegócio também.

O prejuízo é geral nesses casos. Sob o olhar da comunidade internacional, a discussão sobre os equívocos na leitura dos dados levantados pelos satélites, bem como o uso político da informação, gera trombadas de interesses e quem perde é o País.

Acima do acesso às novas ferramentas tecnológicas está o saber utilizá-las e ter a dimensão do alcance e do poder delas sobre os meios de produção. Durante a Revolução Industrial, os países que não souberam antever as distorções provocadas pela produção em massa, nos preços dos produtos não alcançaram êxito na transição econômica. Houve aqueles que – com telescópio na mão – tiveram de correr atrás da expansão e da conquista de novos compradores para seus produtos.

Nos novos tempos, os satélites são mais precisos que os telescópios. Por isso, o olhar é detalhado, mas nunca deve ser diminuto. Foque no pequeno para entender o grande, sem nunca deixar de olhar para o céu. ■

* Presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)

* Produtor rural e secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo